



Jussara Maria de Carvalho Guimarães  
Ramilda Sérgio de Oliveira  
(Organizadoras)

**EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA  
ESTUDANTIL EM MINAS GERAIS:  
das lutas e resistências brotou a flor**



Jussara Maria de Carvalho Guimarães  
Romilda Sergia de Oliveira  
(Organizadoras)

# EDUCAÇÃO SUPERIOR E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL EM MINAS GERAIS: das lutas e resistências brotou a flor

EDITORA  
  
**Unimontes**

Montes Claros 2021

© - EDITORA UNIMONTES - 2021  
Universidade Estadual de Montes Claros

**REITOR**

Prof. Antonio Alvimar Souza

**VICE-REITORA**

Profa. Ilva Ruas de Abreu

**EDITORA UNIMONTES**

**EDITOR GERAL**

Prof. Antônio Dimas Cardoso

**CONSELHO EDITORIAL**

Profa. Adelica Aparecida Xavier;  
Prof. Alfredo Maurício Batista de Paula;  
Prof. Antônio Dimas Cardoso;  
Prof. Carlos Renato Theóphilo;  
Prof. Casimiro Marques Balsa;  
Prof. Elton Dias Xavier;  
Prof. Laurindo Mékie Pereira;  
Prof. Marcos Esdras Leite;  
Prof. Marcos Flávio Silva Vasconcelos Dângelo;  
Profa. Regina de Cássia Ferreira Ribeiro.

**DIAGRAMAÇÃO/CAPA**

Bernardino Mota

**FOTO CAPA**

Isabella Santos Ramos

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU)

---

G963e Guimaraes, Jussara Maria de Carvalho  
Educação superior e assistência estudantil em Minas Gerais : das lutas e resistências nasceu a flor [recurso eletrônico] / Jussara Maria de Carvalho Guimaraes e Romilda Sergia de Oliveira (organizadoras). – Montes Claros : Editora Unimontes, 2021.  
215 p.; 21 cm.

Modo de acesso: world wide web:  
<http://www.editora.unimontes.br/index.php/e-book/ebook-livros>

ISBN: 978-65-86467-27-7

1. Assistência estudantil. 2. Serviço Social. I. Oliveira, Romilda Sergia de. II. Título.

**CDU : 36**

---

Elaborado por Neide Maria J. Zaninelli - CRB-9/ 884

Este livro ou parte dele não pode ser reproduzido por qualquer meio sem autorização escrita do Editor.

EDITORA UNIMONTES  
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro  
Montes Claros - Minas Gerais - Brasil  
CEP: 39.401-089 - CAIXA POSTAL: 126  
[www.unimontes.br](http://www.unimontes.br)  
[editora@unimontes.br](mailto:editora@unimontes.br)

Filiada à

  
**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA  
DAS EDITORAS UNIVRSITÁRIAS**

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIO Janete Luzia Leite	11
A UNIVERSIDADE PÚBLICA ENTRE RETROCESSOS E CONTRADIÇÕES: REFLEXÕES SOB UMA PERSPECTIVA ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL Noêmia de Fátima Silva Lopes	18
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: TRAJETÓRIAS, TENSÕES E DESAFIOS Romilda Sergia de Oliveira	58
A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIMONTES Jussara Maria de Carvalho Guimarães	94
O PROCESSO DE CONQUISTA DA PRIMEIRA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS: UM DIÁRIO DE LUTA Isabella Santos Ramos, Lucas Tibo Saraiva	117
I CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIMONTES: REFLEXÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO, ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E CONTROLE SOCIAL Geusiani Pereira Silva e Nascimento	146
OS EIXOS ARTICULADORES DA I CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UNIMONTES Diego Tabosa da Silva	176
POSFÁCIO	202
SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)	213

[...]

*Uma flor nasceu na rua!  
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.  
Uma flor ainda desbotada  
ilude a polícia, rompe o asfalto.  
Façam completo silêncio, paralise os negócios,  
garanto que uma flor nasceu.*

*Sua cor não se percebe.  
Suas pétalas não se abrem.  
Seu nome não está nos livros.  
É feia. Mas é realmente uma flor.*

*Sento-me no chão da capital do país às cinco horas da tarde  
e lentamente passo a mão nessa forma insegura.  
Do lado das montanhas, nuvens maciças avolumam-se.  
Pequenos pontos brancos movem-  
se no mar, galinhas em pânico.  
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto,  
o tédio, o nojo e o ódio.  
(Carlos Drummond de Andrade)*

## APRESENTAÇÃO

O livro que ora apresentamos é uma obra coletiva e de afetos, é flor viva e resistente, é o registro de uma parte da história e de algumas lutas travadas no norte de Minas Gerais. Esta coletânea retrata a vivência de um importante movimento no interior da Universidade Estadual de Montes Claros, mas que a ela não se limita. O ano de 2016 marca para nós o deflagrar de um processo, no qual se convida toda a comunidade a pensar o acesso e a permanência no ensino superior público, como uma necessidade para afirmar e defender a educação como um direito.

Alguns anos depois, num momento quando é tão importante assinalar o necessário investimento público em políticas sociais, por exemplo de saúde e educação, quando precisamos reforçar a defesa da ciência e da vida e quando as lutas sociais e coletivas são tão necessárias quanto são combatidas, trazemos à baila os debates, experiências e resultados de um movimento que articulou discentes, docentes e comunidade em geral na construção de uma agenda para se pensar o lugar de um universidade estadual num território, como o norte mineiro.

Esta coletânea apresenta algumas passagens que nos revelam o “furar de asfalto”, “a teimosia” necessária, a insistência de quem reclama o seu de direito. Nos textos a

seguir, veremos como se constituiu a política de assistência estudantil para as universidades mineiras, uma política que, sabemos, precisa ser aprofundada, aperfeiçoada e ampliada, mas acompanhamos o poeta Carlos Drummond de Andrade, quando ele nos alerta para o fato de que uma “flor nasceu na rua [...]”. É feia, mas é uma flor”. Trata-se, portanto, de um “pequeno diário” de lutas. Uma forma de registrar as vivências de um processo que gera tantos outros, e vai requerer muitos outros registros e análises, para que, assim, façamos história, resistindo e avançando.

Com o intento de contar a trajetória “dessa flor”, nosso livro – que, como já dissemos, é de muitas mãos, mentes e corações – está organizado em seis capítulos, que se articulam e entrelaçam, conferindo, sob diferentes ângulos, uma análise acerca da importância, no âmbito do estado de Minas Gerais, da assistência estudantil para a garantia da função social da universidade.

No primeiro texto, intitulado “A universidade pública entre retrocesso e contradições: reflexões sob uma perspectiva ético-política do serviço social”, a autora, Noêmia de Fátima Silva Lopes, lança luz à reflexão sob uma conjuntura de evidente “crise” das instituições públicas, reafirmando como urgente e necessário o estudo. O objetivo é analisar o processo de greve vivenciado pela comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Montes Claros e o significado dessa dimensão política na formação do ensino superior no Serviço

Social, considerando o envolvimento direto de professores(as) do curso nesse processo e contexto. A partir da concepção de uma educação pública transformadora, democrática, plural, apresentam-se desafios impostos à trajetória da política de educação e os retrocessos na universidade. A partir da perspectiva teórico-crítica, verificam-se os imensuráveis retrocessos, as contradições e os projetos em disputa, revelando uma realidade que viola a política pública de educação, evidenciando a iminência em continuar construindo o debate em um cenário que interpela a todos nós.

No capítulo seguinte, a autora Romilda Sergia de Oliveira nos provoca a pensar, a partir de seu texto “Assistência estudantil: trajetórias, tensões e desafios”, sobre a trajetória da universidade e da política de assistência estudantil no Brasil. O texto se configura por meio de uma contextualização da educação superior no país, bem como traz alguns marcos históricos e temáticas que fizeram parte da construção da política de assistência estudantil. A autora recorre ao conceito de sofrimento ético-político, proposto por Sawaia (1999), como fio condutor, que entrelaça o perfil dos acadêmicos advindos de escolas públicas, beneficiários de programas de cotas sociais e raciais; e suas tensões e desafios na construção de uma política que viabilize a sua permanência na universidade.

Diante desse quadro, o capítulo “A extensão universitária e a implantação da política de assistência estudantil da Unimontes”, da autora Jussara Maria de Carvalho Guimarães,

contextualiza a Universidade Estadual de Montes Claros e sua importante função socioeducativa para o norte e noroeste de Minas Gerais, assim como para os Vales do Mucuri e Jequitinhonha. Além disso, o texto apresenta a visibilidade, legitimidade e reconhecimento da Extensão na gestão da universidade e, ainda, contempla informações acerca da implantação da política de assistência estudantil ancorada na Pró-Reitoria de Extensão, que abarcou todo o movimento de implantação dessa política no âmbito da Unimontes e seus posteriores desdobramentos, destacando ainda as possibilidades de articulação coletiva da Extensão Universitária com as Políticas Públicas existentes.

No capítulo intitulado “O processo de conquista da primeira política de assistência estudantil do estado de Minas Gerais: um diário de luta”, de autoria de Isabella Ramos Santos e Lucas Tibo Saraiva, aparece um relato, a partir de dois discentes da época, do desenrolar das lutas, embates e negociações para a implantação da política de assistência estudantil no âmbito da Unimontes. Perfazendo a gênese do movimento estudantil desde as eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) em 2015, o texto aponta as contradições de uma universidade que até aquele momento não possuía assistência estudantil, o que impactava diretamente no desempenho e na própria permanência de seus estudantes em seus respectivos cursos. Foi no contexto da greve dos(as) professores(as) e técnico-administrativos(as) que o movimento estudantil se

colocou levantando a bandeira da assistência estudantil, o que repercutiu em um conjunto de ações de enfrentamento e negociação junto à reitoria e ao Governo do Estado, gerando, assim, a primeira política voltada à permanência do corpo estudantil das Universidades Estaduais de Minas Gerais.

Sequencialmente, a autora Geusiani Pereira Silva e Nascimento apresenta, por meio do capítulo intitulado “I Conferência de Assistência Estudantil da Unimontes: reflexões sobre a participação, estratégias políticas e controle social”, traz alguns elementos indispensáveis para se pensar a demarcação de um “problema político” e a importância da atuação coletiva, dos protagonismos e da coalizão de defesas no processo de políticas sociais que, por sua vez, corroboram a permanência estudantil nas universidades. A I Conferência de Assistência Estudantil, promovida por discentes, docentes do curso de Serviço Social e por representantes da gestão universitária da Unimontes, não é mais um evento. Trata-se de um marco sócio-histórico importante, até então inexistente, que, certamente, contribuiu para a elaboração de uma proposta de legislação para o Estado de Minas Gerais.

No texto que encerra esta coletânea, “Os eixos articuladores da I Conferência de Assistência Estudantil no âmbito da Unimontes”, Diego Tabosa aponta uma síntese das principais reflexões e debates que estiveram presentes no evento que teve como fruto o texto encaminhado ao estado de Minas Gerais para subsidiar a elaboração de sua Política Estudantil.

Apresenta-se, a partir de uma revisão bibliográfica e análise dos Anais da I Conferência, algumas problematizações acerca dos eixos que foram debatidos ao longo da atividade, e afirma-se a necessidade de compreensão da assistência estudantil como um conjunto de ações integradas que possibilitem o acesso à permanência discente, sua participação e desenvolvimento nos mais diversos âmbitos.

O livro apresenta, a partir de seus textos, uma unicidade que converge de encontro à defesa da promoção da garantia de direitos e políticas sociais. Textos que articulam saberes acadêmicos permeados pela experiência de vida, como a flor que fura o asfalto, buscam concretizar, por meio de processos democráticos, a manutenção da universidade formadora, que tem na sua base a concepção democrática em busca da equidade.

Assim, convidamos você, leitor/a, para “mergulhar” nessa história e, a partir dela, construir formas de enfrentar as questões que são postas hoje em dia!

*Organizadoras*

*Montes Claros, outono de 2021*

## PREFÁCIO

Há um ano e meio o mundo está mergulhado na pior tragédia sanitária do jovem século XXI. A pandemia da Covid-19, que se disseminou desde o início de 2020, fez um mundo cuja evolução científica e tecnológica havia levado à crença de um domínio inédito sobre a natureza, vergar.

O mundo “parou” em março de 2020, e não há indícios de que o tão almejado “novo normal” esteja perto de chegar, malgrado a massiva vacinação que ocorre neste momento nos países mais ricos do mundo.

À tese de que a nova espécie de coronavírus – o SARS-CoV-2 – é um vírus “democrático”, posto que não escolhe a quem irá infectar, contrapõe-se a realidade. Esta nos expõe diuturnamente o duro fato de que, ainda que a assertiva seja verdadeira, as condições de atendimento/tratamento e convalescença são muito díspares, tanto do ponto de vista das populações dos países, quanto de um país para outro. Uma vez mais, a diferença abissal entre ricos e pobres determina o destino de populações inteiras.

A tragédia sanitária mundial da Covid-19 expõe cruamente a crise do capitalismo mundial que já se arrasta há mais de uma década, e a crise político-moral que se observa com a ascensão da ultradireita em várias

partes do globo. Para o capitalismo, os 4,55 milhões de mortos são “perdas colaterais”, quase que inevitáveis. O Brasil oscila entre o 5º e o 7º lugares dentre os países com mais mortes proporcionais em relação à população. Não são vidas; são simples números.

São 18 meses, nos quais as sequelas sociais abertas são incontáveis, e só poderemos dimensionar sua real dimensão quando não mais houver risco, os estudantes de todo o Brasil estão fora de sala de aula, mormente aqueles vinculados ao ensino superior.

A implementação do Ensino Remoto Emergencial nas universidades públicas brasileiras desvela o fosso digital existente entre nossos estudantes, justamente quando um suposto acesso a celulares, computadores, programas e internet é propalado como acessível a toda a população, revela que este segmento (mas não só ele) não possui as mínimas condições de acesso a esta modalidade de ensino<sup>1</sup>. Além disso, a inexistência de uma bibliografia mínima digitalizada também ficou evidenciada, além, é claro, de memória suficiente nos dispositivos dos estudantes para armazenamento. O fechamento dos Restaurantes Universitários e Alojamentos Estudantis obrigou muitos discentes a retornarem para seus estados/localidades de

<sup>1</sup> A este respeito, pode-se verificar uma pequena amostra em <https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2020/09/4873174-cerca-de-seis-milhoes-de-alunos-brasileiros-nao-tem-acesso-a-internet.html> e <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/05/26/66percent-dos-brasileiros-de-9-a-17-anos-nao-acessam-a-internet-em-casa-veja-numeros-que-mostram-dificuldades-no-ensino-a-distancia.ghtml> (acesso em 21 set. 2020); <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/08/31/pesquisa-cetic-ensino-pandemia.ghtml> (acesso em 31 ago. 2021).

origem sem terem se preparado para isto.

Os primeiros levantamentos realizados pelos diversos cursos no Brasil inteiro revelam (em uma estimativa conservadora) que o quantitativo de estudantes que provavelmente não conseguirá retornar após a reabertura presencial das universidades está longe de ser desprezível. Assim como no todo da pandemia, os impactos da pandemia para o ensino superior em geral, e para os estudantes universitários em particular, ainda não pode ser dimensionado. Entretanto, há consenso de que o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes)<sup>2</sup>, já insuficiente antes do início da pandemia, terá que ser revisto e ampliado quando do retorno presencial às aulas e atividades universitárias.

Neste momento de tantas e graves crises, temos em mãos uma publicação mais que oportuna. O livro aqui apresentado contribui decisivamente para a reflexão e a análise sobre um dos aspectos mais importantes nos dias que correm para o segmento discente nas universidades

---

2 O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) foi inicialmente criado como um Programa, por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. De acordo com o site do Ministério da Educação, “O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (Ifes). O objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa. Os critérios de seleção dos estudantes levam em conta o perfil socioeconômico dos alunos, além de critérios estabelecidos de acordo com a realidade de cada instituição.” Disponível em <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em 10 set. 2021.

públicas brasileiras: a *Política de Assistência Estudantil*.

Esta obra, organizada por jovens e brilhantes docentes, contém textos de professores e estudantes que nos colocam, criticamente, diante dos impasses, dificuldades e desafios que significam, hoje, democratizar o acesso e a permanência de estudantes nas universidades públicas brasileiras.

Esta coletânea contém ensaios de docentes e discentes que resultam do processo de debates, constituição e implementação de uma Política de Assistência Estudantil. É a sistematização de um processo iniciado em 2016 – mais precisamente na greve de maio a setembro – e que hoje é História. Nele, foi crucial a realização da I Conferência de Assistência Estudantil, pois dela emanou a elaboração de uma Política de Assistência Estudantil para as universidades estaduais de Minas Gerais.

Este decurso foi alavancado pela Universidade Estadual de Montes Claros em sua trajetória rumo à peleja pelo acesso e permanência dos estudantes universitários como um **direito**.

Ademais da importância e pertinência da socialização do que foi realizado em uma universidade pública, os diversos ensaios trazem instigantes reflexões sobre questões da maior relevância, a exemplo dos panoramas sobre as condições em que se encontram as universidades mineiras – com destaque para a Unimontes – dentro do

turbilhão de políticas neoliberais que cada vez mais solapam direitos e recursos, mas, também, implementam novas formas e processos de trabalho e de formação de profissionais - tendo como horizonte as exigências do mercado e do capital.

A tendência ao EaD, ao aligeiramento da formação, ao crescente cumprimento de metas, a redução do quantitativo de funcionários e docentes; e a desconfiguração do tripé ensino/pesquisa/extensão são apenas alguns dos aspectos denunciados como anuladores de uma formação propedêutica e crítica ao longo dos seis textos que compõem este livro.

É notável a contribuição deste livro como exemplo profícuo da união dos segmentos que compõem a universidade no enfrentamento das ofensivas a que estão expostas estas instituições hodiernamente, indicando também questões fulcrais para um conjunto de necessidades sociais contemporâneas determinadas pelo atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, notadamente na sua versão Tupiniquim, e das quais derivam novas demandas para a Educação Superior.

O primeiro aspecto do livro que chamou minha atenção foi o tratamento dado ao encadeamento dos textos, construindo uma espécie de *Diário de Campo* da dinâmica que envolveu toda a constituição da Política de Assistência Estudantil nas universidades estaduais

mineiras.

Não menos importante, é o reconhecimento do caráter de incompletude deste movimento, o que denota não só o caráter rigorosamente científico da análise, bem como a correta avaliação de que muito ainda há para se fazer. Esta constatação fica patente quando, desde o título da obra, afirmam com grande propriedade recorrendo ao nosso Poeta Maior: *Uma flor nasceu na rua!* Sua continuidade dependerá, portanto, dos jardineiros que a cuidarem – com rega, poda e muita disposição de vê-la brotar, florescer e dar novas e muitas flores.

Cabe ainda destacar que esta coletânea é importante não apenas pelo tema que trata, mas pelo momento oportuno em que chega às nossas mãos. Tempo de mais e mais agudas desigualdades, tempo de negacionismo científico e cultural, tempo de preconceitos e violência contra qualquer pensamento crítico. Como lembra ainda Drummond: *Esse é tempo de divisas, tempo de gente cortada.*

Mais que nunca é hora, portanto, de lembrar da bela experiência daqueles e daquelas que deixaram seu registro nesta obra, e continuar lutando todos os dias. E nesta luta, não esquecer jamais que, um dia, esta flor foi considerada “imbrotável”. E nesta hora, voltemo-nos sempre aos poetas – a ignorância teme a força da poesia – e brademos em alto e bom som as palavras de Bertold Brecht:

*Nós vos pedimos com insistência:  
Nunca digam – Isso é natural!  
Diante dos acontecimentos de cada dia,  
Numa época em que corre o sangue  
Em que o arbitrário tem força de lei,  
Em que a humanidade se desumaniza  
Não digam nunca: Isso é natural  
A fim de que nada passe por imutável.*

*Cidade (ainda) Maravilhosa, Primavera de 2021.*

**Janete Luzia Leite**

*Doutora em Serviço Social pela Universidade  
Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)*

*Professora Titular da Escola de Serviço Social da UFRJ  
Coordenadora do Núcleo de Pesquisa e Estudo sobre Políticas  
Públicas, "Questão Social" e Serviço Social (NUPEQUESS)*

# A UNIVERSIDADE PÚBLICA ENTRE RETROCESSOS E CONTRADIÇÕES: REFLEXÕES SOB UMA PERSPECTIVA ÉTICO-POLÍTICA DO SERVIÇO SOCIAL

*Noêmia de Fátima Silva Lopes*

*Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhe foram transmitidas assim como se encontram*  
(Karl Marx).

## INTRODUÇÃO

No tempo presente, o processo das relações e precarização das condições de trabalho, a política de retração dos direitos sociais, os diversos tipos de discriminação, o conservadorismo, seguidos do moralismo, fundamentalismo religioso, desigualdade e a concentração de renda, somam e alargam os desafios da educação superior.

Essa conjuntura de “crise”, inerente ao capitalismo, alimenta os piores retrocessos de nossa história e se apresenta também como desafios à resistência, pois essa realidade estrategicamente polariza a classe trabalhadora (ANTUNES, 1999) e afeta de forma perversa a educação superior. Um desses rebatimentos é a exigência de uma formação que objetive apenas atender ao mercado e aos interesses do capital. Além da triste e revoltante constatação, de que o Estado

nega investimentos em uma política de educação, pública, presencial, de qualidade, gratuita, laica, plural, democrática e socialmente referenciada, colocando-se como interlocutor dos interesses do mercado financeiro.

Diversas alternativas são reinventadas a cada momento no capitalismo, cumprindo acordos neoliberais<sup>3</sup>, ampliando os lucros do setor privado e escasseando os recursos públicos (TONET, 2012). A crescente tendência da educação na modalidade de Ensino a Distância (EAD), com o aligeiramento da formação, afeta diretamente o tripé da educação superior, ensino, pesquisa e extensão. Esse contexto compromete os princípios de uma formação de qualidade e crítica, que qualifica profissionais para compreender a complexa realidade posta e, dessa forma, sejam capazes de propor intervenções possíveis de transformar para melhor a vida da sociedade, seja por meio de alternativas sociais, políticas, econômicas, culturais.

O resultado dessa configuração e os desafios que se colocam perpassam pela precarização do ensino, pelo avanço de ideias conservadoras, pela subalternização de classe e pelas posturas tecnicistas e acríicas dos profissionais em exercício, além da individualização das causas sociais e da necessidade de superação da ordem burguesa, enquanto frente de resistência (TONET, 2012).

---

<sup>3</sup> “O renascimento das propostas neoliberais ocorreu inicialmente nos Estados Unidos, seguido da Inglaterra e do Chile – experiência pioneira na América Latina” (IAMAMOTO, 2007b, p. 34). No Brasil, o neoliberalismo chegou com certo atraso, somente em 1990, no governo de Fernando Collor de Mello, constituindo o que Behring (2002) chamou de neoliberalismo retardatário.

No que tange a essa realidade, torna-se imprescindível fomentar a participação junto aos movimentos sociais e de categorias profissionais, alinhados com o projeto de luta da classe trabalhadora. Desse modo, podem enfrentar de forma coletiva às ameaças de desmonte dos direitos, como observa-se quanto à negação do direito de acesso à política de educação pública de qualidade.

Um dos desafios impostos à classe trabalhadora no contexto neoliberal, no qual os direitos estão sendo retirados ou minimizados paulatinamente, é a desconstrução das ideias reacionárias, do ponto de vista ideológico. Ideias responsáveis por análises levianas, fragmentadas e discriminatórias, na direção de reforçar e manter a ordem vigente do capital, além destas ideias serem determinantes na fragmentação da classe trabalhadora. Fatos que fragilizam os instrumentos de luta e resistência, sejam nos movimentos sociais, sindicatos ou partidos políticos.

Compartilha-se da relevância dessa temática, sobretudo neste momento em que se evidencia uma “crise” das instituições públicas. Com isso, reafirma-se e efetiva-se o processo de desmonte do patrimônio e instituições estatais, alinhado aos interesses do setor privado e a financeirização do mercado, fortalecendo o ideário capitalista neoliberal (TONET, 2012).

Conhecedora do poder de uma classe consciente, a burguesia reforça as estratégias do capital para manter a

estagnação, o silêncio, a submissão da classe trabalhadora, para fins de continuação da exploração da força de trabalho<sup>4</sup>, mantendo os privilégios do capital, usando o Estado como o seu comitê executivo (NETTO, 2011).

Ainda enquanto uma das estratégias do capital no Brasil, por exemplo, vivenciam-se as reformas e contrarreformas em pleno e efetivo avanço, dentre elas a reforma da previdência, a trabalhista, administrativa, além da desregulamentação das leis ambientais, prejudicando gravemente a classe trabalhadora, todo o seu meio ambiente e os povos, comunidades e “minorias” vulneráveis. Essa classe que, para Marx (2012), possui apenas a força de trabalho, que é vendida aos donos dos meios de produção – os quais são os grandes beneficiados do processo de flexibilização e contrarreformas do Estado. Conseqüentemente, quanto mais o capitalista amplia o seu próprio capital, maiores são as desigualdades sociais e agravamento das diversas formas da expressão da

---

<sup>4</sup> “Força de trabalho aqui compreendida como potência humana, braços e pernas, cabeça, mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana” (MARX, 2012, p. 211).

questão social<sup>5</sup>.

Diante dessa realidade, inúmeras interrogações se afluam: de que forma os instrumentos de resistência e luta coletiva por uma universidade pública, presencial, de qualidade, laica, socialmente referenciada, influenciam o processo de formação superior? Quais pautas nas dimensões: social, política e econômica se evidenciam quando a comunidade acadêmica debate sua própria realidade? Nesse processo de resistência política, quais projetos ideológicos se colocam em disputa? Como enfrentar esse contexto de perda e regressão de direitos?

Nesse ínterim, o estudo possui como principal objetivo analisar o processo de greve vivenciado pela comunidade acadêmica da Universidade Estadual de Montes Claros, de maio a setembro de 2016, e o significado dessa dimensão política na educação superior. O estudo fundamenta-se na pesquisa bibliográfica de perspectiva histórico-crítica dialética e nos registros documentais produzidos pelo próprio movimento de greve.

---

5 Para Netto (2001), as condições estruturais que fundam a questão social continuam presentes. São resultado do conflito entre capital e trabalho e se expressam, por exemplo, no pauperismo, na fome, na violência, nas desigualdades sociais, dentre outros.

“Tamamoto (2001, p. 17) se expressa de forma mais precisa acerca do conceito, em que a questão social diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, indispensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais”.

Segundo Ianni (1992), a questão social se apresenta como um processo apoiada em uma análise histórico-social, e traz sua afirmação, por meio de seu texto, que ela (a questão social) é um resultado acumulado das várias crises econômicas singulares, o que gera contextos sociais conflituos nas zonas rurais e urbanas, desde o período escravocrata.

O interesse pelo debate emergiu das inquietações provocadas a partir da própria experiência vivenciada no processo de greve, junto ao movimento sindical e em debates com diversos representantes e segmentos da comunidade acadêmica.

As reflexões elaboradas foram estruturadas em duas partes neste estudo. Na primeira, e a partir da concepção de uma educação pública transformadora, democrática, plural, apresentam-se os desafios impostos à trajetória contraditória da política de educação e os retrocessos na Universidade Estadual de Montes Claros - MG, bem como as tensões de um processo de greve e as marcas desastrosas das opções e prioridades do estado de Minas Gerais quanto ao ensino superior. Na segunda, busca-se compreender a dimensão política da organização coletiva e os projetos em disputa sob a perspectiva ético-política do serviço social. E por fim, algumas provocações, a fim de que seja possível compreender e continuar construindo essa trajetória de desafios imensuráveis.

### **1. Desafios impostos à trajetória contraditória da política de educação e os retrocessos na Universidade Estadual de Montes Claros - MG**

No atual modelo das políticas educacionais em curso no Brasil, o que indica os dirigentes do neoliberalismo é uma completa despolitização e um ajuste sistemático dos sujeitos, conforme as imensuráveis exigências do projeto

de globalização. Política que configura-se na contramão dos princípios constitucionais da educação, preconizada na Constituição Federal de 1988 enquanto direito fundamental para o exercício da cidadania (TONET, 2012).

Nesse cenário, as políticas sociais públicas, como a educação, são paulatinamente destruídas sem recursos. A educação pública, como direito de todos e dever do Estado, é depreciada. Sob orientação política neoliberal, a privatização é o seu destino, a partir da narrativa da falta de eficiência, eficácia e efetividade, como se o Estado fosse uma empresa privada que devesse gerar lucros. Com isso, a autonomia universitária torna-se cada vez mais reduzida (de forma ainda mais evidente, nas universidades estaduais), e qualquer projeto de educação para emancipação dos sujeitos que apresente como objetivo a inclusão e desenvolvimento social tem sido frustrado, além de subordinado à política econômica do país e ao mercado financeiro internacional.

O Estado divulga a determinação, sem discussão com estudantes e professores(as), da “ampliação do acesso à política de educação” por meio da formulação e implementação de vários programas<sup>6</sup>, ao mesmo tempo que reduz abruptamente o orçamento. Os impactos dessa política neoliberal para a

---

6 “[...] como Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), Enade (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes), ProUni (Programa Universidade para Todos) e Reuni (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). A análise articulada dessas políticas e desses programas oferece um painel sobre o sistema de gestão pública na área de educação brasileira, cujo paradigma é o neoliberalismo e o movimento ampliado de reestruturação do capitalismo mundial no contexto dos blocos regionais” (CASTRO, 2010, p. 197).

educação são imensuráveis. No ensino superior, o qual tem como base o tripé ensino pesquisa e extensão, assistem-se o seu desmonte e os retrocessos. A concepção governamental sobre a educação superior é a de que ela se constitui em gastos e não em investimento, e como tal deve ser gerenciada pela lógica do mercado<sup>7</sup>.

Contudo, essa concepção se contrapõe ao que a maioria dos professores(as) defende, originando um processo de erosão entre professores, gestão da universidade e Estado. São elementos que confirmam a nossa compreensão de que o processo de greve vivenciado na Universidade Estadual de Montes Claros não foi uma fato político isolado em defesa da educação e de denúncia das péssimas condições de trabalho, além do descaso do governo, mas sim o reflexo de um contexto e projeto de desmonte da política pública de educação em curso no país. Do mesmo modo, lamentavelmente, a gestão da universidade seguiu e cumpriu as diretrizes e determinações do governo, as quais potencializaram o tenso e desgastante processo de greve de 2016.

Conforme relatos dos(as) membros(as) da Associação de Docentes da Universidade Estadual de Montes Claros (Adunimontes), estendiam-se há algum tempo inúmeras reuniões para negociações junto à Universidade Estadual

<sup>7</sup> Vale destacar que neste texto foi possível construir uma análise teórica mais genérica sobre o tema, o qual exige maior aprofundamento e discussão a partir da teoria social crítica, sobre o projeto neoliberal, a subordinação do país ao mercado financeiro, a ameaça permanente a autonomia das universidades, a política antidemocrática em curso, os cortes orçamentários, principalmente no campo da pesquisa, e o caminho veloz de elitização da educação brasileira, agudizada com a pandemia pelo novo coronavírus a partir de 2020.

de Montes Claros e ao Governo do Estado de Minas Gerais. Apresentou-se, por meio dos membros do comando de greve, instituído em assembleia geral do sindicato, a pauta dos(as) professores(as): melhoria das condições e qualidade do trabalho docente, permanência dos(as) estudantes na universidade, posse imediata dos concursados, concurso público de fluxo contínuo em todos os cursos, reajuste salarial (estagnado há oito anos) e implementação de plano de carreira (inexistente para o ensino superior do Estado), dentre outras reivindicações as quais, mais tarde, no movimento de greve, foram sistematizadas em treze itens de uma única pauta da comunidade acadêmica.

Contudo, os(as) professores(as) representados pelo comando de greve não obtinham êxito nas reuniões, realidade a qual se arrastava desde a última greve em 2014, que defendeu uma pauta de realização de concurso público e posse imediata dos aprovados, considerando que a universidade não realizava concurso público há mais de quinze anos! O fato causava estranheza, inclusive sobre o silêncio dos órgãos como o próprio Ministério Público, que possui como função também de exigir explicações e um posicionamento da instituição e providências do Estado, pois compreende-se que MP é responsável pela defesa da ordem jurídica e dos interesses da sociedade, pela observância da Constituição Federal.

Observava-se um certo prenúncio de descumprimento de várias legislações dentro da universidade. Contudo,

o movimento não tinha acesso aos documentos públicos solicitados à universidade e, por inúmeras vezes, recebeu a negativa ou o completo silêncio. Porém, os fatos eram evidentes. Constatou-se, ao longo de quinze anos, um quadro docente em sua maioria de professores(as) designados(as), ou seja, com contratos precários renovados de forma sequencial todos os anos, em alguns casos de dez, quinze anos de designação. Situação que acentuava e acentua ainda mais a realidade dos(as) trabalhadores(as), fragilizando qualquer tipo de movimento e resistência coletiva da categoria, colocando “em xeque” a ação do movimento e do sindicato dos(as) professores(as). Em uma configuração dessa natureza, com a maioria de trabalhadores(as) com contratos firmados precariamente, há uma exposição notória e um enfraquecimento da resistência, pois esses(as) trabalhadores(as) podem ser desligados(as) da instituição a qualquer momento. O Estado, ciente do quadro, manipula a circunstância vulnerável a favor do governo, atingindo o movimento e, logo, a educação.

Essa realidade converge com a chamada “crise” contemporânea do sindicalismo (ANTUNES, 1999), consequência da reestruturação produtiva<sup>8</sup> e do projeto

---

8 “As relações sociais de trabalho e produção sofreram profundas modificações com o processo da reestruturação produtiva no capitalismo, a qual se destacou essencialmente pelo emprego de novas tecnologias de automação flexível, tecnologias de base microeletrônica e de novas formas de organização do trabalho. O padrão de uso e remuneração da força de trabalho do trabalhador(a) da indústria iniciou-se nos moldes da Primeira e da Segunda Revoluções Industriais; a primeira ocorreu em meados do século XVIII, na Inglaterra, onde foram empregadas principalmente novas técnicas de produção. Já a segunda, considerada, além de industrial, tecnológica, teve como centro a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos, e, além do avanço das máquinas, trouxe consigo a ideia de maior concentração de capital e a internacionalização das grandes empresas” (ANTUNES, 2004. p. 98).

neoliberal<sup>9</sup>, apontando inúmeros desafios e retrocessos à classe trabalhadora. Fato esse que não isenta a realidade vivenciada na universidade; ao contrário, evidencia demasiadamente uma conjuntura de descaso do Estado com um projeto de educação superior de qualidade, além de mostrar, o que não é novidade, a relação desse Estado com os interesses privados, neoliberais, mitigando o enfrentamento e resistência da classe trabalhadora frente ao capital.

“Uma potente corrente no sentido de desregular e flexibilizar as condições de trabalho atinge duramente conquistas históricas do movimento sindical, que não consegue impedir tais transformações (ANTUNES, 1999, p. 65).

Esse é um problema inerente ao capitalismo e à sua estrutura, tornando-se ainda mais desafiadoras e conflituosas as relações sociais de trabalho.

Esse era o contexto, que não estava dissociado de uma conjuntura macro, de projeto político de educação para o país, que, desde a década de 1990, no Brasil, segue rigorosamente os compromissos neoliberais.

---

<sup>9</sup> “Quanto às principais razões da adesão do Brasil ao projeto neoliberal, têm destaques o agravamento da crise econômica, desencadeada entre os anos de 1989/1990, e o esgotamento do modelo intervencionista estatal, inaugurado na década de 1930. Dessa forma, efetivamente, o Brasil foi o último dos países latino-americanos, já no começo da década de 1990, a entrar nesse circuito de submissão às políticas de liberalização financeira e comercial de desregulamentação cambial com o objetivo de atrair recursos externos, a qualquer custo, inserindo-se de forma subordinada no novo quadro financeiro mundial” (TAVARES; MELIN, 1998, p. 51).

As políticas educacionais decorrentes do processo de reestruturação pelo qual passa o capitalismo mundial devem ser compreendidas no âmbito das transformações geopolíticas e culturais em curso. Tendo por base essa premissa, as reformas educativas nos países latino-americanos têm tido uma base regional. Na década de 1990, impõe o conjunto dessas reformas propostas e implementadas para o Estado e setor público dentro da perspectiva neoliberal (CASTRO, 2010, p. 196).

A universidade vinha sofrendo as consequências da precarização e desmonte da política pública de educação, e quem “pagava o preço” eram estudantes, professores(as) e, de forma direta, toda a sociedade, que, inclusive, muitas vezes, não consegue compreender as estratégias do Estado na implementação do projeto neoliberal em curso.

Apesar do cenário, o sindicato dos(as) professores seguia determinado na defesa da educação pública, pois, desde 2014, se arrastavam diálogos sem sucesso com a gestão e o Estado. O sindicato sempre foi marcado por enfrentamentos anteriores e por perdas irreparáveis. Ao se esgotarem todas as possibilidades de diálogo e consenso entre os envolvidos - Sindicato, Estado e Gestão da Universidade, na busca de que o governo cumprisse minimamente acordos firmados anteriormente com os(as) professores(as), aflorou-se, concomitantemente, uma indignação no interior da comunidade acadêmica. Após a realização de várias

assembleias com professores(as) divididos(as) entre si e em tensos e sucessivos debates, no dia 2 de maio de 2016 é deflagrada a greve dos(as) professores(as) da Unimontes, aprovada pela maioria em plenária específica convocada pelo Sindicato dos(as) Professores(as) da Unimontes.

Sem outra alternativa, iniciou-se o movimento de greve. Os(As) professores(as) pronunciavam palavras de ordem e consternação sobre a conjuntura política e o descaso do governo para com a educação do Estado, além de discutirem sobre o caos que se instaurou na Universidade Estadual de Montes Claros e da direção desafiadora que se desenhava para a educação superior naquele momento.

O movimento de greve oportunizou reflexões e problematizações da realidade com toda comunidade acadêmica e trouxe à tona questões relevantes sobre “a universidade que temos e a construção da universidade que queremos”. Essa foi uma das frases que marcou os discursos nas assembleias, passeatas, manifestações e encontros realizados no período de greve.

Preocupados(as) e com grande inquietação, formaram-se diversos Grupos de Trabalho (GTs), os quais se reuniam diariamente com abordagem de temas tais como: patrimônio público, realidade dos campi, plano de carreira, estrutura da universidade, política estudantil, segurança, estatuinte da universidade, melhores condições de trabalho, qualidade do ensino público, acessibilidade, saúde, esporte, permanência

estudantil, dentre outros.

Desses GTs, derivaram-se propostas, discutidas e entregues à comissão de negociação (que incluía representação dos docentes, discentes, técnicos administrativos e sindicatos destes segmentos), as quais foram apresentadas à reitoria da Unimontes e ao Estado de Minas Gerais, por meio dos seus representantes coletivos.

Nesse processo, além das assembleias dos três segmentos envolvidos na greve como professores/as, estudantes e técnicos/as administrativos, inúmeros eventos foram realizados tais como: passeatas, mesas-redondas de debates, seminários, oficinas, teatros, shows, além de várias iniciativas dos próprios membros do comando de greve. Esta agenda de atividades tinha como objetivo o envolvimento de toda a comunidade acadêmica, tanto nas discussões da pauta da greve, quanto na contraditória e sombria realidade da política de educação pública do país.

Os eventos ocorridos neste período só foram possíveis pelo estranhamento do próprio cotidiano vivido pela comunidade acadêmica. Atividades estas que seriam impossíveis de serem realizadas no dia a dia de trabalho que é alienante, alienado e alienador (MARTINELLI, 2011; NETTO, 2011). Esse processo contribui com a reificação das relações sociais de trabalho, pois, o(a) trabalhador(a) não mais se reconhece no seu resultado final (MARX, 2012).

Mesmo diante dessa realidade, a greve foi ganhando adesão

dos(as) professores(as), estudantes e técnicos administrativos, que agora, juntos, discutiam sobre a universidade. Foi um momento enriquecedor e de grande aprendizado para a comunidade acadêmica. Entretanto, o movimento, que teve duração de quatro meses (de maio a setembro de 2016), não obteve um resultado positivo em sua pauta apresentada. Na análise da comunidade acadêmica, avançou-se pouco, entendendo que ainda havia um longo caminho pela frente, o qual ainda deveria ser percorrido pelo coletivo de professores(as).

Nesse momento, o Estado se isenta de suas responsabilidades, assumindo evidentemente, o lado oposto ao da classe trabalhadora.

Perfila-se em consequência, um divórcio crescente entre Estado e as classes subalternas, em que o povo se sente estrangeiro e emigra para dentro de si mesmo, apesar das fórmulas político-jurídicas liberais estabelecidas nas constituições republicanas (IANNI, 1984 a *apud* IAMAMOTO, 2009, p. 32).

Realidade vivenciada de forma angustiante por todos(as) que defendem e lutam por uma educação enquanto instrumento impulsionador de transformação da sociedade. Contudo, assistiu-se mais uma vez a história se repetir: a educação sendo tratada como despesa pelo estado, a universidade como propriedade privada. Enquanto isso, os(as) professore(as) e

estudantes que lutavam pelo direito à educação de qualidade em todas as suas dimensões, foram tratados(as) como aqueles(as) que “provocavam balbúrdia”, que incomodavam a comunidade acadêmica e a ordem institucional<sup>10</sup>. Negaram e continuam negando a toda a sociedade a educação enquanto direito constitucional.

Em um contexto controverso entre o governo e o movimento, a greve foi judicializada pelo Estado, todavia a desembargadora que recebeu o processo emitiu parecer favorável às reivindicações do movimento de greve e o considerou legítimo. Entretanto, até a data de publicação deste estudo, ainda não havia cumprimento da pauta por parte do Estado, das reivindicações do acordo de greve, gerando insatisfação e uma sensação de desânimo e impotência, em toda a comunidade acadêmica.

O encerramento da greve se deu no momento em que grande parte dos(as) professores(as) designados(as), com contratos precários e temporários, não recebiam mais os seus salários. Em uma das assembleias – com participação maciça e muito tensa –, o voto dos(as) professores(as) designados(as) e a solidariedade a este grupo foram determinantes para o encerramento do movimento de greve. O processo evidenciou a proximidade que as organizações coletivas se encontram da classe em si e a necessidade da transição desta condição à classe para si, ou seja, a elevação da consciência coletiva, capaz

---

10 Vale lembrar que o Estado brasileiro se orienta e se estrutura a partir de uma perspectiva cultural ideológica positivista, mas também neoliberal.

de modificar a realidade da classe trabalhadora (MONTÃNO; DURIGUETTO, 2011).

As fragilidades, limitações e dependência econômica da classe trabalhadora são utilizadas a favor da manutenção da dominação e exploração do capital, com amplo e irrestrito apoio do Estado. O fim do movimento de greve foi o reflexo desta realidade. Em uma votação apertada com diferença de apenas doze votos, o indicativo de fim da greve venceu, mesmo antes do cumprimento de nenhum dos pontos da pauta de reivindicações naquele momento, seja do movimento dos(as) professores(as), seja dos técnicos administrativos, exceto a pauta apresentada pelo movimento estudantil, que recebeu uma proposta do governo.

Os(as) estudantes decidiram em assembleia específica sair do movimento após o compromisso do Estado de iniciar o processo de elaboração e construção da política estudantil em Minas Gerais para o ensino superior, sendo a Unimontes protagonista do processo. Na discussão e elaboração da política estudantil para o Estado de Minas Gerais, fizeram parte da comissão os membros(as): do Diretório Central dos Estudantes (DCE), dos(as) professores(as) do curso de Serviço Social e a Pró-Reitora de Extensão.

A princípio, apenas os(as) estudantes obtiveram êxito nas negociações junto ao Estado naquele momento, com o atendimento de parte de suas reivindicações. No entanto, as discussões realizadas durante os quatro meses, ou seja, nos

cento e vinte e três dias de greve, modificou a forma de alguns membros da comunidade acadêmica perceberem a educação superior, em outras palavras, reconheceram o modo e a dinâmica internas da universidade e dos projetos postos em disputa, nos diversos enfrentamentos realizados no processo de greve. Em destaque, projetos que não coadunam com o que se defende, enquanto uma educação de qualidade, capaz de contribuir com uma formação crítica, reflexiva, para além de apenas atender aos interesses do mercado de trabalho (CASTRO, 2009).

O contexto proporcionou que se discutisse nas oficinas: conjuntura da universidade, a educação superior no Brasil e o projeto neoliberal a que a sociedade se submete e da qual colhe os árduos resultados. Mesmo não alcançando o cumprimento da pauta do acordo de greve, o momento permitiu certa maturidade de parte da comunidade acadêmica, que atualmente possui argumentos nesse debate, apesar de ainda encontrar-se fragmentada e desarticulada enquanto classe.

Torna-se cada vez mais necessário se fortalecer, pois as batalhas cotidianas têm desgastado e afetado diretamente as relações de trabalho de toda comunidade acadêmica, em especial do corpo docente. Para Castro (2009), esse fortalecimento perpassa pela consciência política, pelo reconhecimento enquanto classe trabalhadora, pelo sentimento de pertencimento. Posturas fundamentais para a luta coletiva e o embate político na direção da efetivação de direitos.

Muitos(as) ainda não se convenceram de que estamos diante

de um projeto de desmonte de direitos da classe trabalhadora e do patrimônio público, posicionamento que fortalece a ideologia dominante do capital privado e mercantil. Qual educação se tem e qual se almeja? Que tipo de educação é necessária para mudar a vida da sociedade e não apenas de um pequeno grupo?

A educação não tem conseguido contribuir como deveria para formar cidadãos(ãs) cruciais na transformação da realidade alienada, em sociedade emancipada e livre, em sua dimensão mais ampla possível, em uma dimensão e perspectiva dialética.

Se construir uma sociedade democrática-cidadã é construir uma sociedade efetivamente livre, qual seria a contribuição da educação nesta tarefa? Contribuir, no âmbito específico, para a conquista hegemônica, pelas forças progressivas, no seio da sociedade civil e, portanto, para a construção de uma sociedade cada vez mais livre e mais humana (TONET, 2012, p. 64).

Todavia, a educação e, principalmente, a educação superior têm reproduzido interesses mercadológico. Portanto, tem-se consciência da dimensão dos entraves da luta coletiva, da resistência e das fragilidades da classe trabalhadora. Da distância do ideal de educação a qual se almeja, em um projeto de sociedade emancipada. Contudo, o projeto do capital ainda prevalece, os interesses neoliberais vêm sobrepondo aos da coletividade, em um projeto prepotente e opressor. Esse é o tamanho do desafio. A Unimontes é apenas uma instituição

pública, das muitas que resistem a sobreviver neste país. Ocorre com várias universidades estaduais e federais, que vivenciam os reflexos da não prioridade da Educação por parte das ações e agenda do governo, as quais têm sido verdadeiros laboratórios desse projeto, que possui como marca a efetivação da privatização, censura e autoritarismo.

Os pressupostos dos documentos da Unesco endossam as políticas neoliberais no campo da educação, que iniciaram um verdadeiro processo de desmonte das universidades públicas brasileiras, com investimentos cada vez mais reduzidos por parte do Estado. O retraimento do financiamento do Estado na educação pública superior é a expressão do processo de contrarreforma do Estado, instalado na década de 1990, no Brasil impondo a face privatizante e mercantil no campo educacional (CASTRO, 2009, p. 198).

Nesse ínterim, torna-se fundamental problematizar sobre a relevância da capacidade estratégica de negociação e intervenção do Estado, que é de natureza pública e deveria cumprir sua função social, mas expressa contradições ainda existentes na sociedade. Além disso, é capturado pela ideologia privada, tornando-se um instrumento da burguesia (NETTO, 2011). Trata-se de uma realidade que desafia o trabalho dos(as) profissionais da educação que se propõem e defendem princípios e valores na direção da cidadania e emancipação. Para isso, construir uma formação a partir do

tripé ensino, pesquisa e extensão tem sido no tempo presente, cada vez mais desafiador, contudo necessário e urgente.

Um dos percalços desse processo é a reconfiguração das relações entre o público e o privado, afirma Netto (2011). É uma relação social que amplia de modo perverso a apropriação privada da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora, apropriada e acumulada apenas pelo capital (MARX, 1987). Sinalizando-se uma crise aguda e estrutural do capital, certos(as) de que um dos seus rebatimentos diretos é na política pública de educação. Fundamentalmente, é necessária uma classe consciente, que tenha o poder de se organizar e se reconhecer enquanto classe (MARX, 1987). Só assim, será possível enfrentar os impactos desastrosos para essa classe, que possui apenas a força de trabalho, que é vendida em troca de salário (ANTUNES, 1999).

Mas, muitos(as) não pretendem correr o risco, demarcando a distância que nos encontramos da superação desse processo de alienação, no qual se encontra grande parte da sociedade contemporânea e de toda classe trabalhadora, subordinada às regras do capital e aos ditames do projeto neoliberal.

No entanto, romper com o processo de alienação é preciso. Superar a ideia imposta pela ideologia dominante de que “não é possível mudar”, de que “nada muda”, “sempre foi assim e sempre será” é determinante no processo de manutenção da ordem vigente. Essa configuração da realidade é funcional ao capital e reforça a condição social de estagnação e inércia

da classe trabalhadora. Dessa forma, impede ou dificulta a realização da travessia, como afirmado por Guimarães Rosa (1994, p. 197): “O real não está na saída e nem na chegada, ele se dispõe com a gente é no meio da travessia”.

Nesse processo, está contida a ideia de movimento, de alguém que não pode parar para concluir a trajetória. E é exatamente nesse “lugar” que tudo acontece, mesmo sabendo dos riscos de realizar a travessia. Contudo, a escolha deverá ser por percorrer o caminho, jamais só, mas juntos(as). Conscientes de que estamos em uma realidade

“[...] historicamente confrontada pela pressão de professores e estudantes para a destruição da monopolização do conhecimento pela burguesia e pela democratização interna das universidades” (LIMA, 2007, p. 127),

Evidencia-se a presença de projetos contraditórios de educação e de universidade, principalmente no Brasil. Assim, apenas se confirma a necessidade da organização coletiva frente aos inúmeros retrocessos para a classe trabalhadora.

## **2. A dimensão política da organização coletiva e os projetos em disputa sob a perspectiva ético-política do serviço social**

A análise sob a perspectiva ético-política do serviço social deve-se à presença direta de professores do curso de Serviço Social que naquele momento compôs o comando de greve

junto à Associação dos Professores da Universidade Estadual de Montes Claros (Adunimontes). Pelo motivo da posição política pública desses(as) professores(as) sobre as pautas do movimento e sobre a importância da defesa da universidade pública, vários debates foram suscitados dentro do curso com colegas e estudantes. A participação efetiva no movimento evidenciou defesas de princípios éticos fundamentais da profissão, as quais são imprescindíveis no processo de formação. Vale ressaltar a importância do reconhecimento de pertencimento de classe, compreendendo o sindicato como uma das ferramentas de luta por direitos violados permanentemente, nesse caso em particular, pelo Estado.

O *ethos* coletivo do serviço social é baseado nos princípios fundamentais do Código de Ética de 1993, os quais dão sustentação e legitimam a defesa intransigente de uma sociedade que não seja construída na contradição, na desigualdade e, conseqüentemente, na injustiça. Coloca-se em oposição a tudo que viola o direito à liberdade, à cidadania ou que inspira transformar o ser humano em objeto; em outros termos, que reifica as relações sociais.

Dessa forma, uma educação que não seja pensada a partir de princípios como o da liberdade e da igualdade de oportunidade desafia a todos(as) nós, pois é uma política que deve ter prioridade na agenda pública. Uma educação de qualidade é condição *sine qua non* para que uma sociedade se desenvolva em todas as suas dimensões, principalmente

social, cultural, política e econômica.

Configura-se de tal modo uma das relevâncias deste debate e das temáticas que se transformam em pautas no movimento coletivo, compreendendo que o processo de greve, além de desafiador, também é pedagógico, mesmo frente aos confrontos e embates necessários e cientes de que toda disputa de projeto é uma disputa ideológica.

No que concerne à profissão de Serviço Social, é preciso reconhecer e desvendar a dinâmica da conjuntura e assumir que o Projeto Ético-político (PEP) e os princípios do Código de Ética estão em xeque neste contexto, visto que as proposições neoliberais e as medidas governamentais em curso no país desempenham um nítido papel antidemocrático. Além de violentar inúmeras conquistas da classe trabalhadora, reúne em torno de si conservadores e reacionários (PINTO, 2017, p. 8).

O que está em questão são projetos societários, e esses projetos não são apenas diferentes, mas antagônicos entre si. Um deles pertence à ideologia capitalista e à manutenção da ordem vigente, enquanto o outro defende a emancipação humana, a superação do modo de produção que oprime e explora a maioria da sociedade, que é constituída por aqueles(as) que não possuem meios de produção, mas apenas a força de trabalho (MARX, 2012).

O projeto ético-político do serviço social alinha-se ao projeto de emancipação humana e à defesa intransigente dos

direitos da classe trabalhadora, o qual se sustenta em pilares definidos coletivamente pela categoria, nos princípios éticos fundamentais. Apesar de todos os desafios contemporâneos, são esses valores que norteiam a luta coletiva por uma nova sociedade construída, a partir do

I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;

III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;

V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;

VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;

VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;

IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos(as) trabalhadores(as);

X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (BRASIL, 1993, p. 23 e 24).

Nesse horizonte, o projeto profissional crítico é um norte para a ação profissional, pois nele a teoria e a prática se constituem enquanto unicidade. Essa direção sustenta a defesa e posição do serviço social, as quais se transformaram em bandeiras de luta da profissão, que, mesmo na contradição, defendem que o Estado cumpra a sua função e responsabilidade no enfrentamento da questão social e suas expressões.

A dimensão ético-política do serviço social é permeada por controvérsias, pois o assistente social é um profissional que possui uma autonomia relativa, como expõe Iamamoto (2007). Mesmo nessa configuração, é necessário avançar, a fim de que seja possível ampliar o acesso aos direitos

sociais. Considerando que o(a) profissional do serviço social insere-se nos mais diversos espaços sócio-ocupacionais – saúde, assistência, educação, judiciário, previdência, trabalho, habitação, setores privados, Organizações Não Governamentais, dentre outros.

A luta coletiva é um imperativo urgente, sem o qual não há como se alcançar os princípios éticos defendidos pela profissão. Não é apenas do(a) assistente social, mas é uma luta de todas as categorias e mais importante, da classe trabalhadora. Juntos(as) na direção de um projeto político pela transformação de uma sociedade que possa construir seus pilares nos valores éticos, fundamentais.

José Paulo Netto afirma que o projeto ético-político

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (1999, p. 104-105).

O autor declara que o(a) assistente social deve ser comprometido com esse projeto político mais amplo, pois somente no compromisso com a autonomia pode ser realizada

uma atuação emancipatória, já que a liberdade é o ponto de partida para esse tipo de atuação. Desse modo, expressa e se orienta o pensamento do serviço social crítico, que nega o conservadorismo e denuncia as mazelas sociais, inerentes ao capitalismo. E uma dessas expressões se encontra na precarização do ensino superior, na sua mercantilização e elitização. Assim como o trabalho, a formação de qualidade é uma das defesas da profissão do serviço social e deve ser de todo(a) cidadão(ã).

A partir dos princípios fundamentais do código de ética do serviço social de 1993, das Diretrizes Curriculares de 1996, verifica-se a importância dessa orientação para a formação do serviço social. Não é possível uma formação de qualidade que se oriente por outro caminho.

É evidente que uma educação voltada para a construção de uma sociedade que tenha por horizontes a emancipação da humanidade terá que ser norteadada por princípios e deverá encontrar formas profundamente diferentes daquela voltada para a reprodução da sociabilidade regida pelo capital (TONET, 2012, p. 23).

O trabalho intelectual que é a mola mestra desse processo carece contar com condições adequadas de possibilitar a sua concretização. Trabalho aqui entendido enquanto aquele que transforma o próprio ser social e outros seres sociais,

torna-se fundamental a fim de que a dinâmica da universidade se consolide a partir dos seus principais objetivos. É importante lembrar que a Política Nacional de Educação preconiza nesse sentido, a qual se fundamenta e orienta-se pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, com finalidades explícitas e importantes para sua implementação.

Art. 43. A educação superior tem por finalidade: I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive (BRASIL, 1996, p. 20).

Para o cumprimento e o compromisso com as diretrizes da LDB, condições mínimas de trabalho são necessárias com o desígnio de realização, no sentido de reafirmar o que se entende – e nós corroboramos – com sua finalidade, as quais podem garantir uma educação que tenha capacidade de possibilitar e instrumentalizar a formação comprometida com a transformação das diversas realidades de nossa sociedade.

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: 17 I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional (BRASIL, 1996. p. 23).

Se não há compromisso como a educação de qualidade, os resultados são comprometidos e a universidade torna-se inerte e completamente estagnada, em oposição e na contramão de sua missão que é o compromisso com o ensino, a pesquisa e a extensão e a garantia de uma educação pública e democrática, como já afirmado anteriormente neste estudo.

O Estado e suas instituições de ensino têm o dever de promover e garantir condições de trabalho e respeito com aqueles(as) que se dedicam à formação, que em espaços e profissões diversas contribuem com o desenvolvimento da sociedade. Também se devem garantir aos(às) estudantes, usuários(as) dessa política pública, condições de acesso e permanência na universidade, objetivo da política estudantil, hoje garantida em lei, regulamentada em Minas Gerais, mas ainda não implementada em sua totalidade. Atualmente, os(as) estudantes enfrentam desafios postos pelo atual modelo de educação. Vivencia-se, pois, uma política excludente, visto que o Estado não cumpre esse compromisso constitucional,

a educação enquanto direito fundamental do(a) cidadão(ã).

O Estado atua historicamente como esse suporte do capital, desregulamentando as leis que direcionam as políticas no país. Nesta direção, observa-se como esse quadro é aguçado após 2016. De fato, presenciamos um projeto em curso de verdadeiro desmonte das políticas públicas. Com a promulgação da Emenda Constitucional 95, de 16 de dezembro de 2016, que congelou por 20 anos os investimentos em políticas públicas; o não cumprimento da destinação de 10% do PIB para a educação; a Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017, da terceirização irrestrita; a Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, da reforma trabalhista, que, regulamentada, legaliza o trabalho intermitente; a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, da reforma do ensino médio, que retira da obrigatoriedade dos respectivos planos disciplinas como filosofia, sociologia, história, artes; e a aprovação da reforma da previdência, precarizando ainda mais as condições de trabalho e vida da classe trabalhadora. Além de outras propostas em curso, como a reforma administrativa, tributária e fiscal que são projetadas para atender ao sistema do mercado econômico.

Para garantir o desenvolvimento econômico no capitalismo, não há limites para a exploração dos(as) trabalhadores e de todo o seu meio ambiente. Mesmo que seja um desenvolvimento autodestrutivo como vivencia-se no planeta na sociedade moderna. Como participe desse

projeto, permanece o Estado na defesa de uma visão política, social do sujeito e da sociedade em uma direção, a do mercado. Intencionalmente, é distorcida a noção de política, de público, de bem coletivo acessível a todos(as) por direito. Com isso, anula-se o conceito de cidadania. A educação é transformada em treinamento, reduz-se o seu objetivo ao atendimento para o mercado de trabalho, distanciando cada vez mais os(as) profissionais e toda a classe trabalhadora de sua própria realidade e genericidade humana em detrimento dos interesses do capital financeiro internacional. Esses são alguns dos desafios presentes nesse contexto e trajetória, quando se pretende pensar a educação neste novo cenário.

É no interior dessa conjuntura e das lutas de resistência que se situam o movimento e os embates frente aos interesses antagônicos: de um lado, o capital, do outro, dos(as) trabalhadores(as). Por isso, é evidente que não se trata de falta de recursos, mas de uma inversão de prioridades.

Por isso mesmo, lutar por uma universidade pública e gratuita, pela sua ampliação, pela sua melhoria e pelo acesso cada vez mais amplo da população a ela é lutar pelos interesses daqueles que realmente produzem a riqueza (os trabalhadores), mas não tem acesso a ela, é lutar por uma vida efetivamente digna para a imensa maioria da população brasileira (TONET, 2012, p. 93).

O projeto societário emancipatório, democrático e de

desenvolvimento desta sociedade necessariamente passa por esse caminho. Contudo, é um caminho longo e árduo, mas não se vislumbra outra forma de construir e defender esse projeto de sociedade sem que se priorize a educação. Ela, a educação, como afirma a Constituição Federal de 1988, é direito fundamental de todo(a) cidadão(ã) e imprescindível no processo de emancipação de uma sociedade. “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda” (FREIRE, 2000, p. 67).

### 3. Considerações finais

Ciente dos obstáculos e do que significa defender um projeto societário emancipatório, entende-se que essa luta – que é de resistência – só pode ser construída de forma coletiva. Portanto, urge o fortalecimento das categorias profissionais e dos(as) atores(as) envolvidos (as) na defesa desse projeto, bem como de toda a classe trabalhadora.

A concepção de educação que se apreende está intrinsecamente vinculada ao tipo de sociedade que se anseia construir. Significa que os projetos pessoal, profissional e societário devem caminhar juntos, na medida em que se entrelaçam. Configuração a qual possui um impacto direto no processo de trabalho e na formação, em uma dimensão dialética.

Nesse contexto, em que projetos ideológicos se encontram permanentemente em disputa, não é possível qualquer

tipo de resistência que não seja construída no seio da classe trabalhadora. Por isso, para o serviço social é fundamental a defesa dos princípios que se alinham com o que se concebe enquanto educação emancipatória.

Para enfrentar a conjuntura de desmonte do Estado Democrático de Direitos, a educação nesse sentido da emancipação humana é imprescindível, porém a luta está para além da educação. A educação forma opiniões, potencializa capacidades, para que essas proponham mudanças (FREIRE, 2000). A superação da ordem vigente é um desses desafios, porquanto não é possível construir uma sociedade emancipada, na qual o que mais se valoriza são as coisas e não as pessoas.

Todo o processo do movimento de greve vivenciado pela comunidade acadêmica na Unimontes é reflexo dessa conjuntura perversa em que se encontra o ensino superior no estado de Minas Gerais e a educação de todo país, que vem impetuosamente sendo tratada como despesa e mercadoria e não como direito. Realidade que possui impactos diretos na vida de docentes e discentes, obviamente de toda sociedade, principalmente daqueles(as) que reconhecem que a educação possui um papel determinante neste processo, no qual o direito vem sendo violado em nome do capital financeiro.

A educação emancipatória é também determinante na dinâmica das relações sociais de trabalho, dos sujeitos que vivem em sociedade, presenciam ou se posicionam na disputa entre dois campos de projetos antagônicos: um defende a

educação enquanto direito e para a emancipação humana, o outro, a educação enquanto mercadoria de compra e venda do capital.

Esse cenário expõe a todo momento: o ser humano em sua dimensão de totalidade, enquanto um ser livre e a escravidão mercantil que aprisiona, em um conflito interminável sobre o que somos e o que temos. Esse é um modelo que não nos cabe, contudo somos “obrigados(as)” a permanecer em um processo de reificação, desencadeado pela cultura ideológica e hegemônica do capitalismo.

Desse modo, compete-nos compreender quais são esses projetos em disputa, desde a aparência até sua essência, seus princípios e valores, para assim se dispor, definir sobre qual deles nos representa e se estamos dispostos a defendê-lo. Foi pela busca permanente e incansável por esse entendimento que a pesquisadora se posiciona de forma consciente, e ao lado do projeto, que possui como principal princípio a emancipação humana e a liberdade enquanto valor ético central, da vida e todas as suas relações sociais. Na certeza de que tudo que objetiva transformar os sujeitos em objetos torna-se uma grande violência (CHAUÍ, 2000) e, com isso, nega o que há de mais admirável na sociedade, os seres humanos e suas necessidades elementares da vida, em sua plena dimensão de totalidade.

Desse modo, não se vislumbra outra forma de continuar na luta por uma sociedade diferente, sem ser por meio

da organização coletiva e de classe. Ela é a mola mestra desse processo, em que a regressão dos direitos avança a passos largos e continua em curso o projeto neoliberal, estrategicamente utilizado pelo capitalismo. Assim, urge repensar as representações políticas, movimentos e seus projetos, defender a democracia, permanecer e fortalecer os projetos profissionais e de classe, que vislumbram a superação desse modelo de sociedade que privilegia a classe burguesa e produz a barbárie à classe trabalhadora. Na certeza que esse modelo não é capaz de libertar as asas de seres solapados e aprisionados dentro de gaiolas, as quais impedem a liberdade para um voo (coletivo) e bem mais alto do que nossa imaginação é capaz de alcançar.

*“É preciso romper as grades que nos aprisionam,  
alçar vôos como as gaiotas,  
e que o infinito seja o nosso limite”  
(Noêmia Lopes, 2021)*

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 6. ed. São Paulo. Cortez. Editora Universidade Estadual de Campinas. 1999.

BRASIL. **Constituição da República, 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://goo.gl/358n7z>. Acesso em: 9 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Código de ética do/a assistente social**: Lei nº 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9. ed. rev. e atual. Brasília, DF: CFESS, 2011. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 13 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso em: 13 fev. 2021.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 95, de 16 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016a. Disponível em: <https://goo.gl/NS68c3>. Acesso em: 9 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 13.429, de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm). Acesso em: 30 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.467 de 13 de Jul. de 2017**. Reforma Trabalhista, Brasília, DF, Out. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm). Acesso em: 10 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Dispõe sobre a reforma do ensino médio. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm). Acesso em: 30 mar. 2021.

BEHRING, E. **Brasil em contrarreforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2002.

BOSCHETTI, I. (org.). **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CASTRO, A. Tendências e contradições da educação pública no Brasil: crise na universidade e as cotas. *In:* BOSCHETTI, Ivanete (Org). **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 242-259.

CHAUÍ, M. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2000.

CONSELHO FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Código de Ética Profissional do Serviço Social e Lei nº 8666/93 que regulamenta a profissão de serviço social. Brasília: CFESS, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

IAMAMOTO, M. **O serviço social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **O serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis,** Espírito Santo, ABEPSS, n. 3, 2001.

\_\_\_\_\_. Estado, classes trabalhadoras e política social no Brasil. *In:* BOSCHETTI, Ivanete (org.). **Política social no capitalismo:** tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo. Cortez. 2009. p. 13-43.

IANNI, O. A Questão Social. *In:* **A ideia de Brasil moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992. p.87-109.

IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984a.

LIMA, K. **Contrarreforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MARTINELLI, M. **Serviço social: identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, K. **O capital: crítica à economia política: tradução de Reginaldo Sant'Antana**. 30. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MARX, K; ENGELS, F. **Cartas filosóficas e outros escritos**. São Paulo: Grijalbo, 1997.

MARX, K. **O 18 de brumário de Luíz Bonaparte**. 1. ed. São Paulo. Boitempo, 2011.

MONTAÑO. C; DURIGUETO, M. **Estado, classe e movimento social**. 2. edição. São Paulo. Cortez. 2011 (Biblioteca Básica do Serviço Social, v. 5).

NETTO, J. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

\_\_\_\_\_. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. **Capacitação em serviço social e política social, módulo 1**. Brasília, UnB/CEAD, 1999.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da "Questão Social". **Revista Temporalis**, Espírito Santo, ABEPSS, n. 3, 2001.

PINTO. M. Desmonte dos Direitos do Trabalho. **Revista Conexão Geraes/Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais** 6<sup>a</sup> Região. Belo Horizonte. v. 3 n. 9. p. 6-9, segundo semestre de 2017.

ROSA, J. Grande sertão: veredas. *In: João Guimarães Rosa: Ficção completa*. Em dois volumes, v. II. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

TAVARES, M; MELIN, L. Mitos globais e fatos regionais. *In*: FIORI, J. L.; LOURENÇO, M. S.; NORONHA, J. C. (orgs.). **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998. p. 41-54.

TONET, I. **Educação contra o capital**. São Paulo. Instituto Lukács. 2. ed. 2012.

# ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: TRAJETÓRIAS, TENSÕES E DESAFIOS

*Romilda Sergia de Oliveira*

*[...] temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.*

*(Boaventura de Souza Santos)*

## INTRODUÇÃO

A educação superior tem sido um grande desafio para o Brasil e para o mundo. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), preocupada com a questão, organizou na cidade de Paris, na França, no ano de 1998, a primeira Conferência Mundial sobre Ensino Superior, que estabeleceu alguns eixos norteadores, que foram expressos na Declaração Mundial sobre Ensino Superior no Século XXI, quais sejam: visão e ação, que reafirmou a necessidade de pensar o ensino superior não só a partir da qualidade científica, tecnológica, mas também de estar aberto às novas questões que interpõem todos os dias na sociedade atual. Os eixos norteadores da declaração são garantidos por meio de artigos que estabelecem as missões e funções do ensino superior, dentre as quais se destacam para objetivo deste texto:

a. o desenvolvimento sustentável e a melhoria da

sociedade como um todo;

- b. a igualdade de acesso independente de raça, sexo, língua, religião ou considerações econômicas, culturais, sociais, ou deficiência física;
- c. o seu papel de serviço à sociedade; e
- d. o pensamento crítico e inovador.

Os eixos destacados demonstram a importância da educação superior para a manutenção da sociedade democrática e a necessidade de assegurar a equidade de grupos, que foram historicamente excluídos no processo educacional na sociedade. Compreende-se que, com o acesso de pessoas, como pobres, negras ou com deficiência, por meio das políticas públicas de inclusão social, estabelece um novo cenário e desafios à educação superior no Brasil.

A universidade brasileira passa, portanto, a vivenciar uma dialética entre a inclusão/exclusão, que se configura a partir da inserção de acadêmicos advindos de escolas públicas, beneficiários dos programas de cotas sociais, raciais, dentre outros. A concepção da dialética inclusão/exclusão foi proposta por Sawaia (1999), e se configura a partir de subjetividades específicas, que perpassam pelo sentimento de estar incluído, em contraponto aos sentimentos de discriminação e de revolta. A categoria dialética inclusão/exclusão, segundo a autora, reforça a ideia do sofrimento ético-político.

A escolha da abordagem configurou-se em função de

compreender o acadêmico que se depara entre a alegria de ser aprovado no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o sofrimento que se estabelece na árdua batalha da sua permanência. A consciência social permite trazer para o centro do debate a ideia de humanidade, identificando tudo que exclua o sujeito, seja no âmbito físico, seja no simbólico, pois,

[...] ao falar de exclusão, fala-se de desejo, temporalidade e de afetividade, ao mesmo tempo que de poder, de economia e de direitos sociais (SAWAIA, 1999, p. 98).

Assim, a política de assistência estudantil ganha destaque especial na busca da democratização da educação superior, da equidade de oportunidades para acesso e permanência na universidade, pois tem como princípios básicos a integralidade de atenção ao(à) estudante. Princípios que têm como objetivo minimizar os efeitos das desigualdades que assolam os acadêmicos inseridos pelos programas e políticas de cotas sociais.

## **1 Educação superior no Brasil**

A educação no Brasil é um direito fundamental que é assegurado na Constituição Federal de 1988, no Capítulo III “Da Educação, da Cultura e do Desporto”, no seu art. 205, que a define como um direito de todo cidadão e um

dever do Estado e da família. Segundo o artigo, a educação será promovida e incentivada com o apoio da sociedade e buscará o pleno desenvolvimento da pessoa, sua formação para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Já no seu art. 206, encontram-se demarcados sete princípios do ensino, dos quais se ressalta o princípio da igualdade de acesso e permanência na escola. A educação superior também se encontra explicitada na Constituição Federal nos arts. 207, 208, 213 e 218.

O art. 207, especificamente, trata da autonomia das universidades no âmbito didático-científico, administrativo, da gestão financeira e patrimonial. Também ressalta a importância entre o ensino, pesquisa e extensão. Já o art. 208 no seu inciso V dispõe sobre o dever do Estado em garantir o acesso aos níveis mais elevados de ensino, pesquisa e criação artística. Em seguida, os arts. 213 e 218 abordam os recursos públicos, as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como sobre o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, mais precisamente a formação de recursos humanos nessas áreas (BRASIL, 1988).

Em consonância com o que se apresenta nos tratados internacionais, o Brasil declara, na Constituição Federal de 1988, a educação como um direito, o que a insere na esfera de direitos sociais que devem ser garantidos pelo Estado. Cury (2002) afirma que, quando se declara um direito, corresponde

a alçá-lo na categoria de prioridade no âmbito das políticas sociais. Portanto, no que se refere à educação, o Estado torna-se responsável para financiar, incentivar e criar políticas públicas que assegurem a equidade de ingresso e permanência nas instituições de ensino.

Desse modo, a educação como direito e sua efetivação em práticas sociais se convertem em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações e possibilitam uma aproximação pacífica entre os povos de todo o mundo (CURY, 2002, p. 261).

Para compreender a operacionalização do que está previsto na Constituição, sobre a educação, é preciso entender o sistema político brasileiro. Ele é organizado como uma federação, que consiste em uma parceria indissolúvel entre estados, municípios e distrito federal, os quais possuem campos de atuação próprios, com autonomias relativas em assuntos locais. Por meio da Constituição Federal de 1988, foi estabelecido um pacto federativo, que determina as obrigações financeiras, a arrecadação de recursos e as leis, bem como o campo de atuação nas três esferas.

O art. 211 da Constituição Federal (1988) estipula que:

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir

equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório.

Nessa lógica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 incorporou a ideia do regime de colaboração. No Título IV, art. 8º ao 20º, a lei atribui como responsabilidade da União, além da assistência técnica e financeira aos Estados, Distrito Federal e municípios, a criação e a manutenção das instituições de educação superior, sendo também responsável pelas instituições de iniciativa privada. Já os estados e o Distrito Federal devem cuidar das instituições estaduais de nível fundamental e médio dos órgãos públicos e privados. E, por último, compete aos municípios, principalmente, a responsabilidade pelo ensino infantil e fundamental, mas também as instituições de ensino médio mantidas pelo poder público municipal.

Além disso, no ano de 2001, foi aprovada a Lei nº 10.172/2001 sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), que

estabelece metas a serem alcançadas em um período de 10 anos. A meta 19 teve como objetivo aprimorar a colaboração entre os sistemas de ensino, visando a ações coordenadas entre a união, o estado, o distrito federal e os municípios, compartilhando responsabilidades, a partir das funções de cada um em conformidade com o PNE (BRASIL, 2001).

A questão do financiamento da educação é um elemento fundamental, para garantir a manutenção e a qualidade. Assim, tornam-se necessários investimentos constantes na infraestrutura, na contratação e na formação pessoal, bem como em subsídios que estimulem a produção na área do ensino, pesquisa e extensão. A Constituição Federal estabelece no seu art. 212 que a União deve investir, anualmente, o mínimo de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios o mínimo de 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Os valores buscam assegurar que cada ente da federação invista da sua própria receita na educação.

O cenário apresentado demonstra os amplos desafios e a complexidade para a implementação da educação, enquanto política social no Brasil. Na perspectiva da Educação Superior, a realidade não é muito diferente, pois implantar uma política social que esteja ancorada na realidade socioeconômica, política e cultural do país requer um amplo conhecimento da realidade nacional.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o país possui uma população de aproximadamente 212 milhões de pessoas. E, entre os jovens de 18 a 24 anos, considerados a partir do indicador frequência escolar na etapa de ensino adequada, somente 25,5% encontram-se no ensino superior (IBGE, 2019). O percentual apresentado, que está relacionado ao índice de matrículas na educação superior, é inferior ao índice de 33%, estabelecido pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020.

Para acolher esses jovens, o Brasil possui 2.608 Instituições de Educação Superior (IESs), sendo distribuídas entre universidades, centros universitários, faculdades e institutos federais e Centro Federais de Educação Tecnológica (CEFET), conforme tabela a seguir:

**Tabela 1 - Número de IESs, por organização acadêmica e categoria no Brasil, em 2019**

ANO	TOTAL	UNIVERSIDADE		CENTRO UNIVERSITÁRIO		FACULDADES		IF E CEFET	
		PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA	PÚBLICA	PRIVADA
2019	2.608	108	90	11	283	143	1.933	40	n.a*

Fonte: INEP – Censo de Educação Superior (2019).

\* não se aplica.

As IESs privadas correspondem a 88,4%, e as públicas são 11,6%. Entre as IEs públicas brasileiras, 110 são federais, 132 são estaduais e 60 são municipais. As IESs públicas compõem 54,5% das universidades, 3,7% dos centros universitários, 6,8%

das faculdades e 100% dos Institutos Federais (IFs) e CEFETs. Sobre os IESs federais, são 69 universidades, 40 institutos federais/ CEFETs. Há ainda cinco faculdades: uma está ligada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) e as outras estão ligadas a outros órgãos: a Escola Nacional de Ciências e Estatísticas (ENCE), Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx) e Instituto Superior de Ciências Políticas (ISCP). Existem, ainda, dois centros universitários: o Instituto Militar de Engenharia (IME) e a Academia Militar dos Agulhas Negras (AMAN).

Entre os estados que abrigam IES públicas, destaca-se Minas Gerais. São onze universidades federais, cinco institutos federais, um centro federal de educação tecnológica, duas universidades estaduais e uma fundação. Entre as IESs estaduais, estão a Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) e a Fundação João Pinheiro (FJP).

É importante destacar que as IESs estaduais correspondem a 5,1% das IESs públicas, e, entre os anos de 2009 e 2019, elas registraram um crescimento no número das matrículas de 16%, correspondendo no ano de 2019 a 31,6% das matrículas realizadas nas IESs públicas (INEP, 2019).

A excelência das universidades federais para o país é apresentada pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), em sua publicação *Universidades federais – patrimônio da sociedade*

*Brasileira*, que, por meio de um diagnóstico nacional, apresenta dados sobre a relevância da atuação das instituições. Segundo o relatório, as universidades federais, além dos cursos e do alto contingente de estudantes que circulam nelas, mantêm, por meio da articulação com o ensino/pesquisa/extensão, uma vasta rede de equipamentos para o atendimento à população. Ao total, são 46 hospitais universitários e uma variedade de clínicas, laboratórios, museus, teatros, cinemas, incubadoras de empresas de base tecnológica, clínicas de direitos humanos, escritórios de assistência jurídica, entre outras atividades disponíveis à população carente. O relatório também demonstra que as universidades federais respondem pela metade dos cursos de mestrado e doutorado do país e são os responsáveis pela maior parte da produção da ciência nacional.

Os dados demonstram que as IESs públicas são voltadas para a tríade ensino/pesquisa/extensão, configurando o saber a partir de amplas pesquisas, que se consolidam nos programas de mestrado e doutorado. Segundo relatório da *Clarivate Analytics*, disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior (CAPES), que consiste em uma pesquisa científica realizada no país entre 2011 e 2016, das 20 instituições com maiores produções, no país, 15 são universidades federais e cinco são universidades estaduais. E, internacionalmente, o Brasil ocupa o 13º lugar em produção de publicações, com 250 mil *papers* enviados à

internacional *Web of Science*. Além de toda a crítica que se possa fazer sobre o produtivismo acadêmico, os dados ressaltados na produção demonstram a relevância das IESs públicas no desenvolvimento social e da ciência no Brasil.

Diante da excelência das IESs públicas, destacam-se os desafios e as possibilidades, que são apresentadas aos acadêmicos na construção, e no percurso de sua trajetória a partir do momento que ali são inseridos. Uma trajetória que está em permanente construção e que é atravessada pelo sofrimento ético-político.

## **2. A face dos(as) estudantes de educação superior frente ao sofrimento ético-político**

*Coração de estudante  
Há que se cuidar da vida  
Há que se cuidar do mundo  
Tomar conta da amizade  
Alegria e muito sonho  
Espalhados no caminho  
Verdes, planta e sentimento  
Folhas, coração  
Juventude e fé*

(MILTON NASCIMENTO, *Coração de Estudante*)

Um dos pensamentos básicos da política consiste de que os seres humanos são diferentes e, para sobreviver, precisam

uns dos outros. A partir dessa afirmação, tem-se um problema dialético estabelecido, pois o indivíduo como ser social precisa relacionar-se com os outros, ao mesmo tempo em que se difere dos demais. O que leva ao desafio da política que é processar as diferenças e possibilitar a vida comum. Nesse sentido, a ação política se apresenta em dois momentos: consenso e conflito. No consenso, parte da capacidade do ser humano de estabelecer acordos permeados pelo discurso, demarcando a identidade e os objetivos comuns. Já o conflito está relacionado ao predomínio de um determinado valor sobre os outros (ROCHA, 2001).

Na lógica da dualidade entre consenso e conflito, na sociedade capitalista a política de ensino superior estará em uma constante luta pelo equilíbrio entre a demanda do mercado e a formação respaldada pela aprendizagem, que, segundo Delórs (1996), situa-se em: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; e aprender a ser.

A educação superior assume um papel fundamental, pois cabe a ele formar pessoas e profissionais para a sociedade. Primeiramente, é preciso entender os princípios aqui estabelecidos para a compreensão da formação, que perpassa por uma perspectiva associada à máxima de Paulo Freire (2003, p. 77): “ninguém pode estar no mundo, com o mundo e com os outros de forma neutra”; portanto, a educação deve estar a serviço da produção de um saber que promova a autonomia e a visão crítica de mundo. A capacidade de

aprender não pode ser vinculada somente à capacidade de adaptar-se, mas à possibilidade de transformar a realidade, recriando-a, para que novos processos possam emergir na construção intermitente do saber.

No Brasil, durante os anos 2000, houve uma expansão do número de universidades, o que, conseqüentemente, aumentou o número de vagas. Em 2003, eram ofertadas 109.184 vagas na graduação presencial, e, em 2019, o número subiu para 484.599, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 444% em todo território nacional (INEP, 2019). Nesse período, foram estabelecidas novas formas de ingresso nas universidades como o Sistema de Seleção Unificada (SISU), que consiste em uma estrutura informatizada que, por meio de um *ranking* das notas obtidas pelos(as) estudantes no Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), distribui os candidatos entre as instituições credenciadas. O SISU acabou revelando-se como um dos principais expoentes para alocar estudantes nas universidades de todo país, gerando um fator de oportunidades e de mobilidades territorial, tendo em vista que o sistema permite que um estudante se candidate a qualquer universidade do Brasil (ANDES, 2018).

No âmbito das políticas afirmativas, no ano de 2012, por meio da Lei Federal nº 12.711, conhecida como Lei das Cotas, estabeleceram-se critérios para a disponibilidade de vagas as quais previam que 50% das matrículas por curso e turno seriam destinadas a estudantes provenientes das escolas

públicas. Essa parcela de vagas seria, ainda, subdividida em:

- a. metade para estudantes de escolas públicas com renda familiar bruta igual ou inferior a um salário mínimo e meio; e
- b. a outra metade para estudantes, também da rede pública, mas com renda familiar superior a um salário mínimo e meio.

Do percentual de 50% das vagas destinadas a estudantes da escola pública, deve ser considerado, ainda, o percentual mínimo correspondente da soma de pretos, pardos e indígenas do estado, considerando o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Ao analisar os dados do Censo de Educação Superior de 2019, observou-se que, das 2.080.146 matrículas efetuadas na rede pública, 64,2% foram realizadas na esfera federal, 31,6% no âmbito estadual e 4,2% no municipal (BRASIL, 2019). As medidas que foram adotadas para facilitar o acesso das pessoas influenciaram no número de matrículas e, principalmente, no perfil dos acadêmicos nas IES.

Um olhar mais atento às IES estaduais e municipais aponta para uma ausência de estudos que as abordem em conjunto. Tal fato está relacionado às características próprias das universidades, que são vinculadas à sua história de criação, sua organização e gestão. A sua manutenção e financiamento também divergem, pois elas têm como principal financiador o estado ou município no qual estão inseridos. Nessa perspectiva,

as particularidades das IESs estaduais e municipais dificultam estudos mais amplos que se convergem a um panorama nacional. Portanto, para efeitos deste estudo, utilizou-se de pesquisas e dados das IESs federais, que, apesar de terem singularidades entre as unidades, possuem legislações únicas no que se refere a financiamentos, estrutura organizacional e possibilitaram uma análise do acadêmico, que se compreende mais próxima à realidade, levando em consideração que as IESs públicas têm como premissa a gratuidade do ensino.

A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), por exemplo, tem realizado amplas pesquisas com o objetivo de compreender o universo acadêmico das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). No ano de 2018, ela realizou a “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES”, pesquisa que ocorre desde 1996 como objetivo subsidiar a formulação e implantação de políticas sociais que viabilizassem a permanência dos(as) estudantes de graduação nas IESs federais.

O cenário apresentado pela pesquisa da ANDIFES (218) aponta para uma mudança no panorama socioeconômico, das universidades, que aconteceu a partir de 2012. Nos três primeiros anos da pesquisa, o percentual de acadêmicos com menor renda manteve-se estável, girando, aproximadamente, em 44,%, contudo, nas duas últimas pesquisas, houve um aumento desse contingente. A pesquisa retrata que 0,7% dos

acadêmicos não possuem renda, e 23,5% dos(as) estudantes, em relação à renda *per capita*, estão situados na faixa de “mais de 1 a 2 salários mínimos”. Já na faixa de renda per capita de “até 3 salários mínimos”, correspondem a 50,9% dos acadêmicos matriculados. Assim, conclui-se que 74,4% dos(as) estudantes possuem uma *renda per capita* de até três salários mínimos.

Outro dado relevante apresentado pela pesquisa da ANDIFES (2018) refere-se ao indicador “cor ou raça dos(as) graduandos(as)”, que demonstrou um significativo acréscimo de pretos e pardos entre 2003 e 2018, em detrimento de uma queda nas pessoas que se declaram brancas. Em 2003, 5,9% se declararam pretas, e, em 2018, o número correspondia a 12%. Entre os pardos, o número, em 2003, era de 28,3% e cresceu para 39,2%, em 2018. Os declarantes brancos, em 2003, correspondiam a 59,4% e, em 2018, diminuiu para 43,3%.

Em relação à residência dos acadêmicos, a pesquisa da ANDIFES (2018) indica que 22,8% dos acadêmicos matriculados, não residiam no município onde cursavam a graduação. Um fator que se destaca consiste que 44,2% desses estudantes, que não residem no mesmo município da graduação, possuem uma renda per capita familiar de até 3 salários mínimos, ou seja, são aqueles que têm menos recursos que se deslocam das cidades para estudar.

Entre os(as) estudantes nas IESs federais, 30% declararam que participaram de alguma ação e programas de AE. Os

dados apresentados na pesquisa são, em ordem decrescentes:

- a. alimentação, com 17,3% dos(as) estudantes;
- b. transportes, com 8,2%;
- c. bolsa de permanência, com 7,6%; e
- d. moradia, com 7,5% da resposta dos(as) estudantes.

Um dado relevante a se considerar é o acesso ao atendimento psicológico que corresponde a 3% e ao atendimento médico, a 2,8%.

A pesquisa da ANDIFES (2018) revela dados preocupantes, que estão relacionados à queda de cobertura em todas as ações e Programas de AE. Destaca-se que, em 2004 a cobertura para participantes do auxílio alimentação era de 44,2%; e Inclusão digital era de 22,5%, caindo drasticamente para o índice de 0,4%.

A queda na cobertura das ações e programas da AE está relacionada às políticas adotadas, principalmente no período de 2017 e 2018, que extinguiu o Programa INCLUIR, que era responsável por financiar as políticas de acessibilidade nas IFES, e seu orçamento se aproximava a 1,5% do orçamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). A verba foi retirada, mas os assistidos foram mantidos e cobertos pela assistência estudantil. Houve também, segundo a pesquisa, uma redução dos valores, destinados às universidades, que se estima em uma perda real de R\$ 197 milhões de reais, o que impactou no orçamento da cobertura

da AE (ANDIFES, 2018).

Os dados apresentados, foram recortados da pesquisa, apenas para servir de ilustração sobre a necessidade de importância da AE para os acadêmicos das IES. A pesquisa aponta que mais da metade dos acadêmicos, 52,8%, já pensaram em abandonar o curso, e, ao analisar as principais razões apresentadas, ressaltam-se: dificuldades financeiras, nível de exigência acadêmica; e, dificuldade de conciliar estudos e trabalho.

Ao ingressar na universidade, o sujeito, que vem de várias realidades socioeconômicas, tem à sua frente a necessidade de formação profissional, que traz uma série de expectativas, normalmente ligadas à mobilidade social na sociedade capitalista. O que se verifica é que o tão desejado ingresso na universidade é acrescido de um período de adaptações e desafios. Além das exigências de estudos, normais a qualquer curso de graduação, alguns acadêmicos precisam mudar de cidade, assumir o custo diário de locomoção, alimentação, sem contar com os custos da parte didática como livros, e em alguns casos a aquisições de materiais específicos, como calculadora científica, jaleco, estetoscópio, entre outros. Esses fatores oneram e comprometem a adaptação e permanência nas universidades, principalmente, no que tange ao acadêmico de baixa renda, que não possui uma rede de apoio, a qual pode recorrer em casos de necessidades. Assim, o ingresso no ensino superior torna-se dispendioso, estressante e gera

vários sofrimentos aos quais o(a) estudante, principalmente de baixa renda, tem que lidar durante sua graduação.

Sawaia (1999) trabalha o conceito de sofrimento ético-político, que é utilizado, neste texto, como categoria de análise para compreender o acadêmico de baixa renda, que ingressou nas IESs públicas por meio de cotas de qualquer modalidade, ou não, e que depende de alguma forma de políticas públicas para se manter na universidade. O conceito de sofrimento ético-político proposto pela autora constitui-se como uma categoria de análise da dialética inclusão/exclusão social. O sofrimento ético-político parte do princípio do sofrimento para a compreensão da exclusão social. Sawaia (1999, p. 98) afirma que

[...] a exclusão vista como sofrimento de diferentes qualidades recupera o indivíduo perdido nas análises econômicas e políticas, sem perder o coletivo.

Ao contemplar o acadêmico, de baixa renda, que ingressa na universidade pelo viés do sofrimento proposto por Sawaia (1999), demarcar-se que o sofrimento não é da ordem individual, mas determinado pela situação social na qual a pessoa está inserida, que a impede de lutar contra as restrições sociais. Portanto, as dificuldades enfrentadas pelo acadêmico na universidade não podem ser apreciadas como uma questão individual, pois ele não conseguirá superá-las sem ajuda, o

que torna a assistência estudantil fundamental no auxílio para sua manutenção e permanência na universidade.

Para Sawaia

[...] sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, a política inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização (1999, p. 99).

O que leva a autora a delinear o conceito de sofrimento ético-político baseada nos autores Baruch Espinosa, Ágnes Heller e Lev Semionovitch Vygotsky. Os autores escolhidos por Sawaia (1999) consideram a emoção de forma positiva como constitutiva do pensamento e da ação, que podem ocorrer de forma coletiva ou individual, bom ou ruim, e, principalmente, como processo que se estabelece e atualiza a partir de dados das manifestações históricas.

Partindo da concepção espinosiana, a autora considera que a potência da ação está ligada aos afetos, que podem aumentá-la, diminuí-la ou até mesmo reprimi-la. Respalhada em Heller, ela diferencia dor de sofrimento, categorizando dor como inerente ao ser humano e da sua capacidade de sentir. Já o sofrimento ela considera como uma dor que é mediada pelas injustiças sociais.

Sawaia afirma que

[...] por serem sociais, as emoções são fenômenos históricos, cujo conteúdo e qualidade estão sempre em constituição. Cada momento histórico prioriza uma ou mais emoções como estratégia de controle e coerção social. No século passado, predominou a vergonha do olhar do outro, que exigia a expiação pública. Hoje, a culpa tende a substituir a vergonha, mudando o caráter da expiação, de pública à individual e privada (1999, p. 102).

Vygotsky foi outro autor que influenciou Sawaia (1999) na construção da categoria de análise: sofrimento ético-político. A autora afirma que ele buscou uma unidade de análise do comportamento humano que incluísse todas as manifestações psicológicas. Essa unidade seria o significado, que tem papel de interligação entre as diferentes funções psicológicas e dessas com o corpo e a sociedade. Na concepção de Vygotsky, mesmo considerando uma raiz biológica para o significado, ele o destaca como fenômeno intersubjetivo, portanto, social e histórico, que se reverte em ideologia e funções psicológicas distintas.

Nesse sentido, o sofrimento ético-político “abrange as afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas”. Está relacionada à forma como o indivíduo é tratado e trata o outro na intersubjetividade, que é determinada pela organização social. Ele retrata a vivência das questões sociais dominantes, bem como a dor advinda delas, a partir de cada época histórica (SAWAIA, 1999, p. 104).

O universo acadêmico é delineado por intersubjetividades que se interpõem e atravessam a educação superior a partir do ingresso, permanência e conclusão do curso. Rosa (2014) afirma que o acesso à educação é um meio para a autoconstrução e de se ver como capaz de opções. Ela é uma oportunidade de crescimento e para a estima de si. Portanto, ao discutir o acesso, pontua-se a questão da equidade, que possibilita sujeitos de diferentes classes socioeconômicas a alçarem uma vaga na universidade.

Dessa forma, o sofrimento ético-político que atravessa o acadêmico, de baixa renda, ao ingressar em uma IES está permeado por questões como sua origem estrutural social, sua raça, seu gênero, entre outras situações que são do âmbito coletivo da sociedade a qual ele está inserido. Fatores que, muitas vezes, circulam de forma imperceptível pelo universo acadêmico, mas que impactam no seu comportamento, bem como a sua permanência na universidade. Como afirma Hannah Arendt,

Normalmente, a ausência de dor é apenas a condição física necessária para que o indivíduo sinta o mundo; somente quando o corpo não está irritado, e devido à irritação voltado para dentro de si mesmo, podem os sentidos do corpo funcionar normalmente e receber o que lhes é oferecido (1991, p. 125).

A partir do cenário apresentado, é importante garantir o

princípio da equidade de acesso às IES públicas, como também implantar ações que assegurem a permanência dos(as) estudantes. Para tanto, a política de assistência estudantil é uma forte aliada, considerada uma ação efetiva para combater as desigualdades e promover a inclusão na educação superior. Afinal, como Milton Nascimento diz, na canção “Coração de estudante”, “há que se cuidar da vida, há que se cuidar do mundo”. É preciso pensar no sujeito em sua totalidade e nos sofrimentos que lhe são impostos ao longo da sua trajetória no universo acadêmico.

### **3. Política de assistência estudantil**

Ao conhecer a história no ensino superior da assistência estudantil, pode-se afirmar que ela está repleta de desafios, como também de avanços. O objetivo aqui não é fazer uma análise detalhada da sua história, mas destacar alguns referenciais históricos, que influenciaram na elaboração do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNASE).

A primeira ação, que pode ser considerada no âmbito de uma tentativa de assistência estudantil, foi a criação, em 1928, da “Casa do Estudante”, em Paris, na França. Ela tinha o objetivo de acolher estudantes brasileiros que encontravam dificuldades de se estabelecerem na cidade. A formação de ensino superior dos brasileiros estava restringida às famílias que tinham condições de enviar seus filhos às universidades no exterior, pois ele só foi instituído em 1808, com a chegada

da família real portuguesa ao país. E, somente em 1920, surge a Universidade do Rio de Janeiro, considerada a primeira universidade do país. No ano de 1930, é criada a “Casa dos Estudantes”, na cidade do Rio de Janeiro, que tinha a finalidade de atender aos(às) estudantes carentes. Ela era provida de restaurante popular, biblioteca e era frequentada por acadêmicos e membros da comunidade (ARAÚJO, 2007).

No governo Getúlio Vargas, acontece a primeira tentativa de estabelecer uma política de assistência estudantil, por meio da Lei Orgânica do Ensino Superior pelo Decreto nº 19.851/1931, que estabelece no seu art. 100, § 4º, medidas que beneficiam, através de bolsas de estudos, os(as) estudantes pobres, recomendadas pela aplicação e inteligência. Contudo, o decreto não esclarece quais seriam os parâmetros para se definir a aplicação e inteligência.

Na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 16 de julho de 1934, tem-se uma ampliação da forma de perceber a assistência aos(às) estudantes, retirando o condicionamento “aplicação e inteligência”. No art. 157, § 2º, estabelece-se que “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas”. Já na Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 18 de setembro de 1946, por meio do art. 172, estabelece que

[...] cada sistema de ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar.

Entre as décadas de 1950 a 1970, houve a consolidação de alguns direitos no âmbito da assistência ao(à) estudante, por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961, que incumbe o sistema de ensino prover, orientar fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológico e de enfermagem. Já na década de 1970, foi criado, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Departamento de Assistência Estudantil (DAE), que se propunha a pensar a política de assistência estudantil à nível nacional. O DAE foi extinto no ano de 1980, e as ações ficaram a cargo de cada instituição de ensino, o que levou a uma fragmentação das ações de assistência estudantil.

A década de 1980 trouxe avanços significativos para a política de assistência estudantil. No ano de 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FORNAPRACE), que visava a promover um amplo debate sobre a assistência estudantil. O fórum permanece ativo atualmente, tendo como objetivos:

- a. formular políticas e diretrizes básicas que permitam a articulação entre as ações comuns na área de assuntos comunitários e estudantis, em nível regional e nacional;

- b. assessorar permanentemente a ANDIFES;
- c. participar ativamente na defesa da educação pública, gratuita, com qualidade acadêmica e científica, e comprometida com a sociedade que a mantém;
- d. promover e apoiar estudos e pesquisas na área de sua competência, realizar congressos, conferências, seminários e eventos semelhantes (FORNAPRACE, 2019).

Com a Constituição Federal de 1988, a assistência estudantil reforça sua legitimidade, pois o acesso à educação torna-se um direito social. No art. 214, que estabelece a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), regulamentado pela Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, debateu-se a necessidade sobre a inclusão e a permanência dos(as) estudantes nas IES.

As conquistas relacionadas à assistência estudantil foram marcadas pela participação ativa dos movimentos estudantis. Desde a sua criação, em 1937, por exemplo, a União Nacional dos Estudantes (UNE) tem atuado na luta pelos direitos dos estudantes. Durante a década de 1960, a UNE promoveu diversos encontros e discussões que tinham como objetivo debater a reforma universitária e promover a defesa dos direitos dos(as) estudantes. A assistência estudantil estava presente nos encontros realizados que enfatizavam a importância de políticas públicas para os acadêmicos por meio de restaurantes universitários, assistência médica, gráficas universitárias,

acesso a livros, assistência habitacional, entre outros direitos fundamentais que assegurassem a permanência dos(as) estudantes nas universidades. No período da ditadura, a UNE ficou na ilegalidade, o que dificultou os debates sobre a assistência, contudo ela retornou às atividades em 1976, quando realizou o I Encontro de Casas dos Estudantes com o debate sobre moradia estudantil (LIMA, 1999).

E assim, os movimentos estudantis foram fortalecendo a luta por uma política de assistência estudantil, respaldadas por amplas pesquisas realizadas pelo FORNAPRACE e ANDIFES, que, em confluência com grupos de interesse, conseguiram, por meio da FORNAPRACE, elaborar em 2007 o PNAES. A principal referência para a elaboração do PNAES foram as pesquisas realizadas, que apontaram fatores que garantiriam a permanência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), que foram sintetizadas em

- a. permanência;
- b. desempenho acadêmico;
- c. cultura, lazer e esporte; e
- d. assuntos da juventude (FORNAPRACE, 1997, 2004).

OPNAES passou a ser adotado pelo Ministério da Educação (MEC), como uma política social, que visa à permanência dos(as) estudantes nas IFES. Por meio de portaria do MEC, o PNAES entrou em vigor, mas suas ações foram pontuais,

focando, principalmente, no que se refere à moradia estudantil e ao restaurante universitário.

Foi somente no ano 2010, por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que o PNAES foi regulamentado, considerando-o, portanto, como direito social. Com esse decreto, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAS) estabelece como objetivos democratizar a permanência de estudantes na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais, que afetam a permanência e a conclusão da educação superior; reduzir os índices de retenção e evasão; e proporcionar a promoção da inclusão social.

Para atender a esses objetivos, o decreto estabelece dez áreas de atuação, sendo elas: moradia estudantil, alimentação e transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, que está relacionado à inclusão social de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Ele também define que o público prioritário para o atendimento sejam acadêmicos advindos da rede pública e que possuem renda per capita de *até 1 salário mínimo e meio*.

O Quadro 1 foi elaborado pelo FORNAPRACE (2012) e apresenta áreas e linhas temáticas, que foram consideradas essenciais para que o PNAES seja implementado nas IFES, bem como trouxe sugestões de órgãos a serem envolvidos na sua execução.

### Quadro 1 - Ações estratégicas para o PNAES

Áreas	Linhas temáticas	Órgãos envolvidos
Permanência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Moradia.</li> <li>- Alimentação.</li> <li>- Saúde (física e mental).</li> <li>- Transporte.</li> <li>- Creche.</li> <li>- Condições básicas para atender aos portadores de necessidades especiais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assuntos estudantis.</li> <li>- Ensino.</li> <li>- Pesquisa.</li> <li>- Extensão.</li> </ul>
Desempenho acadêmico	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bolsas.</li> <li>- Estágios remunerados.</li> <li>- Ensino de línguas.</li> <li>- Inclusão digital.</li> <li>- Fomento à participação político-acadêmica.</li> <li>- Acompanhamento psicopedagógico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assuntos estudantis.</li> <li>- Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa e extensão.</li> <li>- Públicos com órgãos públicos e entidades com fins sociais.</li> </ul>
Cultura, lazer e esporte	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acesso à informação e difusão das manifestações artísticas e culturais.</li> <li>- Acesso a ações de educação, esportiva, recreativa e de lazer.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assuntos estudantis.</li> <li>- Órgãos das IFES ligados ao ensino, pesquisa, extensão e cultura. Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.</li> </ul>
Assuntos da juventude	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Orientação profissional, sobre mercado de trabalho.</li> <li>- Prevenção a fatores de risco.</li> <li>- Meio ambiente.</li> <li>- Política, ética e cidadania.</li> <li>- Saúde, sexualidade.</li> <li>- Dependência química.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assuntos estudantis</li> <li>- Parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil.</li> </ul>

Fonte: FORNAPRACE (2012, p. 69).

O PNAES tem caráter de atuação nacional, contudo cada IFES tem a autonomia de definir os critérios e metodologias adotadas para a seleção dos(as) estudantes e distribuição dos recursos alocados, o que gera diferentes formas de sua aplicabilidade. Em relação às universidades estaduais e municipais, verifica-se que, devido à não obrigatoriedade dos estados em oferecer o ensino superior, o PNAS não se aplica, ficando a cargo de cada estado e município estabelecer, por meio de leis ou portarias, a sua proposta de assistência

estudantil.

Ainda, no ano de 2010, com a Portaria Normativa nº 25/2010, o MEC instituiu, também, o Plano Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST) e previu investimentos para a permanência do graduando em IESs estaduais. Contudo, ainda fica a cargo das IESs estaduais e municipais a elaboração de uma legislação específica que assegure e garanta a assistência estudantil.

Um dos grandes desafios para o PNAES é alçá-lo à condição de lei, pois sua permanência como decreto o coloca no âmbito das incertezas, podendo ser revogado a qualquer momento. Assim, consolidar o PNAES possibilita o fortalecimento da política, bem como assegura os recursos alocados, diante do aumento das demandas, que aconteceram nos últimos anos.

O PNAES encontra-se, em um momento de grande vulnerabilidade, pois, desde o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido em 2016, a educação como um todo tem sofrido duros golpes. Em um contexto em que ideias neoliberais orientam ações do Estado brasileiro, elas geram impactos negativos na Política Estudantil. No governo Temer, em 2016, foi efetivado um projeto que impõe limites de gastos para os governos federal e estaduais, via renegociação das dívidas. A imposição desses limites acontece em áreas que historicamente cresceram todos os anos em um ritmo acima da inflação, como educação e saúde. Essa medida prejudica o

alcance e a qualidade dos serviços oferecidos, impactando e precarizando as IESs públicas.

Em abril de 2019, já no mandato do presidente Jair Bolsonaro, a situação se agrava ainda mais com o declarado contingenciamento de 17 bilhão de reais dos 49,6 bilhões de reais do orçamento para as universidades federais, lembrando que a maior parte desse valor é destinada ao pagamento de funcionários, que são considerados gastos obrigatórios.

Em 2016, eram destinados no orçamento para universidades federais 7,8 bilhões de reais e, em 2021, apenas 4,5 bilhões de reais. A redução crescente de recursos vai na contramão do crescente índice de matrículas realizadas nas universidades federais, que, em 2020, chegou a 1.335.254, o que corresponde 64,2% das matrículas realizadas nas IESs públicas. A redução de recursos, além de deixar o ensino superior fragilizado, afeta de forma direta a assistência estudantil.

Portanto, nesse cenário de cortes de investimentos na educação, o PNAES fica seriamente prejudicado, gerando consequências negativas para a permanência da população mais pobre dentro das IFES. Se a educação é a forma mais viável de ascensão social e melhoria da qualidade de vida dos indivíduos mais vulneráveis socialmente, cortar investimentos nessa área significa aumentar diretamente o número de pobres e miseráveis no contexto brasileiro. Nesse sentido, a mobilização de estudantes, professores(as), direções das IFES e toda a sociedade civil

torna-se indispensável para que essas intervenções não se perpetuem.

#### **4. Considerações finais**

O texto busca refletir e discutir a política de assistência estudantil como um conjunto de princípios e diretrizes que orientam o desenvolvimento de ações capazes de democratizar o acesso e a permanência dos(as) estudantes na educação superior. Assim, busca-se minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais e favorecer a permanência dos(as) estudantes no IES públicas; diminuir a evasão e o desempenho acadêmico insatisfatório por razões socioeconômicas; reduzir o tempo médio de permanência dos(as) estudantes entre o ingresso e a conclusão do curso; inserir os(as) estudantes em atividades culturais e esportivas como complemento de suas atividades acadêmicas; cuidar da saúde mental e física; e contribuir para a inclusão social pela educação.

É importante compreender que o sofrimento ético-político ao qual estão submetidos(as) os(as) estudantes de baixa renda leva-os a uma percepção de inadequação e culpabilização pelos seus fracassos, a partir de uma inclusão perversa, que ignora a origem da desigualdade social, retirando dos indivíduos a condição de serem reconhecidos como sujeitos dignos e de direito. Essa invisibilidade à qual são submetidos no meio acadêmico e a negação enquanto sujeitos de direitos

deixam marcas profundas.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, portanto, torna-se uma medida necessária, que possibilita ao(à) estudante o auxílio não apenas para sua permanência e desempenho acadêmico, como também acesso à cultura, esporte e lazer, que perpassam por uma consciência social. Contudo, as limitações orçamentárias acabam desencadeando a priorização de algumas ações, em relação a outras, estabelecendo prioridades, com destaque para assistência em alimentação, moradia, transporte e apoio pedagógico.

Por fim, compreender a complexidade, tensões e os desafios que atravessam as narrativas da assistência estudantil possibilita evidenciar a dialética inclusão/exclusão na qual estão inseridos os acadêmicos das IESs públicas, e que deve ser superada e substituída por paradigmas que levem em consideração suas subjetividades, a partir de sua realidade social, econômica e cultural.

## REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Universidades Federais**: patrimônio da sociedade brasileira. 2018. Disponível em [https://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/2017/11/livreto-Andifes-FINAL-para-Universidades-v24112017\\_baixa2.pdf](https://www.ufpr.br/portalufpr/wp-content/uploads/2017/11/livreto-Andifes-FINAL-para-Universidades-v24112017_baixa2.pdf). Acesso em 5 mai. 2020.

ARAÚJO, M. P. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em 15 dez. 2019.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1946**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/\\_constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/_constituicao46.htm). Acesso em 15 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre Programa Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em 20 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931**. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 7 jul. 2019

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em 10 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). **Censo da Educação Superior: Divulgação dos Resultados – 2019**. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em 20 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10172 de 09/01/2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em 13 jul. 2019.

CLARIVATE ANALYTICS. **Research in Brazil** Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/17012018-capes-incitesreport-final-pdf/view>. Acesso em 11 nov. 2019.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 245-362, jul. 2002.

DELORS, J. **Educação um tesouro a descobrir**: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez, Brasília-DF, UNESCO, 1996. Disponível em: [https://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura\\_da\\_paz/docs/relatorio\\_dellors.pdf](https://www.pucsp.br/ecopolitica/documentos/cultura_da_paz/docs/relatorio_dellors.pdf). Acesso em: 20 fev. 2020.

DURHAM, E. R. **As universidades públicas e a pesquisa no Brasil**. São Paulo: Núcleo de Pesquisa em Ensino Superior, Universidade de São Paulo. Disponível em <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9809.pdf>. Acesso em 3 jun. 2019.

FORNAPRACE. **I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília. FORNAPRACE, 1997.

FORNAPRACE. **II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília. FORNAPRACE, 2004.

FONAPRACE/ANDIFES. Revista 25 Anos do Fonaprace. **Revista Comemorativa 25 anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. FONAPRACE (org.). ANDIFES.UFU, PROEX, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 27. ed., 2003.

GIROUX, H. Ensino Superior para quê? **Educar em Revista**. Curitiba-PR. v. 2, n. 37, p. 25-38, maio/ago. 2010.

IBGE. **Indicadores para população de 14 anos ou mais de idade**. Dezembro de 2019. Referência aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2019. Brasil. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, M. TISO, W. Coração de Estudante. *In*: NASCIMENTO, M. **Personalidade**, 1983.

ROSA, C. M. Marcos Legais e a Educação Superior no Século XXI. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 3, p. 236-250, 2014.

ROCHA, C. V. Ideias dispersas sobre o significado de políticas sociais. *In*: STANGEL, M. *et al.* **Políticas Públicas de apoio sociofamiliar**: curso de capacitação de conselheiros tutelares e municipais. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001, p. 7-42 .

SANTOS, B. S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. *In*: **Congresso Brasileiro De Sociologia**, Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 4 a 6 de set. (Conferência), 1995, p. 3-61.

SAWAIA, B. B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: uma análise ético-psicossocial da desigualdade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

## A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A IMPLANTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA UNIMONTES

*Jussara Maria de Carvalho Guimarães*

*Nunca deixe que lhe digam que não vale a  
pena acreditar no sonho que se tem!*

*(Renato Russo)*

Este capítulo aborda a temática referente à implantação da política de assistência estudantil na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes (PAES), com a participação da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) (anos 2016/2017), e sua importância na medida em que há a crença de um marco histórico deste fato para os docentes e acadêmicos na Unimontes. Ressaltamos que o processo histórico de construção dessa política perpassa por diferentes concepções, que têm sido propostas como resultado das discussões implementadas nesse trajeto, buscando sistematizar os principais pontos de discussão e embate em torno desse tema na atualidade.

Diante dessa questão, apresentamos uma escrita pautada inicialmente em situar a Unimontes no contexto social e territorial, enquanto *locus* difusor de conhecimentos, de exposição e debates de ideias, de formação profissional e,

sobretudo, espaço de grandes conquistas. Pretendemos, também, recuperar o contexto da implantação dessa política destacando a Pró-Reitoria de Extensão e a intercessão dessa com as políticas públicas, especificamente com a política de assistência estudantil no contexto de sua elaboração no âmbito do estado de Minas Gerais, por meio de suas diretrizes e interação dialógica.

## **1. Apresentando e contextualizando a Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.**

A Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), localizada na cidade de Montes Claros, ao norte do Estado de Minas Gerais, é uma autarquia de regime especial do Estado de Minas Gerais, reconhecida como universidade estadual desde 1994, por meio da Portaria nº 1.116, e tem por missão

[...] contribuir para a melhoria e transformação da sociedade, atender às aspirações e aos interesses da comunidade, tornando-se fator de integração regional”. E como princípios: “desenvolver as atividades de ensino, pesquisa e extensão em estreita parceria com a sociedade, garantindo-se a qualidade e a utilização eficaz dos recursos públicos (REGIMENTO GERAL DA UNIMONTES, 1999, p. 1).

A Unimontes, desde a sua implantação, vem a cada dia aperfeiçoando as suas ações, com vistas a contribuir de

maneira significativa e, cada vez mais, para o desenvolvimento educacional, socioeconômico e cultural não só de sua região, como também de outros estados e do país. Conta com 13 *Campi* nas regiões norte e noroeste de Minas e no Vale do Jequitinhonha nos seguintes municípios: Almenara, Bocaiúva, Brasília de Minas, Espinosa, Janaúba, Januária, Joáima, Paracatu, Pirapora, Pompéu, Salinas, São Francisco e Unai (Figura 1).

Figura 1 - Atuação da Unimontes nos municípios<sup>11</sup>



Fonte: Arquivo da Assessoria de Comunicação da Unimontes – ASCOM (2021).

11 Campi Unimontes (em verde): 1- Almenara, 2- Bocaiúva, 3- Brasília de Minas, 4- Espinosa, 5- Janaúba, 6- Januária, 7- Montes Claros, 8- Paracatu, 9- Pirapora, 10- Salinas, 11- São Francisco, 12- Unai. Núcleos (em amarelo): 13- Joáima, 14- Pompéu. Polos EAD Unimontes (em vermelho): 15- Almenara, 16- Bocaiúva, 17- Brasília de Minas, 18- Buritis, 19- Buritizeiro, 20- Carlos Chagas, 21- Francisco Sá, 22- Itamarandiba, 23- Jequitinhonha, 24- Joáima, 25- Mantena, 26- Montes Azul, 27- Montes Claros, 28- Nova Serrana, 29- Pedra Azul, 30- Pompéu, 31- Rio Pardo de Minas, 31- Taiobeiras, 33- Uruçuia, 34- Várzea da Palma.

Ao longo de sua existência, a Unimontes solidificou sua imagem enquanto instituição de referência na produção de conhecimentos nas mais diversas áreas, na formação de profissionais críticos e qualificados, com destaque para o ensino público, gratuito e de qualidade, em cursos de graduação, pós-graduação *Lato Sensu e Scripto Sensu* e cursos técnicos, bem como na expansão da prestação de serviços através das ações extensionistas, fundamentais para o desenvolvimento local e regional, avançando, assim, em termos de excelência acadêmica, de inovação, de expressão cultural e relevância social.

A Unimontes completou, em 2020, 59 anos de contribuição para o desenvolvimento das regiões em que está inserida. É referência na produção do conhecimento nas áreas da saúde, educação, ciências sociais aplicadas, ciências humanas e ciências exatas e tecnológicas. Abrange, atualmente, uma área superior a 196 mil km<sup>2</sup>, o que corresponde a aproximadamente 40% da área total do estado, alcançando 342 municípios e atendendo, potencialmente, uma população que ultrapassa 2,5 milhões de habitantes.

A formação de recursos humanos pela Unimontes envolve os níveis profissional e técnico, graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*). São oferecidos 74 cursos de graduação nos modelos presencial e a distância e mais de 20 cursos de mestrado e doutorado próprios, além de vários cursos de pós-graduação interinstitucionais, em parceria com outras

universidades. Por meio do Hospital Universitário Clemente Faria (HUCF), o único 100% SUS da região, a Unimontes realiza mais de meio milhão de procedimentos médico-hospitalares, anualmente, atingindo 1,6 milhão de usuários na região macro norte de Minas Gerais. O HUCF é certificado como Hospital Amigo da Criança, Maternidade Segura e possui o Prêmio Professor Galba de Araújo.

A Universidade implementa ações regionais importantes como a Frente Universitária Contra o Novo Coronavírus (Covid-19), fruto dos avanços da instituição na área de doenças infectocontagiosas. Também desenvolve diversas pesquisas para mitigar os efeitos da seca e melhorar a qualidade de vida no semiárido. Para atender as demandas nas áreas de ensino, pesquisa, extensão e prestação de serviços, a Unimontes conta com aproximadamente 2.900 servidores, entre professores e servidores técnico-administrativos.

No ensino, a Unimontes conta, no ano de 2020, com 56 cursos de graduação regulares; três cursos superiores tecnológicos presenciais; seis cursos superiores tecnológicos a distância; nove cursos de graduação a distância (UAB); nove cursos técnicos de formação inicial e continuada (PRONATEC); 11 mil estudantes matriculados(as); 2,1 mil vagas anuais na educação a distância; 2 mil acadêmicos(as) bolsistas no PIBID e residência pedagógica. Na pesquisa: 249 projetos e pesquisa; 30 grupos ativos de pesquisa; 120 linhas de pesquisa; oito patentes cadastradas. Na pós-graduação:

18 cursos de mestrado; quatro doutorados próprios; sete mestrados profissionais; 11 mestrados acadêmicos; 844 estudantes matriculados(as); 15 professores(as) bolsistas de produtividade CNPQ. Na extensão: foram 756.094 pessoas beneficiadas pela prestação de serviço; 159 projetos e programas de extensão; 2.265 acadêmicos extensionistas; 3.500 acadêmicos beneficiados com a política de assistência estudantil; 1.510 prestação de serviços institucionais; 3.311 ações de extensão.

Há também que se destacar a existência do Museu Regional do Norte de Minas, que desenvolve atividades voltadas para a pesquisa, a identificação, a conservação e a divulgação de registros da cultura material e imaterial do norte de Minas. A educação patrimonial é uma de suas principais funções que, por meio de ações voltadas ao público, divulga seus acervos, visando à ampliação e a qualificação do acesso à cultura e ao patrimônio da região.

## **2. O Processo de Visibilidade da Extensão Universitária - conceitos e diretrizes.**

Não de forma contrária às histórias das universidades públicas brasileiras, que até o fim da década de 1960 eram propriamente destinadas ao ensino, sendo a sala de aula espaço privilegiado para a construção do saber, a Unimontes também se configurava nessa linha. Já na segunda metade da década de 1960, com a Reforma Universitária (Lei nº

5.540/68), evidenciam-se as atividades de pesquisa como uma das principais atividades. A extensão universitária só começa a aparecer de fato na década de 1980, apresentando-se como uma possibilidade para o suporte a uma concepção de universidade que viabilize a transformação da sociedade, mas ainda com caráter assistencialista, pela sua tradição de realização de ações comunitárias. Por muito tempo, a extensão foi utilizada para atender à sociedade, fornecendo-lhe o que produzia, mas não buscando o saber produzido com suas ações e como esses poderiam causar um diferencial de mudanças na sociedade.

Antes mesmo de 1980, segundo Costa (2010), um dos marcos que influenciou a extensão universitária originou-se do *Manifesto de Córdoba* no ano de 1918, movimento esse ocorrido na Argentina, cujo resultado representou a inserção dos(as) estudantes no debate das funções acadêmicas universitárias e a definição do papel da universidade perante aos conhecimentos que nela são produzidos e para quem são dirigidos. A partir desse manifesto, essa ideia permeou o início das discussões oficiais extensionistas no Brasil e, em 1930, os ideais de Córdoba foram trazidos e inspiraram a plataforma de luta dos(as) estudantes brasileiros para a implementação de reformas no ensino universitário. Isso veio a se consolidar somente na *Reforma de Francisco Campos, de 1931*, quando aparece o termo “extensão” pela primeira vez em documentos oficiais, como atividade vinculada ao Ministério de Integração

Nacional, com o caráter de socializar o conhecimento científico com as comunidades mais carentes.

Em 1961, o conceito de extensão reapareceu na Legislação Federal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB, nº 4.042, no seu art. 69, alínea C, referindo-se a extensão como

[...] um conjunto de atividades que a universidade poderia executar, nos estabelecimentos de ensino superior. Podem ser ministrados cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino aberto, a candidatos com o reparo e os requisitos que vierem a ser exigidos.

Esse conceito foi reforçado em 1996, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB nº 9.394, no disposto do art. 43, item VI, expressa que a finalidade do ensino superior:

[...] promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica gerada na instituição, ou seja, integra o conhecimento acadêmico com o adquirido na prática (LDB 9.394, 1996).

Outro movimento em destaque para a visibilidade e consolidação da Extensão nas universidades foi a articulação entre os pró-reitores de extensão das universidades públicas

brasileiras, surgindo com isso, em 1987, a ideia da implantação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), a fim de apoiar e desenvolver a extensão universitária. A partir de um debate amplo e aberto, desenvolvido nos XXVII e XXVIII Encontros Regionais e Nacionais, realizados em 2009 e 2010, respectivamente, o FORPROEX (2010) apresenta às universidades públicas e à sociedade o conceito de extensão universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2010).

Assim definida, a extensão universitária denota uma postura da universidade na sociedade em que se insere. Seu escopo é o de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, por meio do qual se promove uma interação que transforma não apenas a universidade, como também os setores sociais com os quais ela interage. Extensão universitária denota também prática acadêmica, a ser desenvolvida, como aponta a Constituição Federal Brasileira de 1988, de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, com vistas à promoção e garantia dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas dimensões humana, ética, econômica, cultural, social.

O fortalecimento da extensão universitária advém de inúmeros esforços pautados pelas discussões do FORPROEX, que resultou na implantação da Política Nacional de Extensão Universitária e da elaboração do Plano Nacional de Extensão Universitária cujos objetivos se instalam na perspectiva de transformação e fortalecimento da extensão universitária, em um instrumento efetivo de mudança da universidade e da sociedade, em direção à justiça social e ao aprofundamento da democracia, e busca das novas oportunidades. E, ainda, os objetivos destacam a extensão enquanto promotora de diversas atividades e também produtora de conhecimentos técnicos e teóricos de docentes e discentes.

Na Unimontes, a PROEX ancora diferentes áreas de atuação, sempre pautando as suas ações em propostas de desenvolvimento social e humano, reforçando ainda mais as políticas públicas e sociais, bem como os serviços sociais de proteção básica e qualificação profissional, capacitação de quadros técnicos e gestores, dentre outras atuações. Considerada tão importante quanto o ensino e a pesquisa, a extensão atende a diferentes comunidades em seus programas, projetos, prestação de serviços, cursos e eventos em mais de quatro mil ações desenvolvidas em 2019.

No que se refere à comprovada experiência da Unimontes através da Pró-Reitoria de Extensão, essa condição pode ser atestada por meio da inserção dessa universidade, por meio de participação em processos de seleção públicos municipais,

estaduais, federais, na elaboração e execução de metodologias específicas, programas e projetos em diversas áreas do conhecimento, tais como: Programa Nacional de Atenção Integral a Criança e Adolescente (PRONAICA); cursos diversos em parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social/MG; Secretaria de Estado da Educação/MG; Programa de Capacitação de Professores (PROCAP); Projeto de Formação Superior de Professores - Projeto VEREDAS; Programa Nacional de Reforma Agrária/INCRA; Projeto Unimontes Solidária; Projeto RONDON; Projeto Caminhos Gerais; Projeto Expressão Sertão Multicampi; Projeto de Capacitação de Gerentes Sociais e Conselhos Tutelares e de Direito do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) (estados de Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro e Brasília - Distrito Federal); Alfabetização Solidária; Observatório Social Cidadania e Direitos Humanos; Implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; Programa Negros do Norte de Minas: cultura, identidade e Educação étnica em uma Comunidade Quilombola; Programa de Integração da Universidade ao Campo/ PROIN; Unimontes Solidária; Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares na Universidade Estadual de Montes Claros; Serviço Social de Assistência Jurídica - SAJ; Diagnóstico e Planejamento territorial para a promoção de Segurança Alimentar e desenvolvimento da Micro região Urucuia - Grande Sertão, além de outros 245 ações institucionalizadas e pontuais de

Extensão realizadas em 2019 e do atendimento de demandas cotidianas apresentadas à PROEX.

### **3. A articulação da extensão universitária com as políticas públicas mineiras.**

Necessário também destacar o papel da articulação da Extensão universitária com as políticas públicas. Essa articulação constitui-se também em iniciativa importante para o fortalecimento da própria extensão universitária afinada com compromisso e o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e combate a todas as formas de desigualdade e discriminação.

É nesse sentido que, ao remontar ao momento de reflexões e construção da assistência estudantil, registramos os movimentos articulados do DCE gestão de 2016/2017, da Unimontes, por meio de sua Pró-Reitoria de Extensão<sup>12</sup> e o Governo do Estado de Minas Gerais, para a implantação da política de assistência estudantil na Universidade Estadual de

---

12 Compreende-se a importância da existência de espaços institucionais para a proposição, implantação, execução, avaliação e aprimoramento da política de assistência estudantil. Nesse sentido, pautou-se por diversas vezes a necessidade de criação de uma pró-reitoria destinada às políticas de assistência estudantil, entretanto, sejam as compreensões equivocadas e reducionista, sejam as limitações orçamentárias e regimentais, impediram, até o momento, a criação dessa pró-reitoria. Desse modo, o apoio e participação da PROEX-Unimontes tem papel fundamental para o início do debate, e para que possamos realizar lutas futuras para a ampliação do entendimento, alcance e estrutura da política de assistência estudantil nas universidades do estado de Minas Gerais.

Montes Claros (Unimontes) e a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG).

Sabemos, no entanto, que a regulamentação da assistência estudantil em âmbito governamental, enquanto uma política pública, é um fato relativamente recente. Entretanto, as discussões e os debates acerca do tema são bem antigos, com suas origens coincidindo com o período de criação das primeiras universidades brasileiras, por volta de 1930. Consultando Dutra e Santos (2016), as autoras informam que, no território nacional mais propriamente, as primeiras práticas de assistência estudantil remontam a década de 1930, atrelada à consolidação das primeiras universidades brasileiras do século XX, sob o governo de Getúlio Vargas.

Segundo Nascimento (2013), nesse período as ações de assistência ao(à) estudante constituíam-se em mecanismos emergenciais e focalizados, que se inserem na agenda educacional brasileira diante das exigências de modernização do país que demandavam a escolarização da classe trabalhadora. Sua emergência é marcada, sobretudo, pelos programas de alimentação e moradia (PINTO; BELO; PAIVA, 2012). Uma importante ação de assistência prestada ao(à) estudante nesse momento foi a abertura da Casa do Estudante do Brasil, a qual se estabeleceu no Rio de Janeiro no início dos anos de 1930, com o objetivo de auxiliar os(as) estudantes com maiores dificuldades econômicas. Consistia num casarão de três andares acoplado a um restaurante popular que recebeu

grandes doações do Governo Federal durante a Era Vargas (COSTA, 2009; KOWALSKI, 2012; SILVEIRA, 2012).

As autoras Dutra e Santos complementam afirmando que:

[...] com o apoio do Ministério da Educação, em agosto de 1937, a Casa do Estudante do Brasil realiza o 1º Conselho Nacional de Estudantes e consegue consolidar o almejado projeto de criar a entidade máxima dos estudantes. É criada a UNE, fruto de uma tomada de consciência acerca da necessidade de organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil (POERNER, 2004). Essa entidade se tornará um dos principais sujeitos políticos da luta em prol da AE no país (2016, p.148-149).

A Educação Superior passa por processos de reformas alicerçados no discurso da democratização. Nesse cenário, emergem as políticas de expansão das universidades, e de ampliação e democratização do acesso e permanência no ensino superior por meio de programas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (o REUNI), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM/SISU) e a Lei de Cotas nº 12.711/2012. Nesse contexto, ganha espaço na agenda do Governo Federal, por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Embora o principal programa regulador da política de assistência estudantil no país determine o grupo que deve

por ela ser atendido, a discussão em torno de para quem se destina a assistência na esfera da Educação Superior ainda permanece. Alguns autores vão criticar o caráter focal e seletivo que tem sido conferido à política de AE, defendendo uma assistência colocada como um direito de todo(a) estudante, e não apenas um favor concedido para alguns, em geral classificados como “carentes” (LEITE, 2008; 2012; NASCIMENTO, 2012; NASCIMENTO; ARCOVERDE, 2012). E, ainda, é imprescindível a compreensão acerca do que seriam as condições de permanência, o entendimento de quais seriam as necessidades dos(as) estudantes para permanecerem em seus cursos e levar adiante sua formação acadêmica.

A análise sobre a intercessão entre a extensão, as políticas públicas e esse movimento de implantação da política de assistência estudantil só pode ser entendida sob alguns aspectos que condicionaram, ser a Pró-Reitoria de Extensão da Unimontes um dos pólos mobilizadores da ação. Tinha-se, nesse sentido, por parte da Pró-Reitoria de Extensão:

1. Conhecimento das condições socioeconômicas de discentes da Unimontes.
2. Reconhecimento da importância da ampliação do debate acerca do acesso e permanência de estudantes.
3. Prática de interação com a comunidade em geral, num caráter de ações integradas, dialógicas e

democráticas.

4. Aproximação com professores e acadêmicos(as)<sup>13</sup> que coadunam com a necessidade da urgente criação de uma ampla política de assistência estudantil.

Destaca-se que essa aproximação garantiu a articulação da universidade com as políticas públicas específicas para os(as) acadêmicos(as) e o compromisso com o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidades sociais e o combate a todas as formas de desigualdade e discriminação também foram favorecidos naquele momento.

Nesse sentido, abrigamos esforços e discussões para a construção coletiva de uma política de assistência estudantil com compromisso acadêmico, o pensar e o agir na gestão da extensão e da assistência estudantil. Resultante desse processo várias ações coletivas foram deflagradas, com a participação de professores, acadêmicos e, principalmente presente na pauta de reivindicações do DCE 2016/2017, que coordenou a realização de uma Conferência Estudantil na Unimontes, com o apoio e assessoria da PROEX e de professoras(es) do curso de Serviço Social. Das discussões efetivadas nesta Conferência, resultou na produção de um documento sobre política de assistência estudantil, para o

---

<sup>13</sup> Dá-se ênfase aqui para discentes que compunham o Diretório Central dos Estudantes e Docentes vinculados ao Departamento de Política e Ciências Sociais, especificamente professoras do curso de serviço social – psicólogas e assistentes sociais.

Estado de Minas Gerais,

A partir dessa conferência estudantil, detalhada em capítulos deste livro, foram realizadas reuniões com o governo de Minas Gerais, lutas diárias e constantes do DCE e docentes envolvidos com esse processo. Inaugura-se, assim, a implantação da política de assistência estudantil na Unimontes, com a presença efetiva da PROEX, em todo o processo.

Sabemos, portanto, que as políticas de assistência estudantis na educação superior têm a finalidade de destinar recursos e mecanismos para que os(as) estudantes possam permanecer na universidade e concluir seus estudos, e devem se voltar não só para as questões de ordem econômica, mas também de ordem pedagógica e psicológicas.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) destaca que as políticas de permanência do(a) estudante na universidade têm grande importância na vida dos(as) estudantes que não possuem meios para se manter estudando devido às dificuldades sociais e financeiras. Apesar de se destacarem por mérito nos concorridos exames vestibulares, em muitos casos têm de abandonar a oportunidade frente às limitações de ordem econômica dos familiares e, dessa forma, deixam de ter condições para galgar posição profissional qualificada. Nas universidades, itens como transporte, residência, alimentação, apoio pedagógico, livros, cultura e esporte

são fatores que podem comprometer a formação acadêmica dos(as) estudantes, por se tratar de necessidade presente na vida universitária, tendo a contribuição das bolsas de apoio como atenuante das desigualdades já vivenciadas por esses indivíduos fora dos muros das universidades. Embora a Unimontes não integre o FONAPRACE, entende a importância da assistência estudantil, como um fator de incorporação dos(as) estudantes de baixa renda no processo de democratização da universidade (FONAPRACE, 1997; 2004).

A política de assistência estudantil, segundo Magalhães (2012), deve ultrapassar a concepção de uma prática fundamentada apenas em programas de repasse financeiro, e que deve considerar na formulação de suas ações o atendimento dos(as) estudantes em seus diversos aspectos e necessidades, oferecendo condições para se transpor e superar obstáculos e dificuldades na sua trajetória acadêmica. Nesse sentido, Vasconcelos (2010) afirma que a assistência estudantil deve transitar em todas as áreas dos direitos humanos.

A Política Estadual de Assistência Estudantil (PEAS) no âmbito da Unimontes foi instituída a partir da publicação do Decreto nº 47.389, de 23 de março de 2018, assinado pelo governador do estado de Minas Gerais, Fernando Damata Pimentel, que dispõe as normas para a implantação e gestão do PEAE e que tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na universidade.

A PAES está em fase de implementação, e todo o apoio ao(à) estudante encontra-se no Núcleo de Assuntos Estudantis (NAE) da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), criado para essa finalidade. As ações que serão desenvolvidas deverão atender prioritariamente às seguintes categorias de benefício:

- I) moradia;
- II) alimentação;
- III) transporte;
- IV) auxílio creche;
- V) apoio pedagógico.

Outras ações poderão ser desenvolvidas, tais como: atendimentos psicológicos no Programa de Apoio Psicopedagógico (PAPPO), atividades no centro esportivo, atividades culturais, atendimento médico no posto de pronto atendimento, dentre outras.

A partir da criação do NAE, a próxima etapa foi a realização de um diagnóstico socioeconômico via WEBAluno, com todos(as) os(as) estudantes da Unimontes, e teve por objetivo situar as condições destes(as) no que tange à situação socioeconômica. Após a aplicação desse diagnóstico, os dados foram sistematizados, tabulados e analisados, resultando um cenário de conhecimento do perfil dos(as) nossos(as) estudantes, apontando, assim, as vulnerabilidades e,

posteriormente, a indicação de quais receberam o(s) auxílio(s) da PEAE. Só então os editais específicos foram publicados.

#### **4. Considerações e perspectivas.**

Cabe reafirmar que consideramos ser de suma importância a ampliação das ações voltadas para a assistência estudantil no âmbito da Unimontes e da UEMG, e isso requer o esforço – e lutas – para a alteração da estrutura da universidade para a criação de uma Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, tão urgente e necessária, mas também requer uma constante agenda de debates para o aprofundamento e ampliação da assistência estudantil como um instrumento de acesso ao direito à educação superior.

Com tudo isso, consideramos que a interlocução da extensão universitária com as políticas públicas e, especificamente, com a política de assistência estudantil objetivou o fortalecimento do vínculo desde então estabelecido, a partir dos diálogos e inquietações presentes em um momento histórico de reivindicações docentes e discentes na Unimontes, momento esse de conquistas especialmente para os(as) discentes e seus processos de construções, de luta e reconhecimento, de escuta atenta e acolhimento, e, ao final, o emergir de possibilidades e avanços e o desatar de sonhos legitimados.

Magalhães considera que a política de assistência estudantil

[...] deve ultrapassar a concepção de uma

prática fundamentada apenas em programas de repasse financeiro. A autora defende que a AE deve considerar na formulação de suas ações o atendimento dos estudantes em seus diversos aspectos e necessidades, oferecendo condições para se transpor e superar obstáculos e dificuldades na sua trajetória acadêmica (2012, p. 88).

E como bem escreveu Eduardo Galeano, “[...] a utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. **Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar**”.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 70 de 29 de março de 2012. Senado Federal. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/>.pdf. Acesso em: fev. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996.

COSTA, S. G. **A equidade na educação superior**: uma análise das políticas de assistência estudantil. 2010, 203 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010,

COSTA, S. G. A permanência na educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil. *In*: Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América Do Sul, 9., 2009, Florianópolis. **Anais...**Florianópolis: INPEAU/UFSC, 2009. p. 1-13.

CUNHA, L. A. **A Universidade crítica**: o ensino superior na República Populista. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

DUTRA, N. G. dos R.; SANTOS, M. F. S. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, jan./mar. 2017.

FONAPRACE. **I Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES**, Brasília, 1997.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Ilhéus: Editus, 2001 (Extensão Universitária, v. 1).

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GALEANO, Eduardo. *Las Palabras Andantes*. Editora : Siglo XXI , Madri/Espanha, 2012, 292 páginas .

I ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS, 1987, Brasília. **Conceito de extensão, institucionalização e financiamento**. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/Encontro-Nacional/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2018.

MAGALHÃES, R. P. Desigualdade, pobreza e educação superior no Brasil. *In*: **FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS - FONAPRACE**. Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Uberlândia: UFU- PROEX, 2012. p. 88-97.

MORAES, M. R.; LIMA, G. F. Assistencialização das políticas educacionais brasileiras. *In*: Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo: marxismo, educação e emancipação humana, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011, p. 1-5.

NASCIMENTO, C. M. **A assistência estudantil consentida**: na contra reforma universitária dos anos 2000. *Universidade e Sociedade*, v. 23, n. 53, p. 88-103, 2014.

NOGUEIRA, M. D. P. (org.). **Extensão universitária**: diretrizes conceituais e políticas. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004 (Coleção Questões da Nossa Época, v. 120).

SILVEIRA, M. M. **A assistência estudantil no ensino superior**: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras. 2012. 137 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2012.

VASCONCELOS, I. C. O.; GOMES, C. A. Pedagogia dialógica para democratizar a educação superior. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 24, n. 92, p. 579-608, set. 2016.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em Re-vista**, v. 17, n. 2, p. 599-616, jul./dez. 2010.

# O PROCESSO DE CONQUISTA DA PRIMEIRA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS: UM DIÁRIO DE LUTA

*Isabella Santos Ramos*

*Lucas Tibo Saraiva*

*[...] Outra educação pela pedra: no Sertão  
(de dentro pra fora, e pré-didática).  
No Sertão a pedra não sabe lecionar,  
e se lecionasse, não ensinaria nada;  
lá não se aprende a pedra: lá a pedra,  
uma pedra de nascença, entranha na alma  
(João Cabral de Melo Neto)*

## INTRODUÇÃO

Neste capítulo, buscamos contextualizar o processo de conquista da I Política de Assistência Estudantil no Estado de Minas Gerais no âmbito da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), a partir da experiência dos(as) estudantes que compunham a gestão do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade naquele íterim. Para tanto, é necessário apresentar um panorama geral sobre o que se configurava como assistência estudantil no período, trazendo um resgate histórico sobre os movimentos estudantis que formaram o quadro daquela gestão, bem como os diferenciais

de sua composição, o que faremos a seguir. É importante ressaltar que este texto é também um relato e problematização dos processos e pontos-chave que culminaram com a proposta da política: assembleias estudantis, entrada solidária dos acadêmicos na greve, detenção de estudantes, acampamento em frente à reitoria, processos de negociação e a culminância na formulação da I Conferência de Assistência Estudantil de Minas Gerais – Âmbito Unimontes<sup>14</sup>.

## 1. A assistência estudantil como meta

No contexto de gestão da política de assistência estudantil, o panorama da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), no que dizia respeito à situação de seu corpo discente, era precário. A “desassistência” promovida historicamente pelo governo estadual de Minas Gerais acarretou sérias distorções na estrutura universitária, causando impactos deletérios a seus estudantes. O reconhecimento da assistência estudantil como um direito foi ponto fundamental do início de mudanças, principalmente para aqueles que

---

14 A gestão 2015-2016 contou com a participação e o engajamento de vários(as) estudantes naquele período: Grupo jurídico: Maria Angélica (Ciências Sociais), Heros Maciel (Direito), Pedro Rocha (Direito), Nathan Jonata (Direito); Grupo de pluralidade e diversidade: Ana Paula Ferreira (Filosofia), Julianny Ferreira (Letras – Inglês), Emerson William (Enfermagem); Grupo de cultura: Tayná Ferreira (Ciências Sociais), Silson Cardoso (Artes Teatro), João Pedro Rosa (Artes Teatro), Ludmila Cruz (Biologia), Fabrício Novais (Ciências Sociais), Ana Flávia Souza (Biologia), Eudes Roberto (Serviço Social), Phillipe Nunes (Serviço Social); Grupo de Assuntos Estudantis: Pablo Rios (Ciências Sociais), Gabriel Machado (História), Lucas Tibo (Ciências Sociais), Angela Antonini (Letras Inglês), Maria Luísa Ribeiro (Letras Português); Grupo de Comunicação: Mariana Dupin (Biologia), Sâmela Priscila (Letras Português); Isabella Ramos (Artes Visuais); Grupo de Finanças: Luara Oliva (Engenharia Civil), Bruno Santos (Ciências Sociais), Glauber Alves (Economia); dentre tantos outros...

se enquadraram nos critérios de carência socioeconômica. Apesar de a política de cotas existente na Unimontes buscar justamente abarcar esse público, configurava-se como insuficiente. Nesse sentido,

A busca pela redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade. Esse não se pode efetivar apenas no acesso à educação superior gratuita. Torna-se necessária a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão de curso dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso (FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE, 2008, p. 4).

Segundo o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST)<sup>15</sup>, existem 10 áreas estratégicas que se encaixam na grande área da assistência estudantil:

I - Moradia estudantil; II - alimentação;

---

15 Instituído pelo Ministério da Educação, o PNAEST tem por finalidade prover recursos para o atendimento de estudantes que estejam matriculados em cursos de graduação presencial em instituições estaduais de educação (universidades e centros universitários) que participam do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), e por isso contam com recursos do Governo Federal para a promoção de ações voltadas à assistência estudantil. A alocação de recursos é proporcional à oferta de vagas e cada instituição deve eleger os critérios e a metodologia de seleção dos alunos beneficiados.

III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 2).

As mencionadas áreas estão entrelaçadas, indubitavelmente, com o cotidiano do(a) estudante da universidade pública, devendo funcionar minimamente bem para que se alcancem trajetórias acadêmicas exitosas.

A realidade da Unimontes a partir das áreas listadas da assistência estudantil apresentava aspectos deficitários: não havia uma política de moradia estudantil, nem na forma de apartamentos, nem na forma de “bolsa moradia”. Havia apenas um banco de moradia disponibilizado pela Coordenadoria de Assistência Estudantil (CAE), que consistia na oferta de casas e apartamentos para aluguel. O restaurante universitário foi conquista fundamental do movimento estudantil, mas que ainda precisava avançar em alguns aspectos, como a necessidade de criação de faixas socioeconômicas. A área do transporte era extremamente deficitária, e a assistência à saúde ficava a desejar tendo em vista a insuficiência do posto de atendimento no campus-sede.

A inclusão digital constituía-se ainda como gargalo, pois o acesso a computadores com internet era restrito e precário,

sendo encontrados na própria sede do DCE ou na biblioteca, sem contar com a oscilação constante da rede *wi-fi* no campus; iniciativas de fomento à cultura e ao esporte eram raras, apesar da existência de projetos ligados ao Centro Esportivo Universitário e da iniciativa das atléticas que começaram a se formar no âmbito de alguns cursos; não existia uma política de creche; e, por fim, o apoio pedagógico e a política de inclusão de pessoas com deficiência configuravam-se como grandes dificuldades no universo estudantil da Unimontes, inclusive em sua própria estrutura física.

Todo esse panorama descrito acima de forma resumida revela as vicissitudes a que estavam sujeitos o corpo discente da Unimontes, principalmente o grupo que possuía dificuldades de ordem socioeconômica. Sendo assim, a tarefa que se impunha ao movimento estudantil era a de trazer o debate de forma mais acentuada para toda a comunidade acadêmica, acerca da importância elementar da assistência estudantil para a permanência e êxito dos seus estudantes.

Foi nesse contexto que a chapa “Vai Ter DCE” se colocou nas eleições de 2015, objetivando construir uma gestão diversa, democrática e participativa cuja bandeira primordial seria a conquista e implementação de uma política de assistência estudantil para a Unimontes. A composição política da chapa se formou a partir, majoritariamente, de jovens que já traziam alguma experiência em movimentos sociais, como o “Levante Popular da Juventude” e o “Juntos”.

Somando a esse grupo, jovens independentes também se apresentaram para compor a chapa em função da sintonia das propostas pleiteadas. Nessa direção, elaborou-se proposta de construção da chapa em um formato horizontal dividida em coordenadorias, as quais contariam com dois representantes cada, preferencialmente um homem e uma mulher, os quais comporiam a secretaria operativa, já que na prática não haveria o cargo de presidente(a).

Importante destacar a eficácia da metodologia horizontal e participativa de gestão que permitiu uma melhor divisão das tarefas necessárias ao bom andamento das atividades do DCE. Incorporando estudantes ao longo do processo e se esforçando para abarcar as mais diversas demandas foi que o DCE conseguiu dinamizar a vida universitária, fomentando diversas atividades, das quais a Unicalourada<sup>16</sup> foi exemplo ímpar. As Unicalouradas voltaram a ser marca registrada de encontro e socialização dos(as) estudantes, os quais passaram a frequentar as festas de boas-vindas aos calouros, mudando o panorama estudantil da universidade. Tais festividades contribuíram para o financiamento do próprio DCE, permitindo bancar, por exemplo, a partir das vendas realizadas no evento, a pesquisa socioeconômica<sup>17</sup> acerca da

---

16 Evento musical tradicional organizado pelo Diretório Central dos Estudantes da Unimontes com frequência semestral. Seu objetivo é a recepção e integração dos calouros da universidade.

17 Esse trabalho foi pioneiro ao revelar a realidade socioeconômica dos(as) estudantes da Unimontes – Campus Darcy Ribeiro entendendo que o conhecimento desses dados foi fundamental para elaboração da I Política de Assistência Estudantil do estado de Minas Gerais. É premente a realização periódica de diagnósticos semelhantes tanto no campus-sede como nos demais campi da universidade.

assistência estudantil na universidade.

Uma das coordenadorias idealizadas e que foi materializada foi a coordenadoria de assuntos estudantis. Após o êxito nas eleições para o DCE, a coordenadoria de assuntos estudantis se organizou a partir de três eixos temáticos: Política Estudantil; Projeto de Assistência Estudantil; e Políticas de Permanência. Tais eixos foram pensados com o intuito de fomentar de forma mais contundente a participação organizada dos(as) estudantes, seja no formato de centros acadêmicos e afins, seja na atuação junto aos conselhos deliberativos da Universidade. Dessa maneira, constava no planejamento estratégico da coordenadoria uma campanha de “Moradia Já” que faria parte de um conjunto de demandas de um projeto de assistência estudantil que contemplasse o corpo discente de nossa universidade (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES, 2015).

No intuito de subsidiar o passo em direção à implementação da política de assistência estudantil na Unimontes, o DCE, em parceria com as empresas juniores do curso de Economia (Economontes) e do curso de Ciências Sociais (Datamontes) organizou pesquisa acerca do perfil socioeconômico do(a) estudante da Unimontes do campus sede relacionado com as áreas estratégicas de assistência estudantil constantes no PNAEST. Tal pesquisa serviu de guia para orientar quais eram as principais demandas de nossos(as) estudantes, e se

configurou como documento essencial para comprovação da necessidade da assistência estudantil na Unimontes junto ao Governo do Estado de Minas Gerais.

Apesquisa diagnosticou que existia parcela significativa dos(as) estudantes que necessitavam urgentemente da assistência estudantil para permanecerem na universidade. Tomando-se, naquela ocasião, como referência o total de estudantes do campus – sede (cerca de 5.346 estudantes regularmente matriculados), foi possível constatar que pelo menos 19% dos(as) estudantes se enquadravam em situação de extrema vulnerabilidade social (aproximadamente 1.015 estudantes). O perfil desse estudante era majoritariamente jovem (entre 17 e 25 anos de idade) (85%); oriundo de escola pública (67%); possuía renda familiar mensal de até um salário mínimo (19%); possuía mais de quatro membros na família (62,2%); majoritariamente precisava exercer algum tipo de atividade remunerada para sobreviver, sendo o próprio espaço universitário o principal local dessa atividade, uma vez que 41,3% dos(as) estudantes eram bolsistas e 16,7% estagiários(as) (DATAMONTES-ECONOMONTES, 2015).

No que se refere às áreas de assistência estudantil, tais estudantes demandavam, em sua maioria, moradia estudantil ou auxílio equivalente (cerca de 60%); necessitavam de auxílio alimentação (cerca de 28,7%);

requisitavam também, em sua maioria, auxílio-transporte (cerca de 53,3%) e precisavam de auxílio para aquisição de materiais didáticos (cerca de 66,7%) (DATAMONTES-ECONOMONTES, 2015).

A realização da pesquisa, fruto do esforço coletivo do grupo que compunha a gestão daquele ano, financiada a partir das atividades recreativas promovidas pelo DCE, foi fundamental nesse contexto por respaldar o debate, vinculando as demandas estudantis, a partir de então, a dados concretos. A pesquisa identificou o que muitos(as) estudantes já vivenciavam na pele: as dificuldades cotidianas de permanecer no ambiente universitário. Contudo, ainda que embasados em demandas reais, o diálogo no sentido de avanço das metas para a construção da assistência estudantil no norte de Minas era – e acreditamos que em determinada medida ainda é – difuso.

### 1.1 Entrada dos(as) estudantes na greve

*[...]Uma educação pela pedra: por lições;  
para aprender da pedra, frequentá-la;  
captar sua voz inenfática, impessoal  
(pela de dicção ela começa as aulas).  
A lição de moral, sua resistência fria  
ao que flui e a fluir, a ser maleada;  
a de poética, sua carnadura concreta;  
a de economia, seu adensar-se compacta:*

*lições da pedra (de fora para dentro,  
cartilha muda), para quem soletrá-la.  
(João Cabral de Melo Neto)*

Com a chegada do ano de 2016, novas perspectivas de luta se abriram: o cenário de tensão entre professores da Universidade Estadual de Montes Claros e Governo de Minas Gerais era cada dia mais acirrado, intensificado, em grande medida, pelos acordos de greve sucessivamente quebrados, além de necessidades básicas para o bom andamento das atividades universitárias que não foram respeitadas, como sucateamento da estrutura física, periodicidade de concursos para cargos docentes e técnico-administrativos, além do plano de carreira. Com isso, uma nova greve de professores foi deflagrada em 2 de maio de 2016 (ALMG, 2016).

O cenário de tensão trouxe questionamentos complexos ao grupo do DCE, o qual havia sido reeleito pela comunidade acadêmica para o ano de 2016. Além das questões supramencionadas e muitas vezes desconhecimento sobre as razões da greve, havia clara insatisfação por parte dos(as) estudantes não só pelo atraso do calendário letivo e perda de aulas – que por si só já traziam incontáveis transtornos, ainda mais quando consideramos que a universidade atende a todo o norte de Minas – mas também pelo acúmulo de insatisfação por questões básicas que perpassam, em algum ponto, a permanência estudantil: estrutura, acessibilidade e questões

financeiras, dentre outras.

Com o início da greve dos professores o DCE avaliou que, enquanto entidade representativa discente, antes de qualquer posicionamento em relação ao movimento, era necessário que se realizassem ações de esclarecimento aos(às) estudantes e posterior decisão coletiva por meio de votação, o que foi feito na primeira assembleia geral dos(as) estudantes no dia 29 de abril de 2016, realizada no campus sede, Darcy Ribeiro, e depois replicada por representantes da gestão em outros *campi* da Unimontes, como em Janaúba e Januária (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES, 2016a).

A assembleia estudantil, que foi amplamente divulgada no campus, tratou de apresentar aos(às) estudantes os resultados da pesquisa socioeconômica que havia sido realizada, além de trazer um breve resumo sobre os motivos que ocasionaram a greve docente e posteriormente de técnicos administrativos, em 2016, e, por fim, discutir quais as possibilidades de ação discente frente àquela realidade, entendendo o período como uma oportunidade ímpar de coalizão de forças dos atores que movimentam a universidade – professores, técnicos-administrativos e estudantes – em prol da visibilidade dos problemas que vinham enfrentando.

Após as exposições e abertura de fala à assembleia estudantil, em votação por aclamação sem votos contrários e com seis abstenções, foi definido o apoio do DCE à greve docente e se iniciou ali a articulação de um movimento dos(as)

estudantes para uma greve solidária, definida em comunicado do DCE à comunidade acadêmica como no exemplo a seguir:

A Greve dos Estudantes é legal e legítima, esclarecemos, não há norma que a proíba. O princípio da legalidade, positivado na Constituição da República Federativa do Brasil no artigo 5º, II, garante que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Mesmo que o ordenamento jurídico brasileiro regulamenta expressamente apenas a greve de trabalhadores, é possível usar dessa legislação no que couber à greve estudantil. Este entendimento está de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, artigo 4º, estabelecendo que: “quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”. No Mandado de Injunção 712, o Ministro Eros Grau sustentou que o direito de greve de ser interpretado de forma ampla: “por isso a lei não pode restringi-lo, senão protegê-lo, sendo constitucionalmente admissíveis todos os tipos de greve: greves reivindicatórias, greves de solidariedade, greves políticas, greves de protesto” (Mandado de Injunção 712, Supremo Tribunal Federal, Ministro Eros R. Grau)<sup>18</sup> (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES, 2016b).

O intuito da greve solidária era, para além de dar mais visibilidade à causa, trazer para a pauta as demandas

---

<sup>18</sup> Trecho do comunicado 002 de 2016, que informava sobre o conceito de legalidade da greve estudantil.

estudantis, há muito ignoradas, que na mesma assembleia foram definidas pelos(as) estudantes e registradas em ata<sup>19</sup> como sendo responsabilidade da reitoria:

1. Melhoria da infraestrutura das salas de aula (principalmente nos quesitos de refrigeração e materiais de suporte pedagógico como lousas e data show).
2. Ampliação das adaptações de acessibilidade para os portadores de necessidades especiais.
3. Otimização das condições de trabalho dos e dos(as) estagiários(as) (observando a diminuição de carga horária e remuneração).
4. Flexibilização da grade curricular.
5. Implementação de mais medidas para segurança no campus (iluminação).

E no âmbito estadual:

1. Moradia estudantil.
2. Implementação de bolsa permanência como medida provisória.
3. Eleições diretas para reitor.
4. Aumento do orçamento para a Unimontes.
5. Estadualização de todos os campi da Unimontes (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES, 2016a).

Com a tomada de decisão a favor da greve, várias ações de mobilização organizada começaram a acontecer pelo campus a partir do dia 2 de maio de 2016. Convocando o corpo discente com instrumentos de fanfarra, paródias e panfletagens, os(as)

---

<sup>19</sup> A ata gerou um comunicado que foi divulgado à comunidade acadêmica.

estudantes passavam pelos prédios divulgando a decisão do pleno nos turnos da manhã e noite. A partir desse período, começaram a acontecer também, em parceria com o comando de greve dos professores, os “Shows da Greve”, eventos culturais com música e interpretação teatral que aconteciam periodicamente para dar mais visibilidade às causas da greve.

Um dia após o início da mobilização, 3 de maio de 2016, durante manifestação pacífica no turno da noite em frente aos prédios 1 e 2 do Campus Darcy Ribeiro, ocorreu um dos eventos mais tristes da história da universidade. Um professor do curso de bacharelado em Direito, também Juiz de Direito, sentindo-se prejudicado pelas manifestações, utilizou-se das atribuições de seu cargo de magistrado para solicitar intervenção da Polícia Militar de Minas Gerais que, chegando ao local, já de forma truculenta no intuito de dissolver a manifestação, dentre os vários presentes, deteve o estudante de História Gabriel Machado e o estudante de Direito Natan Jonnata, ambos negros, o que causou grande comoção entre todos os presentes, que começaram a vaiar o que acontecia.

Todas as atividades foram filmadas, e é possível ver em vídeo posteriormente editado e postado no site de compartilhamento de mídia YouTube<sup>20</sup> o momento em que ambos são presos com violência e também o momento em que um policial ameaça verbalmente e com gestos a acadêmica

---

20 Link do vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=UlnSNEauqOY>. Acesso em: 20 maio 2018.

de Ciências Sociais Tayná Kety Ferreira, também negra, que foi posteriormente detida. O estudante Nathan foi liberado, e os(as) estudantes Gabriel e Tayná, encaminhados à Delegacia de Plantão da Polícia Civil. Havia outros(as) estudantes, brancos, que vestiam a camisa com o símbolo da gestão e portavam instrumentos de fanfarra, mas somente os(as) estudantes negros ficaram retidos na delegacia. Além disso, acreditamos que a estudante Tayná foi ameaçada por já ser uma figura conhecida em outros episódios de manifestação popular atuando por meio de movimentos sociais.

Os(As) estudantes foram acompanhados por colegas e professores indignados com a situação, que permaneceram em vigília à porta da Delegacia de Plantão de Polícia Civil de Montes Claros até sua liberação após prestarem depoimento e assinarem termo de responsabilidade. Na contramão de seu propósito, a tentativa de coerção acabou por dar mais visibilidade ao movimento de greve, que ganhou espaço na mídia local<sup>21</sup>, além de novos apoiadores, agora mais convencidos da necessidade de reivindicação de um espaço educacional mais justo onde, para além das necessidades estruturais intrínsecas ao seu funcionamento, fossem respeitados os princípios básicos de igualdade e liberdade de manifestação.

Nesse sentido, foi encaminhado pelo DCE o pedido

---

21 O jornal local Inter TV – Grande Minas realizou uma matéria de cobertura do incidente que se encontra disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5000820/>. “Dois estudantes da UNIMONTES são detidos durante manifestação”.

de abertura de uma sindicância, que solicitava à reitoria da universidade processo administrativo que tratasse da atitude arbitrária do professor-juiz no tocante ao uso de suas prerrogativas enquanto juiz no cargo de professor da universidade. Até a data de publicação deste texto, a reitoria não devolveu ao Diretório uma resposta oficial.

Após a entrada solidária dos(as) estudantes no movimento de greve da Unimontes e do triste episódio envolvendo a prisão de dois acadêmicos, alguns outros acontecimentos do período seguinte merecem destaque.

## 1.2 Caso dos(as) estagiários(as)

Durante o mapeamento das demandas estudantis, foram colocadas em pauta as demandas dos(as) estagiários(as), que exerciam – e ainda exercem – grande parte do trabalho administrativo da universidade, por dois principais motivos: o primeiro deles, por ser o estágio até então, como já mencionado, a maior fonte de renda daqueles que necessitavam de auxílio financeiro para sua manutenção e permanência na universidade, funcionando, assim, o estágio administrativo mascaradamente como a política de assistência estudantil da universidade. O segundo pela defasagem do plano de cargos e salários e a não realização de concursos para suprir a demanda de técnicos-administrativos, que, por conseguinte, têm suas funções executadas pelos(as) estagiários(as). Uma prática economicamente vantajosa para

o Governo do Estado.

Em 11 de maio de 2016, durante a primeira assembleia geral dos(as) estagiários(as), constatou-se, por meio de relatos, um grave quadro caracterizado pelo regime de subemprego acarretado pela negligência da administração universitária e pelo abandono de cargos pelos técnico-administrativos, o que não respeitava pontos fundamentais da Lei nº 11.788, que trata dos(as) estágios(as) estudantis (BRASIL, 2008).

As demandas tratavam de questões básicas, como a redução da carga horária de seis para quatro horas ou o reajuste do valor da bolsa, já há muito tempo defasada; revisão das funções dos(as) estagiários(as), com atividades condizentes à sua condição e área de estudos; respaldo formal por parte da universidade com relação às pausas para alimentação, férias e concessão de liberação em caso de provas e eventos acadêmicos; auxílio-transporte equivalente aos dias trabalhados, que na época correspondia a 30% do valor gasto. Após a redação de documento com suas demandas, os(as) estagiários(as) foram convidados(as) a se somarem à greve solidária, permanecendo apenas por uma semana. Alguns setores, como a biblioteca, no período noturno, chegaram a fechar, já que suas atividades se mantinham apenas com o trabalho deles(as) (DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES, 2016a).

As demandas dos(as) estudantes-estagiários(as) foi a primeira a ser atendida, por caracterizar-se como material de processo trabalhista por sua discrepância de horários,

atribuições e remuneração, que teve aumento imediato de cerca de 41,6%<sup>22</sup>, mantendo a mesma carga horária (ALMG, 2016).

### 1.3 Acampa pela educação e democracia

Já com alguns dias de avanço e ainda sem perspectivas de negociação com o Governo do Estado e reitoria sobre as demais demandas apresentadas, os(as) estudantes decidiram empreender atividades mais ostensivas de visibilização e mobilização do movimento de greve, ocasionando em 18 de maio de 2016 o “Acampa pela Educação e Democracia”, onde, acampados em frente à reitoria da universidade, os(as) estudantes permaneceram com apoio dos professores na manutenção do espaço por 52 dias (ALMG, 2016).

No período, foram desenvolvidas atividades diversas que visavam à integração acadêmica e o debate sobre as pautas de professores, estudantes e técnicos-administrativos e o ensino superior público gratuito e de qualidade por meio de rodas de conversa, cine-debate e oficinas, além dos shows da greve, que continuavam a acontecer.

Vários temas foram discutidos no âmbito do acampamento: feminismo, ocupação de terras improdutivas e sua contextualização com os movimentos sociais de luta pela terra; comunicação popular; formação histórica da Unimontes, exemplos de participação estudantil na

---

22 Já que passou de R\$ 480,00 para R\$ 680,00.

construção da política de assistência estudantil na UFMG, campus Montes Claros; orçamento da Unimontes, dentre outros.

É importante frisar como essa dinâmica participativa contribuiu para o fortalecimento e duração do movimento de greve, caracterizando a greve mais longa da história da universidade. O clima gerado no acampamento foi propício para a interação entre estudantes, professores e técnico-administrativos, servindo como ambiente pedagógico de conhecimento acerca do próprio funcionamento da universidade.

A decisão pelo acampamento se pautou por exemplos históricos de movimentos estudantis de outras universidades que têm na prática de acampamentos uma das estratégias de luta para conseguir alcançar seus objetivos (ARAÚJO, 2007).

Destacam-se também outras atividades, organizadas por estudantes, professores(as) e servidores(as), que mobilizaram para além dos muros da universidade: carreatas, passeata e a feijoada da greve, realizada no Solar dos Sertões, no centro da cidade de Montes Claros.

#### 1.4 Negociações com o estado de Minas Gerais

Das várias demandas estudantis divididas em âmbito local e estadual, como já foi resgatado, a questão dos(as)

estagiários(as) foi a que ganhou mais repercussão, sendo rapidamente resolvida já no primeiro encontro para a negociação das pautas da greve unificada. Avalia-se que isso se deu devido à gravidade das condições de trabalho as quais estavam submetidos aqueles estudantes. Ainda assim, muito do que havia sido reivindicado continuava sem respostas, por isso reuniões de negociação continuaram a ser feitas contando com a participação de representações do Governo do Estado e dos Comandos de Greve da Unimontes e UEMG, que eram compostos por representações dos professores, acadêmicos e técnico-administrativos.

O acampamento permanecia instalado em frente à reitoria: materializava uma insatisfação, gerava incômodo e contribuiu, como atividade de resistência, com o impulsionamento da continuidade das negociações no intuito de debater as demais reivindicações colocadas pelo corpo estudantil.

Como noticiado pelo sítio eletrônico da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, quando já se passava mais de um mês em greve foi realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), que tratou de discutir, sobretudo:

A recomposição salarial e da carreira dos professores, a assistência estudantil, como bolsa-permanência e jornada e remuneração dos estagiários; a nomeação dos aprovados em concurso público docente; realização de concurso para servidores

técnico-administrativos e uma reforma administrativa interna, com criação de ouvidoria e guarda universitárias (NOTÍCIA DA ALMG, 2016).

O encontro foi ainda uma oportunidade de, unidas, as comunidades da Unimontes e UEMG, manifestarem-se sobre a situação do ensino superior do estado na capital de Minas Gerais.

Nas reuniões de negociação que se seguiram, a discussão das pautas estudantis foram sintetizadas na construção de uma proposta para a política de assistência estudantil, que o Estado ainda não possuía. Foi proposta aos(as) estudantes a dissolução do acampamento pela democracia e saída da greve solidária como condição para o cumprimento do acordo de negociação – a apreciação da proposta de política de assistência estudantil – por parte do Governo do Estado, e, apesar de reconhecer o impacto no panorama geral da greve na Unimontes, após realização da segunda assembleia estudantil, na qual as opções disponíveis foram apresentadas e debatidas pelo pleno, o corpo discente optou pela saída da greve e construção da proposta da política de assistência estudantil para o ensino superior do estado de Minas Gerais, atividade que contou com apoio e participação efetiva dos professores e professoras da Unimontes, sobretudo do departamento de Serviço Social.

Para tanto, visando à maior participação possível de toda

a comunidade acadêmica, uma comissão formada pelos(as) estudantes que compunham a gestão do DCE da Unimontes, professores e professoras do curso de Serviço Social e a Pró-Reitoria de Extensão, foi idealizada a I Conferência de Assistência Estudantil de Minas Gerais no âmbito da Unimontes, evento que carregou a missão de gestar a proposta de lei para a assistência estudantil.

O evento possibilitou espaço propício para discutir mais a fundo, em grupos específicos, os cinco eixos da assistência estudantil com a comunidade acadêmica, entendendo melhor as realidade e demandas de cada segmento. Além disso, os grupos forneceram o material-base para a redação do texto de proposta.

Com a finalização da proposta sistematizada, o texto foi entregue pela comissão na cidade administrativa em mãos do então governador do estado, Fernando Damata Pimentel, para apreciação e encaminhamento à Assembleia Legislativa.

Nesse âmbito, pudemos observar que muito se discutiu no executivo sobre a aprovação dessa lei. Havia o entendimento de que a criação da lei que trataria sobre a assistência estudantil nada mais seria do que uma ação complementar ao ingresso em universidades públicas por meio das cotas, sistema implantado nas duas instituições de ensino - Unimontes e UEMG - pela Lei nº 15.259, de 2004, que estabeleceu, em cada curso técnico de nível médio e de graduação, percentual de vagas para afrodescendentes

e egressos de escola pública (desde que carentes), pessoas com deficiência e indígenas. O que, desse modo, garantia o acesso, mas não necessariamente significava a garantia à permanência (MINAS GERAIS, 2004).

É interessante ressaltar que muito se discutiu em assembleia para a votação do projeto de lei da assistência estudantil, colocando-se em questão a existência de leis análogas à proposta, além da falta de orçamento para cumpri-la. A extensão dos debates acabou por tornar o processo mais demorado. Após longo período de obstrução por parte de deputados da oposição àquele governo, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) aprovou o projeto de lei em maio de 2017.

A Lei nº 22.570, que institui o Programa de Assistência Estudantil na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), foi sancionada pelo governador do estado em julho do mesmo ano (MINAS GERAIS, 2017). Como foi afirmado em matéria vinculada na época, os recursos necessários à efetivação da política – R\$ 7,4 milhões para os(as) estudantes da Unimontes e R\$ 2,4 milhões para os da UEMG – já estariam assegurados por já estarem previstos nos orçamentos de ambas as universidades.

## 2. Considerações finais?

*[...] Junta-se o rio  
a outros rios.  
Juntos,  
todos os rios  
preparam sua luta  
de água parada,  
sua luta  
de fruta parada  
[...] Como gota a gota  
até o açúcar,  
gota a gota  
até as coroas de terra;  
como gota a gota  
até uma nova planta,  
gota a gota  
até as ilhas súbitas  
aflorando alegres  
(João Cabral de Melo Neto)*

Desde o início do movimento de greve, em meados de 2015, até agora, é possível tecer algumas considerações sobre o que avançou e o que ainda precisa melhorar no âmbito da assistência estudantil na Unimontes. De partida, é preciso destacar um ponto fundamental: o quanto o movimento de greve serviu para desnaturalizar a situação de uma universidade pública que não possuía assistência estudantil.

A mobilização coletiva contribuiu para sensibilizar toda a comunidade acadêmica de que a assistência estudantil deveria ser direito dos(as) estudantes, não sendo mais aceita a situação de precariedade em que eles(as) se encontravam. Essa mudança de patamar na discussão sobre a assistência estudantil culminou em consideráveis mudanças para o corpo discente da universidade.

No que tange à infraestrutura do campus-sede, as áreas de convivência, que entraram como demanda estudantil, foram entregues, mas ainda existem obras inacabadas, como a ampliação do restaurante universitário ou o prédio destinado às pós-graduações. Digno de nota, entretanto, é a situação dos *campi* da Unimontes. Apesar das promessas do Governo do Estado de revitalização das unidades físicas dos campi, pode-se dizer que praticamente nada foi realizado, tendo em vista as contínuas reclamações relacionadas à infraestrutura básica dessas unidades. A assistência estudantil precisa alcançar esses estudantes situados nesses campi, que totalizam 13 no estado de Minas Gerais (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS, 2019a). Eis um desafio que perpassa tanto a reitoria da Unimontes quanto o Governo do Estado de Minas Gerais: desenvolver uma mentalidade integrada que perceba nossa universidade como “multicampi” talvez seja o caminho para efetivar melhorias nessas unidades.

A política de assistência estudantil foi implementada no âmbito da Unimontes por meio do Programa Estadual

de Assistência Estudantil (PEAES), gerido pelo Núcleo de Assuntos Estudantis (NAE) - criado para essa função - e que pertence à Pró-Reitoria de Extensão. A demanda pela criação de uma pró-reitoria que trate exclusivamente da assistência estudantil ainda não conseguiu ser efetivada, mas é requisito básico para o tratamento adequado da questão. O programa implementado, porém, já conta com editais semestrais e possui as modalidades de auxílio alimentação, creche, moradia, pedagógico e transporte - e cujos respectivos valores são regulamentados por decreto. Estabelece, ainda, que os critérios de seleção e concessão dos auxílios se darão por editais (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS, 2019b).

Ainda assim, os estágios administrativos com bolsa de R\$ 680,00 reais permanecem como uma realidade. Já auxílios da assistência estudantil têm valor segmentado (menor), de acordo com necessidades específicas. Nesse sentido, é possível problematizar: a assistência estudantil está conseguindo cumprir efetivamente seu papel de auxiliar na permanência dos(as) estudantes ou eles(as) estão tendo que se submeter aos estágios e outras formas de ganho precarizado para conseguir custear sua permanência na universidade? Trata-se de questionamento relevante que deve ser investigado a fim de avaliar os reais impactos da política de assistência estudantil, sob pena de ter uma política inexistente na prática.

O concurso para provimento de cargos administrativos na

universidade, demanda histórica que também foi incorporada pelo movimento de greve, foi autorizado e já teve o prazo de inscrição retificado por duas vezes. Destaca-se, no entanto, que a remuneração constante em edital fica aquém das funções exercidas, o que, se acredita, acabe resultando futuramente no abandono de cargos por parte dos concursados em busca de melhores colocações e, conseqüentemente, na nova busca por estagiários(as) que executarão trabalhos técnicos com remuneração precária e sem direitos trabalhistas assegurados: não se pode desmerecer o valor - para o movimento estudantil - do reconhecimento por parte do governo de Minas Gerais da necessidade da existência de uma política pública que corrobora a permanência dos(as) estudantes na universidade. Ainda assim, teme-se que a manutenção da prática dos estágios administrativos - com acadêmicos ganhando quase metade de um salário mínimo para fazer o trabalho de um concursado - continue sendo a forma mais viável de permanecer na universidade.

Apesar dos enormes desafios constatados, é preciso destacar como o protagonismo do movimento estudantil, consubstanciado no DCE, constituiu-se como estratégia primordial para mobilização de todo o corpo discente no que concerne à assistência estudantil como direito, bem como para a sensibilização das autoridades locais e estaduais para a urgência do problema. Indubitavelmente, é pela via da participação democrática e enérgica, com envolvimento do

corpo discente juntamente com professores e servidores, que os problemas de diversas ordens começam a ganhar repercussão, passando a incomodar as autoridades competentes. A assistência estudantil na Unimontes foi prova disso, cabendo ao movimento estudantil hodierno a responsabilidade e maturidade em dar prosseguimento às incipientes conquistas realizadas, como disse João Cabral, como gota a gota, até uma nova planta, para que a educação pública, gratuita e de qualidade floresça.

## REFERÊNCIAS

ALMG. Unimontes está em greve há mais de um mês. **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**. Belo Horizonte, 10 jun. 2016. Disponível em [https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2016/06/09\\_release\\_comissao\\_educacao\\_greve\\_unimontes.html](https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2016/06/09_release_comissao_educacao_greve_unimontes.html). Acesso em 25 abr. 2019.

ARAÚJO, M. P. N. **Memórias estudantis, 1937-2007**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Roberto Marinho, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm). Acesso em 26 mai. 2019.

DATAMONTES-ECONOMONTES. **Perfil socioeconômico e opinião dos estudantes acerca das áreas da assistência estudantil**. Relatório técnico-científico. Montes Claros: Unimontes, 2015.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES. Unimontes. **Ata da reunião do planejamento do grupo de assuntos estudantis**. Fevereiro de 2015.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES. Unimontes. **Ata da primeira assembleia estudantil**. Abril de 2016a.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES. Unimontes. **DCE Informa**. Maio de 2016b.

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS (FONAPRACE). **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, 2008.

MINASGERAIS. **Leinº 15.259, de 27 de Julho de 2004**. Institui o sistema de reserva de vagas na Universidade do estado de Minas Gerais – UEMG e na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – Para os grupos de candidatos que menciona. Disponível em <http://leisestaduais.com.br/mg/lei-ordinaria-n-15259-2004-minas-gerais-institui-sistema-de-reserva-de-vagas-na-universidade-do-estado-de-minas-gerais-uemg-e-na-universidade-estadual-de-montes-claros-unimontes-para-os-grupos-de-candidatos-que-menciona#>. Acesso em 27 mai. 2019.

MINAS GERAIS. **Lei nº 22.570, de 5 de julho de 2017**. Dispõe sobre as políticas de democratização do acesso e de promoção de condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado. Diário do Executivo. Disponível em <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/185060>. Acesso em 27 maio 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa, nº 25, 28 de Dezembro de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil para as instituições de educação superior públicas estaduais PNAEST.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. Página Inicial. **Nossos Campi**. Disponível em <http://unimontes.br>. Acesso em 30 mai. de 2019a.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. **Programa Estadual de Assistência Estudantil – PEAES**. Disponível em <http://unimontes.br/programa-estadual-de-assistencia-estudantil-peaes-2>. Acesso em 30 mai. 2019b.

# I CONFERÊNCIA<sup>23</sup> DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIMONTES: REFLEXÕES SOBRE PARTICIPAÇÃO, ESTRATÉGIAS POLÍTICAS E CONTROLE SOCIAL

*Geusiani Pereira Silva e Nascimento*

*“Que tempos são estes, em que temos que defender o óbvio?”*

*(Bertolt Brecht)*

## **1. Demandas por assistência estudantil como expressões da questão social e a realização da I conferência temática como possibilidade**

Assegurar o acesso ao ensino superior, por si só, não provoca a superação de alguns obstáculos, dos contextos adversos e as vulnerabilidades sociais que, muitas vezes, impedem a permanência dos(as) estudantes nas universidades. Tal afirmação introdutória, que indica de qual permanência estamos falando, evidencia disparidades, contradições, tensionamentos, disputas e um hiato entre os anseios, as previsões legais e as realidades concretas.

Em tempos de mercantilização de direitos sociais como o da educação – em que defender o óbvio tornou-se necessário –, apresentam-se algumas reflexões que nasceram de experiências

---

<sup>23</sup> *A priori*, sinaliza-se que esta foi a primeira e, até o ano de 2020, a única Conferência sobre Assistência Estudantil realizada na Unimontes, e no âmbito das instituições da rede estadual de ensino superior de Minas Gerais.

participativas, qualitativas, indispensáveis para a identificação de demandas e a politização de pleitos indispensáveis para o processo de elaboração, implementação e execução de uma política estudantil construída sinergicamente *com e para* os(as) estudantes.

É com base nessas reflexões que se situa a problematização e as demandas por uma política de assistência estudantil como uma expressão da questão social<sup>24</sup> que evidencia contradições, disparidades e as lógicas de uma sociabilidade capitalista. Não se trata de uma demanda pontual e, tampouco, de uma questão de ordem individual onde os indivíduos são os principais (senão os únicos) responsáveis pelos sucessos e fracassos que acontecem em suas vidas. São, portanto, contradições originárias de um sistema que valoriza “coisas” em detrimentos de pessoas, que criminaliza iniciativas políticas (pautadas pelo bem comum) e que ainda considera as ações as quais ampliam a qualidade do acesso populacional a bens, direitos, serviços e oportunidades sociais como gastos/despesas, e não como investimento humano.

Não é casual o fato dessas contradições, materializadas pela

---

24 Necessários, para o momento, são os argumentos de Yamamoto (2014, p.616) que situa a “questão social”, e suas expressões, como reveladoras das “múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”. Complementa dizendo que a sua “dimensão estrutural — enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho [...] atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania (IANNI, 1992), no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos”.

pobreza, pela dificuldade de permanência e até pela evasão estudantil das instituições de ensino superiores (somados a um conjunto de processos societários excludentes), configurarem-se como,

[...] indicadores de uma forma de inserção na vida social; de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia, procedência, etc.), expressão das relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade (YAZBEK, 2001, p. 34)

Os “pobres”, aqui considerados, são todos(as) aqueles(as) que não possuem as condições de prover sua permanência na universidade. São todos(as) aqueles(as) que não conseguem se deslocar de suas casas (por não possuírem condições ampliadas de mobilidade urbana ou pelo conjunto de carências e necessidades socioeconômicas impeditivas); são todos(as) aqueles(as) que residem em outras cidades, e até estados, e não sabem se conseguirão custear as despesas relacionadas ao seu processo de migração; são todos(as) aqueles(as) que possuem as mais variadas limitações e necessidades bio-psíquicas e físicas (e precisam de apoio, suporte técnico especializado e também de condições favoráveis para se locomoverem dentro das universidades e fora delas); são todos(as) que não conseguem comprar

livros e/ou realizar sua reprodução parcial, autorizada, inclusive ter acesso transcrito/traduzido (para estudo e apreensão de conhecimentos). Enfim, todos(as) aqueles(as) que não conseguem qualificar o seu processo de formação (a partir da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão universitária) e/ou que precisam “escolher” se trabalham ou estudam.

Nessa direção, problematiza-se: Por que é necessário se envolver, qualitativamente, com os processos de políticas sociais, como a de assistência estudantil? Qual é a capacidade dos sujeitos sociais envolvidos de defenderem seus direitos, suas demandas e de apresentarem suas proposições? Que forças possuem? Por que os(as) estudantes precisam conhecer a realidade que os circunda, ao ponto de se implicarem naquilo que infere em suas próprias vidas? Participar de espaços democráticos e deliberativos, como das conferências, faz alguma diferença?

Sabe-se que as parcas políticas sociais, fragilizadas e ineficazes, como as caracterizadas de assistência estudantil, não atendem as demandas de quem dela necessita. Poucas são as iniciativas políticas que favorecem o acesso ampliado ao ensino superior assegurando a condição qualitativa de permanência e conclusão de um curso como uma legítima possibilidade/oportunidade social. Contudo, acredita-se que os(as) estudantes não são apenas “recebedores” dos benefícios de uma ação estatal: são sujeitos ativos,

que se posicionam, que protagonizam ações/histórias, e que também precisam se envolver com as questões que impactam diretamente sobre suas vidas.

Estudantes, mandatários de condições qualitativas para acesso, permanência e conclusão dos seus cursos sinalizam demandas específicas. Mas essas não estão descoladas de demandas estruturais mais amplas também reivindicadas por outros sujeitos sociais como os(as) professores(as) de uma instituição pública situada no Norte de Minas Gerais. A ação, até então segmentada, adquire mais força quando somada aos esforços e capacidades de outros sujeitos que acreditam na capacidade transformadora da educação. Nesse ínterim é que se demarca o envolvimento e a colaboração de professores(as) do Serviço Social<sup>25</sup>, por contradizerem

[...] a naturalização da ordem do capital, nesses tempos de aridez de projetos de futuro, afirmando a radicalidade da aposta humana na construção da história (IAMAMOTO, 2014, p. 610).

---

25 Professores(as) do Serviço Social integraram uma Comissão paritária, instituída pela Portaria de nº 37 – REITOR/2016, e atualizada pelas Portarias de nº 120 - REITOR/2017 e de nº 102 – REITOR/2018; presidida pela Pró-Reitora de Extensão da Unimontes, e composta por estudantes/representantes indicados pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE); por representantes docentes, da administração superior (especificamente das Pró-Reitorias de Ensino; Extensão; Pesquisa, Planejamento, Gestão e Finanças, com participação do então Pró-Reitor de Pós-graduação), com o objetivo de colaborar com os processos de “elaboração, implantação e operacionalização de propostas relativas às demandas dos discentes e à política de assistência estudantil no âmbito da Unimontes” que seria implementada, posteriormente, com base na Política instituída pelo Estado de Minas Gerais.

São essas as reflexões trazidas por este texto que, por sua vez, apresenta análises da experiência advinda de um coletivo universitário que, a partir de uma coalizão de pensamentos, esforços, protagonismos e defesas, legitimaram a realização da I Conferência sobre a Assistência Estudantil, no dia 17 de junho de 2016, como oportunidade/possibilidade para identificar demandas estudantis que, ao serem aglutinadas, subsidiaram a elaboração da primeira, e até então inexistente, política de assistência estudantil para o estado de Minas Gerais. A não realização de eventos como esse, em anos anteriores, com caráter propositivo e deliberativo, evidencia que grande parte das demandas dessa natureza estavam em seu “estado de coisas”, não sendo problematizadas<sup>26</sup> nem pelas instituições de ensino, nem pelos principais sujeitos a serem beneficiados.

Acredita-se que as conferências (nesse caso, estudantis) realizadas em um lugar bastante significativo, dentro da universidade pública, são espaços coletivos, essencialmente democráticos, que requisitam a participação ampliada, representativa, favorecendo o debate e a apreciação de certas demandas a serem incorporadas à agenda pública. Sendo deliberativas, são indispensáveis à implementação de políticas sociais, nos marcos de uma sociedade de classes, constitutiva dos tensionamentos e das disputas

---

26 Acredita-se que expressões da “questão social” só são assim consideradas quando adentram a agenda política, revelando tensionamentos, e sendo motivadora de iniciativas públicas/governamentais responsáveis pela elaboração, implementação e execução de políticas sociais.

de “poder”, frente à existência de distintos projetos societários.

Romper com essa ordem societária, que se sustenta pela relação contraditória, desigual, expropriadora e antagônica de classes torna-se um verdadeiro desafio histórico. E, quando se consideram as correlações de forças existentes, as estratégias de resistência (mesmo que frágeis) e as reais intenções políticas de intervenção/enfrentamento das expressões da questão social, o horizonte parece indicar que, apesar de limitadas, não são nulas as possibilidades de mudança desse cenário adverso. A participação social, coletiva, qualitativa, faz sim a diferença. Mesmo assim, é possível identificar, seja com base na literatura ou a partir de experiências reais, formas de participação social que se sobrepuseram às lógicas instituídas, foram estratégicas e se destacaram por sua qualidade/representatividade.

Certamente, apresenta-se uma rica experiência participativa que, ao contrário de outras formas de participação social, aponta para protagonismos, para a existência de possibilidades concretas (ainda que desafiadoras e/ou limitadas) e para os processos decisórios de políticas sociais, que corroboraram para o redimensionamento da capacidade, do “lugar” de determinados sujeitos nessa dinâmica societária, e para o início da mudança de uma realidade adversa (que inviabiliza e/ou dificulta a permanência estudantil na universidade).

## **2. Possibilidades de participação e sua importância em processos decisórios**

É possível sinalizar, com base na literatura estudada, que muitos fatos e acontecimentos sócio-históricos têm provocado reflexões sobre o papel dos governos, principalmente no campo das políticas públicas e sociais. As consequências de um mundo globalizado, pautado pela fetichização do dinheiro/lucro, além de acentuarem as disparidades socioeconômicas (agravando as expressões da questão social), alteram toda a vida social.

Um conjunto de demandas de todas as ordens e natureza desvela a diversidade das necessidades da sociedade, principalmente dos segmentos que anseiam pelo acesso a certos direitos e oportunidades sociais, como o da educação, tendo acesso a uma formação de nível superior. Nessa direção, considerando as demandas emergentes pela institucionalização de políticas públicas e sociais, é que

[...] a crescente participação dos usuários e grupos de pressão nos processos decisórios, exigindo maior transparência e provisão de informação em todas as áreas de ação governamental passou a ser considerada por sua inferência na ação política dos Estados, e no seu “trato” para com os que representam (SARAVIA, 2006, p.24-25).

O protagonismo de estudantes da Universidade Estadual

de Montes Claros (Unimontes), somado aos anseios e entendimentos de docentes do Departamento de Política e Ciências Sociais/curso de Serviço Social e da Pró-Reitoria de Extensão, em um contexto bastante peculiar como o da greve geral dos(as) professores(as), ocorrida no período de 2 de maio a 2 de setembro de 2016, foram fundamentais para o processo de elaboração e implementação de uma política de assistência estudantil para o ensino superior, até então inexistente no estado de Minas Gerais.

Trata-se de um envolvimento concreto, intencional e desejado, motivado por uma realidade adversa que, ainda, dificulta e/ou desmotiva a permanência estudantil na universidade, em decorrência de suas precárias condições de vida e, muitas vezes, dos contextos de riscos e vulnerabilidades sociais aos quais estão inseridos(as). *A priori*, têm-se elementos para se pensar que a experiência que ora se apresenta se tratou de uma forma de *ter* ou *fazer* parte de uma determinação ação (BODERNAVE, 1994); que se concretizou numa participação efetiva, qualitativa, de sujeitos que perceberam a relevância de se envolverem nos processos que decidiriam e/ou impactariam em suas próprias trajetórias de vidas. É por meio da participação que os indivíduos, inclusive, percebem que coletivamente conseguem resolver certos problemas que não resolveriam caso contassem somente com suas próprias forças (BODERNAVE, 1994).

Se até então, nos marcos sócio-históricos e políticos da

sociedade capitalista constituída, o termo participação foi associado a uma “conotação subversiva”, a partir desse período, passou a ser utilizado, de forma intencional e estrategicamente, para o alcance, mais eficaz, das pretensas propostas desenvolvimentistas, capitaneadas por grandes potências mundiais, por agências internacionais de investimentos e, também, por ativistas que, segundo o autor supracitado, embarcaram “[...] no trem do desenvolvimento com a esperança de poder ajudar os oprimidos ‘a desabrocharem, como uma flor de um botão’”. A participação nos processos de políticas públicas e sociais tornou-se elemento de coalizão, de atenuação de conflitos e implicação dos sujeitos sobre as escolhas (muitas vezes limitadas dados os recursos disponíveis).

Rahnema (2000) aponta pelo menos seis razões para a utilização frequente, e em uma subversiva, do termo participação, pelos governos e instituições ligadas ao desenvolvimento em todo o mundo, a partir da década de 1950. A palavra deixou de ser vista como uma ameaça porque, estrategicamente, as pessoas foram envolvidas em vários processos e ações, de forma controlada, com razões nem sempre explicitadas, mas que, orquestradamente, culminavam no apaziguamento de conflitos e no atendimento de demandas coletivas que, por sua vez, também eram favoráveis à lógica do capital.

Para autoras como Behring (2006, p.1-2), as políticas sociais estão associadas “[...] à constituição da sociedade burguesa,

ou seja, do específico modo capitalista de produzir e reproduzir-se”, acentuando o pauperismo, mas também sendo referência para a ação coletiva, política e até revolucionária dos trabalhadores. A conquista de direitos civis, políticos e, principalmente, sociais, incitam as políticas sociais (que não são concessões espontâneas do Estado). Contraditoriamente, atendem

[...] às necessidades do capital e, também, do trabalho, já que para muitos trata-se de uma questão de sobrevivência - configura-se, no contexto da estagnação, como um terreno importante da luta de classes: da defesa de condições dignas de existência, face ao recrudescimento da ofensiva capitalista em termos do corte de recursos públicos para a reprodução da força de trabalho (BEHRING, 2006, p.24).

Diante de um quadro conflitivo, de lutas e disputas, é que as propostas de uma interação participativa, que envolvem e corresponsabilizam os sujeitos, passam a ser incorporadas e intensificadas nos e pelos discursos políticos, desde os períodos dos pós-guerras mundiais. Frente aos orçamentos públicos, por exemplo, hoje tão divulgados como “reduzidos” perante as demandas apresentadas ao Estado, certas “escolhas” são feitas e, nesse campo, são lançadas algumas prioridades que, na maioria das vezes, atendem a interesses dominantes.

Em várias partes do mundo, conseguiu-se (e ainda se

consegue) reproduzir mentalidades e discursos que apontam para uma possível incapacidade de o Estado dar conta sozinho de todas as demandas sociais. Por isso, dissemina-se que as escolhas, no campo das políticas a serem institucionalizadas, são necessárias. Assim, entende-se que não é por acaso que certas pautas, sustentadas por certas lógicas, são demarcadas como prioritárias. Não é por acaso que certas escolhas, como essas, são então publicizadas:

A prioridade, nesse caso, são as necessidades relacionadas com a manutenção e o poder do Estado – isto é, o exército, a polícia e as forças de segurança, a administração, os serviços de comunicação e transporte, e a mídia; em segundo lugar, a infraestrutura necessária à modernização e ao desenvolvimento econômico; e, por fim, no último lugar da lista, as necessidades sociais e culturais das populações afetadas mais seriamente pelas duas primeiras categorias de ‘necessidades’ (RAHNEMA, 2000, p. 192).

É nesse campo que se situa a ausência de políticas sociais no campo da assistência estudantil, seja para ampliação do acesso populacional ao ensino superior, seja para a permanência dos(as) estudantes nas universidades. Poucos são os esforços políticos para a superação dos contextos adversos e das situações de vulnerabilidades sociais que inferem na condição precária (de vida e acadêmica) desses sujeitos.

Na maioria das vezes, esses sujeitos, e seus pleitos, não

são prioridades e não fazem parte das escolhas políticas. Contraditoriamente, os governos dão a impressão de serem muito sensíveis aos problemas populacionais/educacionais, e de certos segmentos sociais, como dos(as) estudantes quando, na verdade, estimulam uma participação “democrática e dentro da ordem”, facilmente manipulável, com vistas a alcançar “motivações totalmente opostas àquelas que realmente motivaram a população a participar”. Decerto, não é por acaso que a participação tornou-se um *slogan*, ou uma proposição, politicamente e economicamente vantajosa e atraente (RAHNEMA, 2000, p. 192-194). A apropriação qualitativa e consciente dessa possibilidade é de fato uma estratégia política.

Quando são estudadas as possibilidades concretas de participação verificam-se também várias possibilidades de sua ocorrência. Como indica o *Dicionário de Política* (1998), é possível que ela aconteça de forma diferenciada, em distintas sociedades e espaços, podendo desvelar a condição de envolvimento dos indivíduos e segmentos como espectadores ou protagonistas. Ao definir o que é participação política indica-se, por exemplo, a importância da presença, direta ou indireta dos indivíduos (que também pode acontecer de forma passiva ou ativa, sendo ou não estimulada). A presença, legitimadora ou não de uma efetiva participação, pode ser uma referência interessante para se pensar a qualidade do envolvimento popular/social em certos processos, como os

estudantis.

Assim sendo, o ato de participar pode ser analisado como uma ação:

- a) *transitiva* ou *intransitiva* (considerando suas metas, alvo e objetivos predefinidos);
- b) *moral* (a partir da natureza das metas e objetivos, e do que a motiva);
- c) *coercitiva* ou *voluntária* (ao situar/explicitar, ou não, os interesses que dos(as) envolvidos(as));
- d) *manipulada* ou *espontânea* (considerando de onde ou de quem parte as principais motivações e formas de controle da ação) (RAHNEMA, 2000).

Pode, também, ser construída ou demarcada sob uma lógica de “cima para baixo” que favoreça a perpetuação de relações hierárquicas ou pode se constituir, de fato, numa concreta possibilidade de participação nos processos decisórios de uma sociedade. Discorre Mello (2018) que são as circunstâncias, as demandas, as motivações, os espaços, as relações, a legitimidade e credibilidade de quem convoca e dos(as) que participam, bem como a transparência dos processos, que explicitam a forma e a qualidade da participação em cada sociedade e espaço.

Com base no exposto, situa-se a possibilidade de uma participação ativa, por meio de mecanismos (como as conferências) já institucionalizados em países como o Brasil, que

parte de diálogos e construções, que favoreçam a explicitação das demandas dos próprios sujeitos (no caso acadêmicos(as)), mas que também se soma aos anseios e interesse (numa coalizão de defesas) de quem pode potencializar certas fases do processo de políticas públicas e sociais que, no caso deste texto, tem a ver com a necessidade de institucionalização, e urgente execução, de uma qualitativa política de assistência estudantil que seja favorável à permanência desses sujeitos nas universidades. Há nesses elementos, então, a convergência de demandas e ideais para a construção de uma proposta comum.

### **3. I Conferência de Assistência Estudantil da Unimontes: síntese de convergências, elaboração de estratégias e de uma participação qualitativa**

*“Nenhum poder na terra é capaz de deter um povo oprimido, determinado a conquistar a sua liberdade”.*

*(Nelson Mandela)*

Durante a greve geral dos(as) professores(as) da Unimontes, em 2016, uma ação protagonizada pelos(as) estudantes se destacou por não se ter registros de sua ocorrência em tempos remotos, pelo menos no âmbito dessa universidade pública, de abrangência regional. Expressivo número de acadêmicos(as), a partir de suas representações estudantis, e da expressiva atuação do Diretório Central dos Acadêmicos (DCE) (gestão/2015), decidiram aderir ao movimento de

greve deflagrado, como oportunidade para também inserirem as suas pautas na agenda política.

Isso quer dizer que várias análises foram realizadas por esses sujeitos sociais, ao ponto de os(as) estudantes avaliarem que não era apenas a condição de trabalho docente que era precária: era difícil, senão quase impossível para alguns e algumas, permanecerem na universidade, por um conjunto de determinações e contextos de privações por eles(as) vivenciadas. A partir de decisões mais ampliadas, então, “aderiram” ao movimento de greve e, assim, a greve tornou-se solidária por aglutinar pautas que falavam muito de um mesmo contexto e realidade. Tinham, como propósito, não retornarem às atividades letivas até que as demandas e pleitos estudantis fossem ouvidos pelas instâncias da Unimontes e do estado de Minas Gerais. Um movimento de “baixo para cima” se constituía, nos marcos de uma greve de notória proporção, que atingia quase 80% dos docentes, tendo efeitos em quase todos os cursos dessa instituição de ensino superior, espalhados em distintos municípios.

Se mesmo antes da greve, professores(as) do Departamento de Política e Ciências Sociais/curso de Serviço Social (em decorrência de alguns trabalhos no campo das análises socioeconômicas, de ingresso estudantil e de algumas demandas ligadas às dificuldades de permanência de estudantes com necessidades especiais na universidade), reconheciam a urgência de constituição de uma política de assistência

estudantil, para a permanência desses sujeitos sociais, foi durante o período de greve que também se constataram o interesse e o anseio da Pró-Reitoria de Extensão em atender a demandas que já haviam sido direcionadas, pontualmente, pela gestão do DCE, por meio de sua coordenadoria de Assuntos Estudantis. Percebeu-se, claramente, uma possibilidade de convergência de pautas, e de mediação por parte dos(as) professores(as) nesse contexto, principalmente porque de fato existia uma complementariedade de interesses e vontades, e isso poderia inferir numa possível tomada de decisões.

Como pontapé inicial, foi realizada uma reunião entre os(as) referidos(as) professores(as) e a Pró-Reitora de Extensão da época. Por meio desses diálogos, foi demarcada a necessidade de os próprios sujeitos serem ouvidos, manifestando suas demandas, necessidades, dificuldades, percepções e entendimentos. Nessa direção, os primeiros encontros convocados por essa instância gestora com representações do DCE construiu um canal inicial de aproximação, acolhimento e escuta dos pleitos estudantis.

Desde o ano de 2016, a realidade vivenciada pelos(as) estudantes e por toda a universidade se modificara:

A adesão ao SISU – Sistema de Seleção Unificada, por parte da UNIMONTES, a partir do ano de 2016, aliada aos sistemas de reservas de vagas, a configuração do corpo discente da instituição, pois permitiu a entrada de estudantes de diversos estados e

regiões do país e, ao mesmo tempo, ampliou a oferta de vagas para as camadas sociais que historicamente foram alijadas dos espaços de formação superior. É neste sentido que se pauta a necessidade de iniciar a construção de uma Política Estadual de Assistência Estudantil para Minas Gerais. Tomando como base as legislações que tratam do ensino superior, entre elas o Decreto nº 7.234/2010 e a Lei Estadual 15.259/2004, buscou-se pensar estratégias para a elaboração de um programa estadual que garanta ações voltadas à permanência e a qualificação dos estudantes matriculados na Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG e na Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES, 2017, p. 7).

Um conhecimento mais apurado e aproximado sobre a condição estudantil, e suas dificuldades de permanência, tornou-se necessário e só foi possível a partir desses encontros e reuniões. Pesquisa sobre o perfil e a condição socioeconômica dos(as) estudantes, realizada pelo DCE, com o apoio das empresas juniores da Unimontes, descortinou um cenário que, até então, era pouco conhecido ou conhecido apenas por algumas evidências estatísticas.

Esses canais de comunicação e diálogos foram estratégicos, mas só foram possíveis de serem abertos em razão da capacidade e interesse dos sujeitos de se envolverem. Entendeu-se que ninguém melhor do que os próprios sujeitos demandatários da ação política para desvelarem suas

próprias situações, contextos e condições. Ademais, nenhum estudo mais ampliado sobre essas realidades havia sido feito pela Unimontes ou pelo Estado, e isso dificultava qualquer processo de acompanhamento ou de implementação de ações e políticas mais efetivas. Quaisquer estratégias e tomadas de decisões nessa esfera precisariam considerar tais elementos.

Uma questão que se tornou conhecida era a inexistência, até o ano de 2016, de uma política de assistência estudantil para as instituições de ensino superior do estado de Minas Gerais. Algumas ações pontuais eram desenvolvidas pelas Unimontes e a UEMG, mas nenhuma ação mais abrangente e dessa natureza existia. Como resultado das primeiras aproximações da Pró-Reitora de Extensão, com docentes e as representações discentes, foi possível identificar o que poderia ser realizado, em favor dos(as) estudantes, em curto, médio e longo prazo. Diálogos, escutas e aproximações foram basilares para a elaboração de estratégias de ação.

Algumas brechas nas legislações vigentes foram identificadas. Com isso, foi possível reiterar que recursos financeiros do estado de Minas Gerais poderiam ser direcionados, a priori, como bolsas, para o atendimento das necessidades/demandas de estudantes que ingressaram na universidade por meio dos sistemas de reservas de vagas, como carentes. A ideia era criar estratégias imediatas, sem perder de vista o principal objetivo coletivo: constituir uma política de assistência estudantil legitimamente inclusiva.

Em matéria publicada, por exemplo, reconheceu-se que a viabilização, em curto prazo, de 350 bolsas só fora possível pelos diálogos e negociações estabelecidas entre a gestão da Unimontes junto ao Governo do Estado, Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes) e Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplog), com a participação direta e insistente da representação estudantil que, na conjuntura, compunha a gestão do DCE. Sem sombra de dúvidas, o envolvimento coletivo e a participação ativa e crítica dessa representação estudantil foram salutares para que processos participativos mais ampliados, como a realização da I Conferência de Assistência Estudantil se constituísse, sob a coordenação do DCE e da Pró-Reitoria de Extensão da Unimontes. Tinha-se uma referência institucional para articulação e dinamização política das ações, sem perder de vista que o protagonismo seria dos(as) estudantes, por meio de suas representações.

Para Petinelli (2017) e Silva (2019), as conferências se destacam dentre as instituições e mecanismos criados no Brasil caracterizados como participativos porque, em termos gerais,

[...] apresentam o desenho que pode melhor superar as contradições entre participação, representação e deliberação e melhor compatibilizar essas três formas de ação. Grosso modo, as conferências constituem espaços integrados de participação,

deliberação e representação, que agregam representantes estatais e societais em diferentes esferas da federação, com o objetivo de discutir e tomar decisões em relação a diferentes políticas públicas (PETINELLI, 2017, p. 617).

Apesar de sua histórica ocorrência e institucionalização, norteadora de algumas experiências nacionais/estaduais/municipais, não existe um único modo de se realizar uma conferência, até porque o seu desenho apresenta elementos deliberativos, assegura a pluralidade da participação cidadã, “assumido contornos próprios de acordo com a área em que são realizadas” (PETINELLI, 2017, p.671). Ao situar essa possibilidade, as conferências podem ser livres ou direcionadas; ter caráter mais centralizador ou descentralizador; pode ocorrer em diferentes instâncias e territórios; pode incitar pactuações, pode demarcar tensionamentos e disputas, além do firmamento de compromissos relacionando-se, também, com a definição de metas, elaboração de estratégias, planos, projetos e políticas públicas e sociais. Assim sendo, as conferências configuram-se como “parte de um processo amplo de diálogo e democratização da gestão pública” (CNAS, 2009).

No âmbito da Unimontes, a partir da inter-relação e sinergia existente entre os sujeitos envolvidos nesse processo, foi instituída uma Comissão Organizadora (composta por docentes, discentes e representantes da

Pró-Reitoria de Extensão da Universidade) responsável para a realização da I Conferência de Assistência Estudantil, no dia 17 de junho de 2016, direcionada pelo tema **“A política estudantil: direito do estudante, dever do Estado!”** e o lema **“Construindo a inclusão”**.

O formato, a dinâmica e a programação da conferência (seus ritos, participantes, as formas e tempo de ocorrência, bem como os momentos de votação e de realização dos grupos de trabalho) foram discutidos por essa comissão representativa, que também elaborou o regimento interno do evento, como um dos principais documentos que nortearia a sua realização. Nesse mesmo documento, definiu-se que a conferência se constituiria como um foro de debates sobre a política de assistência estudantil, que partia da análise de realidades concretas, sendo elaborada juntamente com a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), para todo o estado de Minas Gerais (UNIMONTES, 2017).

No 11º artigo do seu Regimento Interno, documento devidamente aprovado no evento, previu-se o período e local de credenciamento, no hall de entrada do Auditório do prédio II - Centro de Ciências Humanas da Unimontes, onde os(as) estudantes receberiam “[...] um identificador, com cor diferenciada, a ser utilizada na plenária final, enquanto momento de votação das propostas elaboradas nos Grupos de Trabalho (GTs)”.

O caráter público do evento sempre foi reiterado, como

também esteve sempre aberta a possibilidade de participação de todos(as) aqueles(as) que gostariam de colaborar com esse processo. Em todas as oportunidades sempre foi demarcada que a principal intenção da conferência era assegurar que a comunidade acadêmica pudesse, qualitativamente, analisar, discutir e formular propostas que constituiriam a política de assistência estudantil do estado. Para tanto, os debates e demais atividades foram direcionadas por meio de cinco Grupos de Trabalho (GTs), responsáveis, respectivamente, pelos seguintes eixos temáticos:

- I. permanência: socioeconômico;
- II. permanência: mérito acadêmico;
- III. cultura, esporte e lazer;
- IV. saúde do estudante;
- V. acessibilidade e apoio pedagógico.

Esses grupos foram acompanhados por uma Comissão Relatora composta por sete membros, indicados pela Comissão Organizadora, por entenderem a necessidade de sistematização de todas as atividades (iniciais e finais) do evento.

A identificação desses eixos temáticos não foi aleatória. Além de espelhar exemplos de outras universidades, partiu-se de análises das demandas dos principais

protagonistas dessa ação política para pensar e direcionar os cinco GTs, incumbidos da responsabilidade de

[...] refletir, analisar e formular propostas, no âmbito da Unimontes, para a Política de Assistência Estudantil do Estado de Minas Gerais que será elaborada (UNIMONTES, 2017).

Todos(as) estudantes dessa instituição de ensino superior foram convidados(as), por meio de diferentes formas de divulgação/sensibilização, a participarem qualitativamente dessa I Conferência. Como estratégias de divulgação ampliada, reforçava-se, por exemplo, a importância do envolvimento dos(as) estudantes nas questões e ações que inferiram em sua vida e trajetória estudantil. Durante o credenciamento, esses(as) já manifestavam seu interesse por um dos cinco GTs que aconteceriam concomitantemente. A intenção era a de assegurar a participação em todos os GTs, desejando a elaboração de propostas para cada um dos cinco eixos, sem perder de vista a viabilização de uma estrutura física/acomodação satisfatória para a sua ocorrência.

Cada um dos GTs contou com a presença de um(a) facilitador(a); de um(a) relator(a) e dos(as) participantes. Cada um desses cinco grupos recebeu uma pasta contendo materiais para subsidiar os diálogos e debates, dentre eles um documento que orientaria seu funcionamento (identificado

também como um texto base, que provocaria reflexões sobre cada um dos eixos supracitados). Essa dinâmica construída coletivamente asseguraria que as propostas deliberadas nos grupos fossem registradas, acompanhadas e encaminhadas para apreciação/votação de uma plenária final, por meio de seus responsáveis.

A Comissão de relatoria final, composta por estudantes, ficou responsável por esses procedimentos junto à plenária final, considerando todas as previsões e normativas apresentadas no Regimento Interno da Conferência. As propostas votadas e aprovadas pela plenária final pelos(as) relatores(as) constituiriam a Proposta da Unimontes para a política de assistência estudantil para o estado de Minas Gerais.

Em termos de encerramento da I Conferência, após a apreciação do Relatório Final, foram lidas e devidamente registradas as moções aprovadas para tal evento e, também, foram eleitos(as) três Delegados(as), conforme previsões do Regimento Interno, que participariam de uma reunião agendada no mesmo mês de junho de 2016, com representações da Unimontes, UEMG e do Governo do Estado de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte/MG. Um horizonte mais inclusivo legalmente se avistava. Decerto, os registros dessa experiência indicam que participar não é só estar. É estar ativamente.

#### 4. Considerações finais, mas com indicativos de continuidades necessárias...

Ao considerar os processos das políticas públicas e sociais, e o caso do estado de Minas Gerais no âmbito da política de assistência estudantil, é indispensável que essas sejam *de* estudantes; sendo pensadas e elaboradas *com* estudantes, constituindo-se como políticas *para* estudantes. Como discutido neste texto, é preciso qualificar o *estar* e o *fazer parte*, até porque “a exclusão dos jovens também se dá no âmbito de sua participação cidadã” (UNESCO, 2004, p.153). O protagonismo, enquanto ato consciente e espontâneo de tomar parte da ação deve partir dos próprios sujeitos demandatários das políticas públicas, apesar de que a defesa e a luta por direitos não é restrita ou é de responsabilidade exclusiva deles.

Os(as) estudantes precisam ser ouvidos. Suas demandas precisam ser consideradas, até porque, muitas delas estão entre as principais causas da evasão universitária. É preciso que as representações dos(as) estudantes, que coadunam necessidades, demandas e interesses sejam fortes, atuantes e críticas, porque somente assim conseguirão, estrategicamente, se envolverem nos processos de políticas públicas e sociais, numa disputa legítima não só por espaço, mas pelo acesso a bens, direitos, serviços e oportunidades sociais como as viabilizadas por uma assistência estudantil que inferem nas trajetórias estudantis e de vida.

Torna-se necessária a produção de informações que

permitam conhecer o perfil dos(as) estudantes, e de identificar que facilidades e/ou dificuldades possuem ao longo do seu ingresso universitário. A existência de canais de diálogos, espaços e instâncias que estimulem e favoreçam a participação estudantil também é indispensável. Se as disputas de interesses e os tensionamentos existem, e se esses canais de diálogos não estão abertos, é preciso abri-los.

Frente às correlações de forças existentes, é imperativo saber como fazer, como estar, como participar, como tensionar, e isso implica ter a capacidade para fazê-lo. A ação inteligente, consciente e estratégica precisa ser ancorada e sustentada pelo conhecimento, por uma análise de realidade, de conjuntura, sobre as instituições e organizações envolvidas nos processos, bem como sobre os agentes que podem, ou não, deliberar ou fazer certas escolhas políticas.

Resultante dessa qualitativa e efetiva experiência participativa, deixa-se um legado para motivar as recentes representações estudantis, e outros sujeitos parceiros. O campo da defesa de direitos não pode se sustentar somente pelo desejo, pela empolgação ou por motivações individuais. Elas são, e devem ser, inteligentes e coletivas. Certamente, entre os principais aprendizados advindos desse processo de construção destaca-se a possibilidade de somar esforços e convergir interesses pensando em uma pauta comum. Necessariamente, isso é basilar para a constituição e sustentação de políticas educacionais, em tempos de mercantilização dos

direitos.

A institucionalização de uma política é fundamental, mas ela precisa ser operacionalizada, viabilizando condições concretas para a permanência dos(as) estudantes nas universidades. E isso precisa ser acompanhado, sistematicamente. Entende-se, com base no exposto, que a implementação e execução de uma política de assistência estudantil (devidamente estruturada, e dispondo dos recursos necessários para sua operacionalização nas universidades) não promove apenas o alargamento das possibilidades de ingresso e permanência nas universidades. Ela qualifica o sentido da própria universidade que precisa ser pública, gratuita, laica, inclusiva e socialmente referenciada.

## REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. *In*: MOTA, Ana Elizabeth *et al.* **Serviço social e saúde**: formação e trabalho profissional. Brasília: ABEPSS, FNEPAS, 2006. Disponível em [http://www.fnepas.org.br/pdf/servico\\_social\\_saude/inicio.htm](http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/inicio.htm). Acesso em 22 jan. 2020.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação?** 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 abr. 2019.

CARVALHO, M. M. WALTENBERG, F. D. **Desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior no Brasil: uma comparação entre 2002 e 2011.** Juiz de Fora: UFJF, 2014. Disponível em: <https://www.ufjf.br/encontroeconomiaaplicada/files/2014/05/DESIGUALDADE-DE-OPORTUNIDADES-NO-ACESSO-AO-ENSINO-SUPERIOR-NO1.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS. **O que são Conferências.** Brasília: CNAS, 2009. Disponível em [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/conselho\\_assistencia\\_social/o\\_que\\_sao\\_conferencias.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/conselho_assistencia_social/o_que_sao_conferencias.pdf). Acesso em dia 10 de mar. de 2020.

CORREIA, M. V. C. Controle Social. *In*: PEREIRA, I. B. FRANÇA, J. C. (orgs.). **Dicionário da educação profissional em saúde.** 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 104-110. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/143.pdf>. Acesso em: 25 de jun. 2020.

DCE; PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO/UNIMONTES. **Anais da I Conferência de Assistência Estudantil da UNIMONTES.** Montes Claros/MG: DCE; UNIMONTES, 2017.

FREIRE, J. S. E. **Participação e educação: concepções presentes nos estudos da Revista Educação & Sociedade (1978-2010).** Goiânia: UFG / Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação, 2011. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Tese\\_jucileyEvangelistaFreire.pdf?1335463666](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/6/o/Tese_jucileyEvangelistaFreire.pdf?1335463666). Acesso em: 3 jun. 2020.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 6. ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1988.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 608-639, dec. 2014. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrn=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282014000400002&lng=en&nrn=iso). Acesso em 7 abr. 2020.

PETINELLI, V. A quem servem as conferências de políticas públicas? Desenho institucional e atores beneficiados. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, n. 3, set./dez. 2017. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/op/v23n3/1807-0191-op-23-3-0612.pdf>. Acesso em 11 abr. 2020.

RAHNEMA, M. Participação. *In*: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 190-210.

SARAVIA, E. O conceito de política pública: introdução à teoria da política pública *In*: SARAVIA, E. FERRAREZI, E. (orgs.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. p. 21-42.

SILVA, V. P. Alguns Condicionantes da Capacidade de Influência das Conferências de Políticas Públicas sobre os Programas das Respectivas Políticas Setoriais. **Dados** [online]. 2019, v. 62, n. 1. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582019000100306&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582019000100306&lng=en&nrm=iso). Acesso em 15 jun. 2020.

UNESCO. **Políticas públicas de/ para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004. Disponível em <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books-MS/ue000165.pdf>. Acesso em 05 de mai. de 2018.

ZIELINSKI, D. Z. PECCININ, L. E. **O Decreto nº 8.243/2014 e a participação social na formulação de políticas públicas**. Publica Direito. s/d. Disponível em <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=36e0c72e6254a299>. Acesso em 16 jul. 2019.

YAZBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

# OS EIXOS ARTICULADORES DA I CONFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UNIMONTES

*Diego Tabosa da Silva*

*Aí, maloqueiro, aí, maloqueira  
Levanta essa cabeça  
Enxuga essas lágrimas, certo? (Você memo)  
Respira fundo e volta pro ringue (vai)  
'Cê vai sair dessa prisão  
'Cê vai atrás desse diploma  
Com a fúria da beleza do Sol, entendeu?  
Faz isso por nós, faz essa por nós (vai)  
Te vejo no pódio  
Ano passado eu morri mas esse ano eu não morro  
("AmarElo", Emicida)*

## INTRODUÇÃO

Em um país e num contexto histórico tão autoritário e antidemocrático, é cada vez mais urgente construirmos alternativas de participação ampliada dos sujeitos nos processos de elaboração e controle social das políticas. É nesse veio que o texto a seguir se sustenta, tendo como propósito apresentar as principais reflexões travadas nos eixos da I Conferência de Assistência Estudantil no âmbito da Unimontes. Para isso, partimos do entendimento, como os outros textos que compõem este livro, de que a educação precisa ser entendida como uma política pública, um direito

do cidadão e um dever do Estado.

Como política social, a educação apresenta uma série de entraves e é atravessada por uma enormidade de contradições, mas, ao mesmo tempo, apresenta um vasto campo de possibilidades e de disputas (do ponto de vista orçamentário, cultural e ideológico), porém, sob qualquer que seja a análise, precisa se colocar a serviço do povo, e alcançar a todas e todos com qualidade e compromisso social.

Compreender as alterações vividas pela educação superior no Brasil nos últimos 40 anos é fundamental para que possamos ampliar as lutas pela democratização real do acesso e pela efetivação de ações que garantam a permanência estudantil nos espaços de construção de conhecimento (por meio do ensino, pesquisa e extensão) crítico.

Para alcançar o objetivo proposto, este texto se estrutura a partir de uma breve reflexão sobre a importância da assistência estudantil para a ampliação do alcance do ensino superior. Em seguida, apresentamos em duas seções os eixos que compuseram a I Conferência de Assistência Estudantil da Unimontes. Apontamos as principais discussões e a importância de se pensar ações voltadas à permanência, apoio pedagógico, saúde do(a) estudante, acessibilidade e cultura, esporte e lazer do(a) estudante.

Assim, esperamos com este capítulo provocar reflexões sobre a participação ampliada dos sujeitos nos processos de tomada de decisão, bem como sobre a defesa da educação

pública, gratuita e de qualidade, que seja voltada para a formação humana e crítica, com vistas à superação de uma lógica que reitera os processos de exploração e reificação da vida social.

## 1. Direito à educação: assistência estudantil como um instrumento de disputa

*Tá vendo aquele colégio, moço?  
Eu também trabalhei lá  
Lá eu quase me arrebento  
Fiz a massa, pus cimento  
Ajudei a rebocar  
Minha filha inocente  
Vem pra mim toda contente  
Pai, vou me matricular  
Mas me diz um cidadão  
Criança de pé no chão  
Aqui não pode estudar  
("Cidadão", Zé Ramalho)*

Como temos observado ao longo deste livro, a educação – com destaque para nós, a de nível superior – precisa ser efetivada como um direito social. Para isso, deve-se não apenas pensar a democratização de seu acesso, mas também a permanência qualificada de seus(suas) estudantes. Entretanto, a situação retratada pelo Zé Ramalho não é apenas uma inspiração melodiosa ficcionista; pelo contrário, é a realidade de muitos “cidadãos” brasileiros, que não conseguem pensar

o espaço educacional como um espaço seu. Pereira (2008), ao fazer uma análise da expansão dos sistemas educacionais nos anos 1960 e 1970, aponta-nos que, nos países periféricos,

[...] o aparato educacional estruturou-se a partir de uma lógica piramidal: sua base era reservada às massas, com acesso a um nível de educação fundamental, visto a exploração da força de trabalho ainda estar associado à extração de mais-valia absoluta, com o uso do trabalho intensivo. As elites – no topo da pirâmide – acessavam os bancos escolares do ensino superior (PEREIRA, 2008, p. 51-52).

Esse cenário se modificou profundamente no país a partir dos anos de 1990. Há no Brasil um processo de expansão do ensino superior, porém esse se dá seguindo as orientações político-econômicas que imperavam àquela época, resultando num grande desmonte dos direitos recém-conquistados com a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Com o ideário político neoliberal assumido pelos governos, a partir da reestruturação produtiva do capital inicia-se uma reconfiguração nas políticas sociais. A teoria do capital humano coloca o conhecimento e não a produção como principal responsável pela ascensão social. Constata-se que as políticas educacionais dos países periféricos como o Brasil passaram a ser fundamentadas sob os interesses de organismos internacionais, como o Banco Mundial (SILVA; SANTOS, 2017, p. 170).

O desmonte das políticas sociais, que Behring (2008) compreende como “contrarreformas<sup>27</sup>”, visa a atender às necessidades de expansão capitalista que realizar-se-á por meio – entre outras estratégias – da mercantilização de serviços e direitos, por exemplo, a saúde, a previdência e a educação.

Uma das transformações mais importantes a partir dos anos 1990, em nosso país, foi a redução da ação reguladora do Estado, pois, no centro da proposta neoliberal se encontra a ideia de que é necessário limitar a intervenção do Estado em diversas áreas (notadamente as políticas sociais), alertando que, caso contrário, se estaria destruindo a liberdade dos indivíduos. Não há equívocos: trata-se, *tout court*, de desmontar a responsabilidade pública em relação às grandes problemáticas sociais. As diferentes combinações destes três indicadores (desestatização, desregulamentação e particularização) permitem dimensionar o grau de agressividade das propostas neoliberais em cada situação concreta, mormente em nosso país (LEITE, 2012, p. 456).

Percebemos, no Brasil, um processo de ampliação da oferta de vagas no ensino superior, por meio da privatização desse direito, aliado a um amplo processo de sucateamento do sistema de ensino superior público. Como dissemos anteriormente, as

---

27 Em seu livro *Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*, Behring sustenta a tese de que nos Brasil dos anos de 1990 esteve em curso “uma contrarreforma do Estado, e não uma ‘reforma’ como apontavam – e ainda o fazem – seus defensores. Uma contrarreforma que se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas” (BEHRING, 2008, p. 281).

últimas três décadas marcam profundas alterações no aparato educacional brasileiro. Entretanto, essas alterações não são radicais, não rompem com a lógica excludente do acesso – e permanência – no ensino público de qualidade.

Na educação superior, é possível destacar ações que visam o acesso e acima de tudo a permanência nas universidades o Prouni (Programa Universidade para Todos), o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), e o PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil) (COSTA, 2009, p. 10).

Nesse processo complexo e multideterminado que conforma – e, até certo ponto, deforma – a política de educação superior no Brasil e que provoca esse hibridismo entre público e privado, atentemo-nos ao Reuni, pois ele nos aponta a assistência estudantil.

A Política Nacional de Assistência Estudantil, ainda que de forma pontual e fragmentada, consegue minimizar alguns impactos das desigualdades estruturais entranhadas em nossa sociedade. Para tal, conforme aponta Imperatori (2017), ela é composta por vários eixos de atuação com a proposta de “articular diferentes áreas e, conseqüentemente, diferentes políticas sociais, visando a garantir um padrão de proteção social amplo”. Ainda segundo a autora, essa política permite

que as ações sejam planejadas e implementadas de modo diverso pelas instituições de ensino, levando em consideração as suas particularidades.

É por compreender que a educação atravessa toda a dinâmica social do sujeito que as ações voltadas à assistência estudantil precisam compreender condições adequadas de moradia, saúde, transporte, alimentação, recursos pedagógicos, entre outras. Para tal, é necessário que os sujeitos diretamente envolvidos com essa política possam refletir sobre quais ações podem ser executadas. Essa reflexão, no âmbito da Unimontes, deu-se por eixos, mas sem perder de vista a articulação entre eles e a integralidade da assistência estudantil como um mecanismo importante para o acesso e a permanência no ensino superior público. Assim, como vimos no capítulo anterior, a conferência de assistência estudantil como um espaço democrático de debate e deliberação de ações prioritárias no que diz respeito à inserção, permanência e aproveitamento do espaço universitário, deu-se a partir dos eixos: permanência socioeconômica; permanência mérito acadêmico; cultura, esporte e lazer; saúde do estudante; e acessibilidade e apoio pedagógico.

## 2. Sou estudante da Unimontes, e agora? A assistência estudantil como meio de permanência

*Em tempos de tempestades  
Diversas adversidades  
Eu me equilíbrio e requebro  
É que eu sou tal qual a vara  
Bamba de bambu-taquara  
Eu envergo, mas não quebro  
Eu envergo, mas não quebro  
("Envergo, mas não quebro", Lenine)*

Não nos resta dúvidas que o ingresso no ensino superior é um importante acontecimento na vida das pessoas. Afinal, é por meio desse grau de formação que conseguimos ampliar nosso conhecimento técnico-científico, qualificar-nos em determinadas áreas do saber, profissionalizar-nos e almejar novos espaços de reprodução enquanto sujeito. Como já apresentado no item anterior, o ingresso na universidade – ampliado ao longo dos últimos anos – coloca-se como o fim de um longo período de preparação e espera, mas, ao mesmo tempo, se abre como um novo ciclo de desafios e descobertas.

E é no campo dos desafios que nos deparamos com o tema da evasão discente do ensino superior, ou dito de outro modo, a dificuldade da permanência estudantil na universidade. Logo, essa deve ser pauta urgente em todas as instituições acadêmicas, uma vez que o espaço universitário reflete as contradições e diferenças socioeconômicas encontradas na

sociedade brasileira.

A I Conferência de Assistência Estudantil da Unimontes, ocorrida no ano de 2016 ao definir como um de seus eixos a “Permanência”, nos indica que a garantia das condições de moradia aos(às) estudantes, o apoio à estudantes que têm filhos em idade para frequentar creche (e aqui, especialmente as estudantes mulheres) mas que não conseguem vaga e as situações onde estudantes não possuem recursos financeiros para assegurar o transporte e a alimentação, são, sem dúvida, pontos candentes nos debates acerca da política de assistência estudantil.

[..] a assistência estudantil perpassa todas as áreas dos direitos humanos, uma vez que compreende ações que envolvem ideais condições de saúde, acesso aos instrumentais pedagógicos para formação profissional, acompanhamento das necessidades educativas especiais, além de necessidades básicas dos estudantes, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros (IMPERATORI, 2017. p. 295).

É por compreender que a vivência do espaço universitário passa por diferentes aspectos que o eixo da permanência estudantil foi tratado na conferência em dois grupos de trabalho: um sob o ponto de vista socioeconômico e o outro dedicado ao mérito acadêmico. Não se trata, portanto, de fragmentar o tema, entendendo-o como modo isolado em

cada um dos aspectos propostos, pelo contrário, é evidente a percepção de que se trata de uma série de elementos que se imbricam, e, por se tratar de um assunto amplo e complexo, optou-se por analisá-lo com atenção, respeitando as particularidades das demandas estudantis.

O grande desafio que se apresenta ao refletirmos sobre o eixo da permanência sob o aspecto socioeconômico é como garantir o direito à educação do(a) estudante que acessou o ensino superior gratuito, ou seja, como garantir a permanência na universidade.

Devemos ter a certeza que a Universidade Estadual de Montes Claros – assim como as demais instituições de ensino superior – é parte da sociedade, portanto é atravessada pelas configurações desta sociedade. Assim, se a sociedade é permeada por desigualdades sociais, essas são refletidas e encontradas no interior do ambiente universitário.

Essas preocupações foram levadas em consideração no momento em que se discutiu a permanência discente sob o aspecto socioeconômico. Nesse aspecto, as reflexões versaram principalmente sobre moradia, alimentação, transporte e creche. Tais elementos podem ser entendidos como fatores que influenciam o ingresso e a permanência de estudantes no ensino superior.

O transporte é um dos maiores entraves apresentados pelos discentes, uma vez que o deslocamento para as atividades na universidade, bem como para os campos de estágio, é,

na sua grande maioria, realizado por meio de transporte coletivo. Associada a esse fator, temos a ausência da moradia estudantil, que traz ao(à) estudante, principalmente àquele(a) oriundo(a) de outras cidades, duas opções: 1. Residir próximo à universidade, para evitar o gasto com o transporte; ou 2. Residir em bairros cujo valor do aluguel seja mais baixo. Após as discussões no grupo de trabalho sobre o tema, fica evidente que o binômio transporte/moradia precisa ser pensado conjuntamente, afinal, “[...] quanto mais longe da universidade, mais barato o aluguel, entretanto, mais caro o transporte para chegar à universidade” (UNIMONTES, 2016, p. 28). Desse modo, o atendimento à demanda estudantil por meio da construção de moradia estudantil precisa levar em consideração também o fator deslocamento, sendo ideal que essa moradia faça parte da estrutura do campus universitário.

Devemos destacar aqui a importância da conquista histórica do meio-passe estudantil, que, na cidade de Montes Claros, é garantido aos(às) estudantes da Unimontes, entretanto o que se percebe é que, em alguns casos, diante da condição socioeconômica dos(as) estudantes, o pagamento de 50% do valor da passagem não é suficiente para garantir a integral participação estudantil nas atividades acadêmicas. Tal situação agrava-se quando se trata de atividades extras e/ou estágios realizados fora da universidade, onde o meio-passe não atende essa demanda em sua plenitude.

Em sua pesquisa, Vasconcelos constata a importância de se

pensar ações de assistência estudantil voltadas ao transporte, visto que

A maioria dos estudantes (60,60%) utiliza transporte coletivo para deslocamento até a universidade. Isso indica a necessidade de políticas articuladas com órgãos responsáveis pelo transporte urbano a fim de garantir acesso aos campi a custos baixos (2010, p. 408).

Outro importante elemento para que possamos (re) pensar a permanência do(a) estudante no ensino superior diz respeito à alimentação. A simples existência de um restaurante universitário não responde às demandas que se apresentam no cotidiano universitário, afinal os valores, horário de funcionamento e refeições ofertadas precisam a todo o momento ser adequados à realidade do perfil dos seus usuários.

No caso específico do campus sede da Unimontes, que conta com o restaurante universitário, uma gama de cursos são ofertados no período matutino – início das aulas às 7h10 –, entretanto a primeira refeição oferecida aos(às) estudantes é o almoço, a partir das 10 horas e 40 minutos. O fator preço, para muitos(as) estudantes, também se coloca como entrave. Ainda que o valor final pago pelo discente conte com um subsídio – pago com recursos da assistência estudantil –, muitos não conseguem arcar com ele. Urge, portanto, uma

política de assistência estudantil que possibilite avaliações que levem em consideração critérios de socioeconômicos para garantir a todos(as) os(as) estudantes o acesso à alimentação de qualidade no espaço da universidade.

Outro importante tema tratado pelos participantes desse GT diz respeito aos membros do corpo discente que possuem filhos. A ausência de creche na universidade ou auxílio pecuniário se apresenta como um fator que contribui com a evasão escolar. Esse dado atinge fundamentalmente às mulheres, dadas as condições de gênero que lhe são impostas pela sociedade – debate fundamental, mas que não é possível de ser desenvolvido neste texto. Assim, às estudantes, diante da maternidade, não resta outra opção senão suspender o seu processo de formação, uma vez que o suporte da creche não é fornecido pela universidade<sup>28</sup>.

Em síntese, pauta-se a necessidade de reconhecer o perfil discente da universidade pública brasileira e, a partir disso, construir ações que viabilizem o seu ingresso e permanência, sob o entendimento primeiro de que a educação deve ser compreendida como direito. Logo, dos debates travados nesses eixos, surgem a proposta de criação de uma rede de auxílios que assegurem a vivência no espaço universitário, são eles: auxílio moradia, auxílio alimentação, auxílio-transporte, auxílio creche, auxílio material didático-pedagógico e auxílio

---

28 Destacamos que o debate sobre a ausência das creches não se limita ao âmbito das e dos(as) estudantes universitários, pelo contrário, é uma problemática que está posta em toda a sociedade, e que, portanto, deve ser enfrentada em outros espaços de participação política e popular.

emergencial.

As deliberações desse eixo não tratam de um entendimento reduzido das ações de assistência estudantil a auxílios e bolsas, pelo contrário, parte do entendimento de que o acesso e a permanência partem de condições concretas e objetivas de reprodução social, mas que só farão sentido de compreendidas em articulação a outras ações.

Ainda no que se refere à questão da permanência estudantil, os debates e reflexões foram sugeridos no campo da dimensão acadêmica, ou seja, o suporte direto às atividades discentes, nos mais diversos cursos ofertados pela universidade. Desse modo, foi constituído o GT intitulado “Permanência: mérito acadêmico”, que teve como objetivo debater o apoio institucional às variadas possibilidades de participação estudantil em espaços de ensino, pesquisa e extensão.

As preocupações que eclodem nas reflexões realizadas vão da falta de informação sobre o funcionamento de projetos, iniciação científica, monitorias, passando pela dificuldade de aquisição de material didático relativo aos cursos, até a falta de valorização e financiamento das ações voltadas às pesquisa, iniciações científicas, monitorias e ações extensionistas.

Portanto, é importante demarcar que

[...] priorizar o acesso e a permanência no bojo de uma Política de Assistência Estudantil significa entender, antes de mais, que ambos são parte de um processo contínuo

e, portanto, só serão efetivados mediante políticas estruturais auferidas e usufruídas por todo e qualquer discente, e financiadas total e exclusivamente com verba do Estado. Assim procedendo, a universidade estará garantindo a efetivação da assistência ao estudante como um direito, transformando-a definitivamente em uma política pública (LEITE, 2012, p. 471).

No âmbito das reflexões realizadas, compreendem-se as ações da assistência estudantil direcionadas à “permanência - mérito acadêmico” aquelas que se dedicam para o fortalecimento do entendimento do ensino superior sustentado na tríade ensino, pesquisa e extensão. Logo, visa-se a construir estratégias para o fortalecimento das atividades de **iniciação científica** e **programas de monitores(as)**, com percepção de bolsas e apoio para o desenvolvimento das ações.

No que tange a essas temáticas, que, durante a I Conferência de Assistência Estudantil, foram organizadas sob o eixo da permanência, o cenário é ainda mais desafiador quando se trata de uma instituição de ensino superior presente em diferentes municípios e que abrange uma área bastante ampla. Assim, as ações voltadas às condições socioeconômicas de permanência estudantil precisam levar em consideração o perfil dos(as) estudantes e elementos particulares de cada região onde se encontram os campi fora de sede.

Cabe a discentes, docentes e à comunidade em geral, encampar a luta pela assistência estudantil, entendida como forma de garantia à formação qualificada de novos profissionais e pela criação e fortalecimento de ações que possibilitem o acesso e a permanência, proporcionando uma vivência acadêmica ampla, qualificada e integral.

### 3. “A gente não quer só comida”: a assistência estudantil como base para uma formação superior de qualidade

*A gente não quer só comida  
A gente quer comida, diversão e arte  
A gente não quer só comida  
A gente quer saída para qualquer parte  
A gente não quer só comida  
A gente quer bebida, diversão, balé  
A gente não quer só comida  
A gente quer a vida como a vida quer  
 (“Comida”, Titãs)*

A compreensão de que a qualidade da formação não passa exclusivamente pela condição de acesso aos elementos apresentados até aqui – moradia, transporte, material didático, entre outros – proporcionou importantes debates no âmbito da I Conferência de Assistência Estudantil da Unimontes. As reflexões apresentadas nos fazem compreender e afirmar a educação como um direito, e nos remete à concepção de

assistência estudantil de modo ampliado.

Portanto, refletir sobre “cultura, esporte e lazer”, “saúde do(a) estudante”, “acessibilidade e apoio pedagógico” traz para o centro do debate o(a) estudante, entendendo-o(a) como sujeito multideterminado, o que, por um lado, exige das universidades preparo no trato com o diverso, e por outro, coloca essas mesmas universidades à disposição da população, configurando-se com um espaço plural, democrático e socialmente referenciado.

Por tudo que já dissemos até aqui, é nítido que a política de assistência estudantil deve proporcionar condições para que estudantes morem, alimentem-se e cheguem à universidade com qualidade, entretanto, não devemos nos deixar levar pelo equívoco de reduzir a política de assistência estudantil – e seu objetivo, o de garantir a permanência do(a) estudante no ensino superior – à exclusiva destinação de recursos financeiros por meio de bolsas ou auxílios.

Pensando nisso, durante a conferência, foi instituído o GT “Esporte, cultura e lazer”, afinal,

O acesso e permanência do estudante à universidade não se restringe a condições socioeconômicas favoráveis, abarcando também outras dimensões fundamentais. Entende-se por cultura no espaço universitário o acesso a eventos culturais e artísticos que visam contribuir para a formação humanística e alargar a capacidade reflexiva do estudante; por esporte entendem-se as mais diversas

atividades físicas que visam o melhoramento da saúde e integração dos estudantes; o lazer se insere nas mais diversas atividades que despertem o ócio criativo e o bem estar do estudante (UNIMONTES, 2016, p. 21).

Assim, durante a realização dos debates desse GT, discentes e docentes puderam discutir as possibilidades de construção de espaços onde o esporte e a cultura pudessem ser potencializados na universidade. É importante destacar que ações como essa já vêm sendo pensadas em âmbito federal desde 2007, quando o Programa Nacional de Assistência Estudantil compreende como ação de assistência estudantil as “iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: [...] VI – cultura; VII – esporte”.

Podemos, ao fim, analisar os Anais da Conferência, e perceber que os debates travados pelo GT “Esporte, cultura e lazer” apontam algumas conclusões importantes: i) a compreensão de que a assistência estudantil passa também pela vivência plena do(a) estudante por espaços de esporte, cultura e lazer, incluindo participação em eventos diversos. Sobre isso, Vasconcelos nos indica que

É consenso que para que os alunos possam desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, faz-se necessário associar à qualidade do ensino a uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, cultura e lazer, entre outros. Para o desempenho de seu papel social, o estudante

universitário precisa, igualmente, de material didático, equipamentos de aprendizagem prática, de acesso à informação e a oportunidades de participação em eventos acadêmicos e culturais (2010, p. 409).

Outro ponto de destaque é ii) a utilização de eventos já consagrados no âmbito da Universidade, bem como os cursos de graduação existentes que podem fomentar ações nesse aspecto. Podemos elencar entre as atividades: “Unicalourada”; “Arraiá no Campus”, “Festival de Inverno” e “Semana Solidária”, além de outras atividades, por exemplo a “Olimpíada universitária”, organizada pelo curso de Educação Física, e o “Show de talentos”, coordenado pelo Departamento de Artes. A iii) descentralização das ações e recursos para os campi que compõem a Unimontes foi outra preocupação do grupo. Trata-se de pensar ações que sejam espraiadas para as diversas unidades da instituição. Deve-se atentar que, sendo a Unimontes uma instituição de ensino presente em diferentes municípios, deve buscar encontrar uma integração entre discentes e docentes, e também uma garantia de qualidade do ensino nos mais diversos municípios atendidos.

Por fim, mas não mesmo importante, os participantes desse eixo da conferência debateram recurso e orçamento para as ações voltadas à esporte cultura e lazer, dando ênfase à iv) democratização do acesso aos recursos, por meio de editais, pensados em conjunto com a comunidade acadêmica, em que projetos de discentes voltados à ações de cultura, esporte e

lazer, após avaliação fossem implementados. Tudo realizado com ampla participação estudantil e com transparência dos critérios e resultados. Destaca-se aqui a participação popular, como elemento-chave para o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações da assistência estudantil. Concordamos com o entendimento de Machado (2016) sobre a participação popular ser um “processo de incidência social e política” e que, como tal, precisa estar engajada com o “desenvolvimento do ser humano enquanto ser social”. Não é demais afirmar a importância da conferência como um instrumento político concreto, ao mesmo tempo que precisamos reconhecer os limites à construção de espaços como este, afinal, a participação popular enquanto

[...] exigência à democracia do Estado e garantia de direitos requer, entre outros, a motivação de cada cidadão e cidadã em participar; canais e instrumentos de participação direta; processos de educação permanente; publicização de informações; condições materiais de acesso e compartilhamento do poder de decisão entre o Estado e sociedade civil, nos espaços de controle social democrático (MACHADO, 2016, p. 185).

Ainda na preocupação em construir, por meio da I Conferência de Assistência Estudantil da Unimontes, uma política de assistência estudantil ampla, os debates envolveram os eixos de “saúde do estudante” e o de “acessibilidade e apoio pedagógico”.

O texto que serviu de apoio para a discussão do GT sobre a saúde do(a) estudante destaca que é impossível entender a saúde deslocada de outros fatores; parte-se de um conceito ampliado de saúde, em que essa “[...] decorre também de moradia digna, transporte, segurança, alimentação de boa qualidade, saneamento básico, serviços públicos de qualidade”. Entretanto, há entre os participantes um consenso de que os cursos da área da saúde, as instalações existentes no campus sede e o Hospital Universitário Clemente de Faria podem ser melhor utilizados pela comunidade acadêmica.

Importante destacar que, com a adesão ao Sisu, estudantes oriundos de diferentes localidades chegam à Montes Claros sem referências da rede de saúde e, por isso, uma melhor comunicação e mais informações sobre o Pronto Atendimento da Unimontes, serviços do HUUCF e a rede municipal de saúde são de fundamental importância. Das discussões do grupo, uma sugestão parece ser bastante pertinente, quando se pensa nas condições de adoecimento (inclusive mental) do(a) estudante universitário. Trata-se da “criação de grupos de prevenção e orientação”.

No que diz respeito à inserção e permanência estudantil, um tema que se torna central na atualidade é a ampliação de pessoas com deficiência no espaço universitário, uma conquista que, ainda que tardia e lentamente, precisa ser considerada e comemorada. As reservas de vagas impõem às universidades mudanças estruturais e institucionais urgentes.

Desse modo, compreende-se que acessibilidade

[...] significa não apenas permitir que pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas a inclusão e extensão do uso destes por todas as parcelas presentes em uma determinada população, visando sua adaptação e locomoção, eliminando as barreiras. Consiste no direito de garantir a toda e qualquer pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, de transitar por espaços públicos e ou privados, sem que sejam encontradas barreiras arquitetônicas que impossibilitem o convívio ou trânsito social em áreas de acesso, circulação ou permanência (LOPES *et al.*, 2016, p. 319).

Assim, é necessário asseverar que a acessibilidade precisa ser abordada “[...] para além da infraestrutura física, buscando uma transposição dos entraves que se apresentam como barreiras para a efetiva participação das pessoas com deficiência nos vários âmbitos da vida social” (UNIMONTES, 2016, p. 23).

Deve-se, portanto, estabelecer constante discussão sobre a universalização da educação, e aqui indicamos que se trata de uma educação pública, crítica, emancipatória, uma “educação para além do capital” (MÉSZÁROS, 2008). Essa universalização precisa ser considerada desde as formas de acesso até a conclusão do curso, passando por uma

permanência e vivência da formação superior qualificada e que possibilite uma nova compreensão de mundo.

#### 4. Considerações finais

Diante do que foi exposto, podemos afirmar a importância da política de assistência estudantil para o acesso e a permanência da população trabalhadora no espaço da educação superior. Espaço que historicamente foi constituído como exclusivo das elites e funcional ao pensamento capitalista.

A compreensão da educação para além do ensino – sala de aula – e de estudante para além de um receptor de informações e conhecimento nos apresenta uma série de desafios, mas também faz com que coloquemos o processo de formação profissional num horizonte de um projeto de transformação da sociedade. A defesa de uma universidade pública e de qualidade, que presta seus serviços de ensino, pesquisa e extensão gratuitamente à sociedade, deve ser imperativa, principalmente nos tempos em que o conhecimento científico é negado e a todo tempo desqualificado.

O entendimento de que a universidade ao “se abrir” para as classes mais empobrecidas precisa também proporcionar meios para que o(a) estudante possa integralizar o processo de formação não pode ser deixado de lado em nenhum momento. Do mesmo modo, não podemos abrir mão do reconhecimento das múltiplas questões que perpassam a vida do(a) estudante – questões que se complexificam quando se trata de estudantes

pretos(as), pobres, periféricos(as), que vivem em áreas rurais.

Logo, a compreensão ampliada da assistência estudantil que foi tratada nos eixos da I Conferência de Assistência Estudantil da Unimontes precisa ser tomada como um horizonte, um processo inacabado e que deve constantemente ser revisitado, pois a história a todo momento muda e, com ela, mudam também as condições de vida e sobrevivência de estudantes nos mais diversos cantos deste país.

São muitas as lições que aprendemos nesse processo de construção de uma política estadual de assistência estudantil. Para nós, uma das mais especiais, precisa ser levada à cabo nas mais diversas esferas de nossas vidas: a defesa, ou melhor, a luta por uma democracia universal, pautada, “[...] na superação da democracia burguesa por meio da criação de mecanismos reais de exercício da soberania popular e pela sua ocupação efetiva” (ABDALLA, 2017, p. 42).

A conferência que apresentamos neste texto precisa ser reconhecida como a etapa de um processo longo e de disputa, mas que só pode ser construído na coletividade e que precisa ser conduzido sob uma perspectiva crítica e democrática, sob um horizonte de educação popular e muito além do capital.

## REFERÊNCIAS

- ABDALLA, M. A democracia no capitalismo. *In*: SOUZA, R. S. R. S. PENZIM, A. M. B. ALVES, C. F. (org.). **Democracia em crise: O Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, p. 19-43, 2017.
- BEHRING, E. **Brasil em contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direito**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. **Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm). Acesso em: 16 jul. 2020.
- COSTA, S. G. **A permanência da educação superior no Brasil: uma análise das políticas de assistência estudantil**. IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. Florianópolis, 2009.
- IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.
- LEITE, J. L. Política de assistência estudantil: direito da carência ou carência de direitos. **Revista SER Social**, Brasília, v. 14, n. 31. p. 453-472, jul./dez. 2012.
- LOPES, N. F. S. *et al.* Experiências docentes e contribuições da Unimontes no processo de elaboração da política de assistência estudantil – para o ensino superior - do estado de minas gerais. **Revista Intercâmbio**, v. VII, 2016. Disponível em <http://www.intercambio.unimontes.br/index.php/intercambio/article/view/100>. Acesso em 4 jun. 2021.
- MACHADO, L. M. O. Participação popular. *In*: FERNANDES, R. M. C. HELLMANN, A. (org.). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016. p. 183-190.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008 (Coleção mundo do trabalho).

PEREIRA, L. D. **Educação e serviço social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2008.

SILVA, J. M. SANTOS, S. C. M. O projeto de educação da classe trabalhadora na sociabilidade capitalista: uma análise crítica no cenário brasileiro. *In: NEMERIANO, A. S. et al. (org.). As políticas educacionais no contexto dos limites absolutos do Estado e do capital em crise*. Maceió: Coletivo Veredas, 2017.

UNIMONTES. **Anais I Conferência da Assistência Estudantil da Unimontes**. Montes Claros, 2016.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2 n. 3. p. 399-411, 2010.

## POSFÁCIO

### POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: *continuum pedagógico*

*As/os Autoras/es*

*Uma flor nasceu na rua!  
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.  
Uma flor ainda desbotada  
ilude a polícia, rompe o asfalto.  
Façam completo silêncio, paralitem os negócios,  
garanto que uma flor nasceu.  
É feia. Mas é flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.  
(Carlos Drummond de Andrade)*

O solo sob o qual temos travado nossas lutas é duro, um asfalto rígido e fundado em dores e exploração de boa parte da população, mas o sábio poeta já anunciou: uma flor nasceu. É feia e desbotada, mas é flor; é resistência e crítica em forma de poesia. Poesia, crítica e resistência cada vez mais necessárias, nesses tempos em que defender o óbvio tornou-se um imperativo. Não se passou muito tempo desde as nossas lutas pela assistência estudantil no estado de Minas Gerais, mas muitos acontecimentos inundaram e mancharam nossa história.

Alguns ataques desferidos contra nossa democracia e

nossa população podem ser flagrantemente identificados, seja o golpe jurídico-midiático-parlamentar que, em 2016, impediu a então presidenta, Dilma Vana Rousseff (Partido dos Trabalhadores), de concluir seu mandato, passando pelo congelamento de gastos, proposto pela Proposta de Emenda à Constituição – PEC 55 de 2016, conhecida como PEC do Congelamento de Gastos; pelas contrarreformas trabalhistas e emendas que fraturam gravemente o orçamento de políticas sociais, chegando às ações contra os direitos humanos e seus(suas) defensores(as), que têm no assassinato da socióloga e vereadora carioca Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, em março de 2018, uma expressão máxima.

Somando-se as refrações desse passado recente ao momento de crise econômica e política, e ao caos sanitário instalado que a pandemia da COVID-19, o que vivenciamos no Brasil hoje é uma forte manifestação e inferência do conservadorismo. Entretanto, é importante destacar que esse conservadorismo “sempre esteve por aqui, forte e persistente” (IASI, 2017, p. 380), afinal, ele expressa a dinâmica constitutiva da sociabilidade burguesa, fundada na exploração e acumulação.

É nesse cenário que temos um duplo processo no que diz respeito à formação superior: por um lado, recupera-se e aprofunda-se o ideário da universidade como espaço voltado às elites (contrapondo-se às defesas ampliadas

pelo direito à educação e à legitimação da função social das instituições de ensino superior), por outro, há uma forte desqualificação e negação do conhecimento científico, especialmente nas áreas das Ciências Sociais e Humanas. Em recente pesquisa sobre políticas e programas sociais para a juventude, Lanes indica que

[...] tais programas, como parte das políticas de distribuição de renda, cumprem importante papel no processo de financeirização do capital: assistencialismo minimalista e monetarizado para os jovens pobres e sem condições de inserção no emprego. [...] Como política de geração de trabalho, emprego e renda para a juventude, contribui significativamente no processo de formação/conformação da força de trabalho para atender às demandas atuais do capital, seja atribuindo as 'qualificações' técnicas e políticas necessárias aos jovens trabalhadores que terão acesso ao trabalho, seja reforçando o ideário do empreendedorismo (seguindo a orientação dos organismos internacionais) para aqueles que irão compor o exército industrial de reserva (2019, p. 158).

Quantas perdas e retrocessos irreparáveis tivemos nos últimos cinco anos? E, neste tempo presente, a pandemia que assola todo o planeta desde o início de 2020 escancarou todas as contradições e desigualdades entre capital e trabalho que porventura ainda estivessem camufladas. Expôs de forma súbita e impetuosa o caminho da barbárie percorrido pela

humanidade e, em especial, pelo nosso país, demonstrando de modo cada vez mais evidente o que de fato está em disputa. Quais projetos e interesses vêm alcançando seus objetivos? Qual classe está empobrecendo e qual enriquece neste momento? Como se apresentam os índices sobre a fome, emprego formal e renda, analfabetismo, acesso e permanência na escola, acesso digital e à internet, condições de habitação, saúde, educação, saneamento básico? Em outras palavras, o que tem garantido a cidadania e a dignidade da vida no Brasil?

Basta examinarmos os dados dos institutos de pesquisa nacionais e internacionais, reconhecidos pelos métodos científicos e confiabilidade, para respondermos aos questionamentos expostos aqui e ficarmos estarrecidos. Tão somente para problematizar essas questões, seria imprescindível elaborar outra obra, seguir o caminho, a trajetória. Já que é possível terminar esse trajeto, seguimos em busca das respostas.

Esta produção, portanto, reflete um trabalho coletivo, democrático, dialogado, que apresenta reflexões e análises sobre a importância da educação e de ações que promovam a inserção e permanência nas universidades do estado de Minas Gerais e, principalmente, análises sobre o processo de disputa, luta e conquista que o ensino superior mineiro vivenciou nos últimos anos.

A flor furou o asfalto! A elaboração da Política de

Assistência Estudantil na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), iniciada no ano de 2016, foi um processo democrático que explicitou, na realidade concreta dos sujeitos envolvidos, o conceito de cidadania. Muito além do devir teórico foi possível, como diz Paulo Freire, um movimento de apreensão e transformação da realidade:

[...] na prática do desvelamento da realidade social, no processo conscientizador, que a realidade seja apreendida não como algo *que é*, mas como *denevir*, como algo *que está sendo*, Mas se está sendo, no jogo da permanência e da mudança, e se não é ela o agente de tal jogo, é que este resulta da prática de seres humanos sobre ela (2002, p. 171).

A práxis política-pedagógica de Freire (2002) exige uma percepção de que a realidade é um processo, portanto passível de conflitos e de mudanças. E, desse modo, a universidade deve assumir, sem medo, seu papel estimulando o pensamento crítico e inovador, para que aconteçam mudanças respaldadas pela equidade social.

Um desafio que rejeita toda forma estática do pensar e que não se assume neutra, mas marcada por um conhecimento transformador, que compreende a Unimontes como um espaço que deve acolher e possibilitar a permanência dos acadêmicos. É nesse sentido que a conscientização cidadã se faz necessária.

O movimento que se iniciou na Unimontes ganhou força e respaldo no estado de Minas Gerais, e, em 5 de julho 2017, foi sancionada a Lei nº 22.570, que dispõe sobre as políticas de democratização do acesso e de promoção de condições de permanência dos(as) estudantes nas instituições de ensino superior mantidas pelo estado. E, no seu art. 6º, institui o Programa de Assistência Estudantil, voltado para os(as) estudantes de baixa renda. Uma conquista que foi ratificada pelo Decreto nº 47.389, de 22 de março de 2018, que dispõe sobre o Programa Estadual de Assistência Estudantil (PEAES). No art. 4º, fica estabelecido que as ações de assistências estudantil do PEAES poderão ser desenvolvidas nas áreas de moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, bem como acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Foi uma vitória, a aprovação e sanção da lei que regulamenta o PEAES no estado. Contudo, permanece a luta pela garantia de implementação da lei na universidade em todas as suas dimensões, algo que ainda não se concretizou de acordo com as diretrizes preconizadas na lei. Desde a última greve, em 2016, passaram-se cinco anos e o desmonte da universidade pública, aqui em especial da Unimontes, continua em curso, por meio de um discurso neoliberal, que promove sua precarização. A deficiência da política

de encargos e salários para docentes, ausência de concurso de fluxo contínuo, de editais que possibilitem otimizar a pesquisa e extensão, bem como pouco investimento em infraestrutura são alguns dos exemplos que paralisam as ações da Unimontes, comprometendo sua atuação.

Outro ponto que carece de ser apontado é a necessidade da criação de uma Pró-Reitoria específica para tratar de assuntos estudantis. Por mais que outra Pró-Reitoria ou setor desenvolva ações nesse campo, não se compara a capacidade de atuação, legitimidade e possibilidade de atuação de profissionais cotidianamente dedicados à política de assistência estudantil. Particularmente, no âmbito da Unimontes, é preciso demarcar tal necessidade nesse processo vigente de revisão do seu Estatuto.

Certamente, a condensação de todos os saberes que na travessia se fazem presentes, sua posterior publicização são avaliadas como relevantes, principalmente considerando os protagonismos, a coalizão de defesas por direitos indispensáveis para a entrada, a permanência e a conclusão qualitativa dos cursos superiores por parte dos(as) estudantes. É nesse contexto que se destaca a necessidade do envolvimento estudantil junto às questões que influenciam em suas próprias vidas.

A interação de gestores e docentes potencializou a colocação das demandas estudantis na agenda política, contudo os próprios sujeitos, como protagonistas, devem continuamente

acompanhar o processo de implementação e execução das políticas estudantis colaborando com a ampliação do seu acesso e oferta qualitativa. Aqui, destaca-se a importância dos movimentos de estudantes viabilizados pelos centros e diretórios acadêmicos.

A participação dos(as) estudantes é imprescindível. Sem ela, têm-se políticas verticalizadas e pouco representativas, porque, por mais que se tenha conhecimento sobre algumas demandas, ninguém melhor do que os próprios sujeitos para dizerem o que pensam, desejam e precisam. Ainda mais nesses tempos tão adversos.

Assim, com uma visão dialética confirma-se que, para se garantir o direito de estudar de forma crítica, plural, democrática, laica, presencial e com qualidade, é preciso defender a garantia de acesso e permanência na universidade, o trabalho digno dos(as) professores(as) e toda comunidade acadêmica, estrutura tecnológica, física e de pessoal e respeito à ciência e tecnologia. Isso significa investimentos e não cortes e desmonte, como assistimos neste momento.

Uma política de educação pública e de qualidade é central para mudarmos a realidade social de um país. Quando a ciência e a tecnologia, as quais abrangem todas as pesquisas científicas, resultam no verdadeiro desenvolvimento de uma sociedade, não são prioridades e nem estão na agenda pública, colhemos os frutos amargos, como ocorre atualmente.

É no interior do embate maior entre os interesses do capital em crise, que brutaliza cada vez mais a vida da humanidade e os interesses do trabalho emancipado, única perspectiva capaz de abrir novos e superiores horizontes para toda a humanidade, que a nossa luta ganha todo o seu sentido (TONET, 2012, p. 93).

A luta pela garantia e defesa dos direitos, principalmente no que se refere à educação superior em Minas Gerais, não pode ser um movimento temporal. Ele precisa ser dinâmico, configurando-se em uma teia de relações que possibilitem sua continuidade, revisão e ampliação. Sem perder de vista o controle social que permite a comunidade acadêmica monitorar o processo de desenvolvimento e sua implementação.

Com a publicação deste livro, não se tem a pretensão de findar um processo ou de encerrar uma discussão tão urgente e necessária. Pelo contrário, o que se realizou foi uma volta ao tempo que apontou possibilidades concretas, mesmo diante de um cenário adverso, momento no qual foi possível elaborar uma política pública para o estado de Minas Gerais, Além de sua contribuição no campo das produções sobre políticas sociais, protagonismo e assistência estudantil, nos marcos de uma sociedade desigual e que limita as oportunidades sociais, tem-se o desejo de que a condensação dos estudos e reflexões aqui apresentados sirvam de inspiração para outras publicações e, defesas ainda necessárias.

Sabemos que a lei possui eventuais falhas, contudo não tira seu mérito, até porque, a partir de sua sanção, foi possível minimamente regulamentar a assistência estudantil no estado. A flor furou o asfalto, e dela precisamos cuidar. Devemos entender o curso da história e valorizar a trajetória de luta e resistência que fez brotar a flor, mas não como mera contemplação, e sim como combustível para outras lutas, como força motriz para a construção coletiva de ações de defesa de uma sociedade onde sejamos, como disse Rosa Luxemburgo, “socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres”.

## REFERÊNCIAS

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

IASI, M. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP – Instituto Caio Prado, 2017.

LANES, M. A atual configuração do contemporâneo dependente brasileiro e seus impactos para a juventude da classe trabalhadora. *In*: SOUZA JUNIOR, L. C; TRINDADE, H. (orgs.). **200 anos de luta: marxismo e reflexões contemporâneas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2019. p. 151-168.

MINAS GERAIS. **Lei nº 22.570**, de 5 de julho de 2017. Dispõe sobre as políticas de democratização do acesso e de promoção de condições de permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior mantidas pelo Estado. Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa>. Acesso em 3 abr. de 2021.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 47.389** de 22 de Março de 2018, que dispõe sobre o Programa de Estadual de Assistência Estudantil (PEAES). Disponível em <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa>. Acesso em 3 abr. 2021.

TONET, I. **Educação contra o capital**. São Paulo, Instituto Lukács. 2. ed. 2012.

## **SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)**

**Diego Tabosa da Silva** (Recife/PE) é assistente social, mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e professor de educação superior do Departamento de Política e Ciências Sociais (Curso de Serviço Social) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), onde é membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Unimontes (GEPSS-UNIMONTES).

E-mail: [diego.silva@unimontes.br](mailto:diego.silva@unimontes.br).

**Geusiani Pereira Silva e Nascimento** (Montes Claros/MG) é assistente social, especialista em Sociologia e Política e mestra em Desenvolvimento Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Professora de educação superior do Departamento de Política e Ciências Sociais (curso de Serviço Social) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), onde coordena o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Intervenções em Serviço Social (NEPISS), integrando, também, a equipe de pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social (GEPSS-UNIMONTES).

E-mail: [geusiani.nascimento@unimontes.br](mailto:geusiani.nascimento@unimontes.br).

**Isabella Santos Ramos** (Montes Claros/MG) é ilustradora e artista multimídia independente, licenciada em Artes Visuais pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) e mestranda em estudos literários pela mesma universidade. Professora de Arte na Educação Básica da Rede Estadual de ensino de Minas Gerais.

E-mail: [isabellasramos@yahoo.com.br](mailto:isabellasramos@yahoo.com.br).

**Jussara Maria de Carvalho Guimarães** (Montes Claros/MG) é pedagoga pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), especialista em Supervisão Educacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), mestra e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG) e pós-doutora em Sociologia da Infância pela Universidade do Minho (Braga-Portugal). Professora de Educação Superior do Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Pró-Reitora Adjunta da Extensão (2011/2014) e Pró-Reitora de Extensão (2015/2018). Conselheira do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, com participação na Câmara de Ensino Superior e na Câmara de Planos e Legislações.

E-mail: [jussaramcg@yahoo.com.br](mailto:jussaramcg@yahoo.com.br).

**Lucas Tibo Saraiva** (Montes Claros/MG) é bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros e mestre em Desenvolvimento Social pela mesma universidade.

E-mail: [lucas\\_tibo@hotmail.com](mailto:lucas_tibo@hotmail.com).

**Noêmia de Fátima Silva Lopes** (Manhuaçu/MG) é assistente social, especialista em Políticas Públicas e Organização do Trabalho e mestra em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV/MG). Professora de educação superior do Departamento de Política e Ciências Sociais (curso de Serviço Social) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), onde é pesquisadora dos grupos: Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Unimontes (GEPSS-UNIMONTES) e Trabalho e Capital (CEPT-UNIMONTES). Diretora do Conselho Regional do Serviço Social (CRESS) 6ª Região

- Seccional Montes Claros no triênio 2020-2023, onde compõe as comissões de Orientação e Fiscalização; e Trabalho e Formação Profissional do CRESS.

E-mail: noemiaunimontes@gmail.com.

**Romilda Sergia de Oliveira** (Alvarenga/MG) é psicóloga e mestra em psicologia, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). Professora de educação superior do Departamento de Política e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), onde coordena o grupo de estudos e pesquisa “Núcleo de Estudos Espaço Feminino” da Unimontes (NEFE - Diretório dos Grupos de Pesquisa CNPq), também é pesquisadora do grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa e Extensão em Políticas Públicas, Trabalho e Estado Penal - “Reconectar” do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). É uma das organizadoras do livro *Observando as desigualdades de gênero e raça nas dinâmicas sociais em Minas Gerais* (com Renata Rosa, Giselle Safar, Luiz Cláudio Teodoro e Roseane Narciso, Instituto Cultural Boa Esperança: 2019).

E-mail: romilda.oliveira@unimontes.br.

ISBN: 978-65-86467-27-7



9 786586 467277